UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

*O circuito inferior da economia urbana
na cidade de São Paulo no período da globalização*

MARINA REGITZ MONTENEGRO

ORIENTADORA

PROFA. DRA. MARÍA LAURA SILVEIRA

Junho 2006

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana, sob orientação da Profa Doutora Maria Laura Silveira.

Índice

Índice de Tabelas, Quadros, Mapas e Figuras	4
Resumo	7
Agradecimentos	9
Introdução	10
 Primeira Parte:	
Dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro e o circuito inferior na cidade de São Paulo no período da globalização	20
 Capítulo 1	
O mercado de trabalho brasileiro: novos e velhos processos e a expansão do circuito inferior	21
1.1. O período atual e a produção estrutural de pobreza no mercado de trabalho brasileiro: desemprego e precarização	21
1.2. Expansão e resistência do circuito inferior	31
1.3. Enfoques em voga: do “setor informal” à economia solidária	38
1.4. A teoria dos circuitos e seu potencial para compreender processos do período atual	46
 Capítulo 2	
Da Formação Socioespacial ao lugar. A totalidade da cidade e a força do circuito inferior em São Paulo no período atual	54
2.1. Ampliação da divisão territorial do trabalho e ascensão de São Paulo ao estatuto de metrópole informacional e fragmentada	54
2.2. A pobreza na cidade São Paulo	66
2.3. O circuito inferior na cidade de São Paulo visto através de suas micro e pequenas empresas	77
2.4. A relação do circuito inferior na cidade de São Paulo com as variáveis do período: consumo, informação, publicidade e finanças	82

Segunda Parte:

O circuito inferior da economia urbana no Largo Treze de Maio e nos distritos Sé, República, Santa Cecília e Bom Retiro:

meio construído e fluxos, especialização e diversidade 92

Capítulo 3

O circuito inferior central na metrópole de São Paulo: a concentração do trabalho e o papel do meio construído e dos fluxos nas áreas estudadas

(Largo Treze de Maio, distritos Sé, República, Bom Retiro, Santa Cecília) 93

3.1. A concentração do trabalho nas áreas analisadas 93

3.2. O circuito inferior central na metrópole de São Paulo e sua relação
com o meio construído e com os fluxos 106

3.2.1. O papel do meio construído 106

3.2.2. O papel dos fluxos 116

Capítulo 4

**Formas do circuito inferior em áreas de diversidade e
em áreas de especialização na cidade de São Paulo** 126

4.1. Áreas de diversidade e áreas de especialização 126

4.2. O circuito inferior em áreas de diversidade
e em áreas de especialização na cidade de São Paulo 127

4.3. Conteúdos do circuito inferior nas áreas estudadas 142

Considerações Finais 164

Bibliografia 170

Anexos 186

Índice de Tabelas, Mapas, Quadros e Figuras

Tabelas

Tabela 1. Participação de pobres na população total por estratos (%) – Brasil (1970 a 1999)

Tabela 2. Distribuição da população ocupada na Região Metropolitana de São Paulo – 1989 e 2001

Tabela 3. Evolução da proporção de pobres nas metrópoles brasileiras de 1995 a 1999 (%)

Tabela 4. Indicadores sociais da população residente na mancha urbana de São Paulo (2000)

Tabela 5. Participação dos estabelecimentos por tamanho segundo o setor de atividades no Município de São Paulo – 1991 e 2000 (%)

Tabela 6. Participação dos empregados por tamanho do estabelecimento segundo o setor de atividades no Município de São Paulo – 1991 e 2000 (%)

Tabela 7. Participação dos distritos Santo Amaro, República, Sé, Santa Cecília e Bom retiro no total de estabelecimentos e no total de empregos do município de São Paulo (%) – 2000

Tabela 8. Distribuição dos estabelecimentos e dos empregos por setor de atividade nos distritos República, Santo Amaro, Sé, Bom retiro e Santa Cecília (%) – 2000

Tabela 9. Estabelecimentos e empregos segundo o porte da empresa na Subprefeitura Santo Amaro – 2000

Tabela 10. Estabelecimentos e empregos segundo o porte da empresa na Subprefeitura Sé – 2000

Tabela 11. Evolução do emprego formal no centro da cidade de São Paulo entre 1992 e 2000

Mapas

Mapa 1. Centralidades das atividades hegemônicas na cidade de São Paulo ao longo do século XX (Área central – Sé e República –: do início do século a década de 1940; Av. Paulista: década de 1940 a 1970/80; Av. Luis Carlos Berrini e arredores: a partir da década de 1970/80)

Mapa 2. Distribuição dos grupos de áreas de ponderação no município de São Paulo segundo a renda e o crescimento demográfico – 2004

Mapa 3. Taxa de desemprego por área de ponderação na Região Metropolitana de São Paulo – 2000

Mapa 4. Empregos por Distrito no Município de São Paulo – 2003

Mapa 5. Rede Metroviária da Região Metropolitana de São Paulo – 2004

Mapa 6. Viagens atraídas pela Subprefeitura Sé entre 5.00 às 9.00 horas em dias úteis – 2003

Mapa 7. Viagens atraídas pela Subprefeitura Santo Amaro entre 5.00 às 9.00 horas em dias úteis – 2003

Mapa 8. Volume de pedestres nos calçadões e ruas de tráfego seletivo do centro histórico em dias úteis – 2005

Mapa 9. Localização das atividades de atacado e varejo de veículos automotores, peças e acessórios concentradas na Subprefeitura Sé – 2002

Mapa 10. Localização das atividades do setor de vestuário concentradas na Subprefeitura Sé – 2002

Quadros

Quadro 1. Divisão do trabalho no circuito inferior da economia no município de São Paulo – 2006

Quadro 2. Comércio e serviços do circuito inferior na região do Largo Treze de Maio

Figuras

Figura 1. Vendedores ambulantes nos arredores do Largo Treze de Maio

Figura 2. Vendedores ambulantes nos arredores da Praça da República

Figura 3. Meio construído deteriorado na Rua Couto Chagas no Bom Retiro

Figura 4. Meio construído deteriorado na Rua Paulo Eiró em Santo Amaro

Figura 5. Meio construído deteriorado na Rua Capitão Tiago Luz em Santo Amaro

Figura 6. Ônibus na Avenida Adolpho Pinheiro no Largo Treze de Maio

Figura 7. Grande fluxo de pessoas na Rua Quinze de Novembro (Sé)

Figura 8. Rua 25 de Março na véspera do feriado de 15/11/2005

Figura 9. Vendedores ambulantes ocupam espaço em frente à loja de departamento no Largo Treze de Maio

Figura 10. Salão de cabeleireiro na Rua do Rio Branco em Santo Amaro

Figura 11. Pequenos estabelecimentos próximos ao “Poupa Tempo” na Rua Amador Bueno em Santo Amaro

Figura 12. Pequeno estabelecimento que funciona como restaurante e lanchonete, além de oferecer os serviços de revelação de fotos e de afiação de facas, alicates e tesouras na Rua Vera Cruz em Santo Amaro

Figura 13. Pequeno estabelecimento de gravação que funciona também como chaveiro, relojoeiro, amolador, além de oferecer os serviços de fabricação de carimbos e de placas de aço, acrílico, latão, alpaca, prata etc. na Rua Barão de Paranapiacaba

Figura 14. Propaganda de pequeno comércio de componentes eletrônicos na Rua Santa Ifigênia

Figura 15. Oficina de costura na Rua Lubavitch no Bom Retiro

Figura 16. Comércio de confecções atacadista e varejista na Rua José Paulino no Bom Retiro

Figura 17. Comércio de lingerie atacadista e varejista na Rua do Rio Branco em Santo Amaro

Figura 18. *Stand* de comércio e serviços de telefones celulares na Rua Santa Ifigênia

Figura 19. Venda de placas-mãe “no estado” na Rua Vitória em Santa Cecília

Figura 20. Banca de jornal onde são comprados cartuchos de impressora usados na Praça da Sé

Figura 21. Agências de crédito (GE Money e Losango) na Avenida Padre José Maria entre a Estação de Metrô Largo Treze e o Terminal de ônibus Santo Amaro

Figura 22. Agências de crédito (Finasa e Cacique) na Rua Barão de Itapetininga (República)

Figura 23. Propaganda da fabricação de faixas, placas, toldos, *banners* etc na Rua Tcel Carlos da Silva Araújo em Santo Amaro

Figura 24. Pequeno estabelecimento comercial onde é oferecido também o serviço de fabricação de placas e carimbos na Ladeira Porto Geral (Sé)

Resumo

No presente trabalho, buscamos realizar uma análise sobre as dinâmicas que perpassam e definem o circuito inferior da economia urbana (Santos, 1978) na cidade de São Paulo no período atual, ou seja, no período da globalização. Segundo Santos, a segmentação presente na sociedade urbana dos países subdesenvolvidos em relação às possibilidades de satisfação das necessidades cria diferenças quantitativas e qualitativas no consumo, as quais, por sua vez, são a causa e o efeito da existência de diferentes circuitos de produção, de distribuição e consumo. Enquanto o circuito superior constitui o resultado direto das modernizações que atingem o território, o circuito inferior compreende as formas de fabricação não-capital intensivo, os serviços não modernos fornecidos a varejo e o comércio de pequena dimensão, voltados sobretudo ao consumo dos mais pobres. Enquanto o circuito superior alimenta-se da aceleração contemporânea global, o circuito inferior é moldado pelos tempos e formas do lugar.

A partir da seleção de determinadas áreas da cidade de São Paulo que aparecem como verdadeiros “focos de concentração” do circuito inferior, – no Largo Treze de Maio e nos distritos Sé, República, Santa Cecília e Bom Retiro – procuramos compreender como se caracteriza este circuito hoje e, também, como este se relaciona com as variáveis centrais do período atual, ou seja, a técnica, a informação, o consumo, a publicidade e as finanças. Orientados pela preocupação de ver a cidade como uma totalidade interconectada por diversas divisões do trabalho, em diferentes pedaços do meio construído, buscamos entender como o território constitui um abrigo para os atores não-hegemônicos, na medida em que comporta atividades tão distintas e distantes em termos de graus de organização e de capital.

Résumé

Dans ce travail, nous réalisons une analyse sur les dynamiques qui définissent le circuit inférieur de l'économie urbaine (Santos, 1978) dans la ville de São Paulo dans la période actuelle, celle de la globalisation. D'après Santos, la segmentation trouvée dans les sociétés urbaines des pays sous-développés, liées aux possibilités de la satisfaction des besoins, crée des différences quantitatives et qualitatives dans la consommation. Celles-ci sont, à leur tour, la cause et l'effet de l'existence de différents circuits de production, de distribution et de consommation. Le circuit supérieur constitue le résultat direct des modernisations qui atteignent le territoire, tandis que le circuit inférieur est composé par les formes de fabrication non capital intensif, les services non modernes et le petit commerce de détail, tournés surtout à la consommation de la population pauvre. Le circuit supérieur accompagne et participe à l'accélération contemporaine globale, tandis que le circuit inférieur trouve ses sources d'existence dans les formes et temps du lieu.

À partir de la sélection de certaines aires de la municipalité de São Paulo où se concentrent les activités du circuit inférieur – le Largo Treze de Maio et les districts Sé, República, Santa Cecília et Bom Retiro – nous cherchons comprendre comment le circuit inférieur se caractérise aujourd'hui et quelles sont les relations établies entre ce circuit et les variables centrales de la période actuelle : la technique, l'information, la consommation, la publicité et les finances. Orientés par le souci de voir la ville comme une totalité interconnectée par des diverses divisions du travail, dans des différentes parties de l'espace bâti, nous essayons comprendre comment le territoire constitue un abri pour les acteurs non hégémoniques, dans la mesure où il comporte des activités tellement distinctes et distantes dans ce qui concerne leur niveau d'organisation et de capital.

Agradecimentos

Meus primeiros agradecimentos devo certamente à Profa. Dra. María Laura Silveira pela orientação e formação desde os primeiros anos da Graduação. O privilégio de trabalhar com a Profa. María Laura reside especialmente no estímulo constante à busca da compreensão dos processos que atravessam o período atual a partir da disciplina geográfica; este vem sendo um caminho muito enriquecedor em minha formação intelectual. Agradeço igualmente ao Prof. Dr. Milton Santos (*in memoriam*), com quem pude realizar um Projeto de Iniciação Científica, pelo incentivo a uma formação sólida e rigorosa.

Gostaria de trazer meus agradecimentos também à Profa. Dra. Hélène Rivière d’Arc, sobretudo pelo incentivo e pelas oportunidades oferecidas. Agradeço ainda as professoras Maria Monica Arroyo e Maria Encarnação Beltrão Spósito que participaram do exame de qualificação.

Obrigada aos meus queridos amigos geógrafos, e também, aos não-geógrafos. Agradeço especialmente ao colega Edison Bicudo pelo companheirismo em nossa formação e pela preciosa troca de idéias nesse processo.

Meus agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa de Mestrado concedida.

Por fim, agradeço também às minhas “famílias”, sobretudo a Lara, Claudia, Angela, Julieta, Marcos, Maria Claudia, Caio e Cristiano. Obrigada, em especial, ao meu companheiro Adriano pela motivação constante.

Introdução

No presente trabalho, nosso objetivo central é refletir sobre as dinâmicas que perpassam e definem o circuito inferior da economia urbana (Santos, 1973, 1975, 1978) na cidade de São Paulo no período atual, ou seja, no período da globalização.

O entendimento do atual período histórico se perfaz quando se compreende o funcionamento e a dinâmica das metrópoles. A intensificação da participação do Brasil na divisão internacional do trabalho implica a presença cada vez maior dos agentes da economia globalizada e de suas atividades modernas nas grandes metrópoles do país, sobretudo em São Paulo que se destaca no presente histórico e no cenário internacional como uma das ditas cidades “globais”. Contudo, as metrópoles abrigam também uma enorme gama de atividades realizadas pela população pobre. Desse modo, elas contêm diferentes divisões do trabalho que coexistem e que por sua vez estabelecem relações diferenciadas com seu meio construído.

Essas divisões do trabalho podem ser analisadas como circuitos da economia urbana (Santos, 1978). A proposta teórica dos circuitos busca interpretar a economia urbana dos países subdesenvolvidos a partir da existência de dois circuitos (Santos, 1978, p.29). A segmentação presente na sociedade urbana em relação às possibilidades de satisfação das necessidades cria diferenças quantitativas e qualitativas no consumo, as quais, por sua vez, são a causa e o efeito da existência de diferentes circuitos de produção, de distribuição e consumo nas cidades desses países. O circuito superior – composto pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores – é o resultado direto das modernizações que atingem o território. Já o circuito inferior constituiu-se de formas de fabricação não-capital intensivo, serviços não

modernos fornecidos a varejo, comércio não moderno e de pequena dimensão, voltados sobretudo ao consumo dos mais pobres. Encontramos ainda a presença de um circuito superior marginal que compreende, por sua vez, uma certa porção do circuito superior; embora apresente características que o aproximam de ambos os circuitos. Ou seja, o circuito superior marginal tanto incorpora fatores atrelados à modernização como apresenta elementos advindos do circuito inferior.

Os circuitos da economia urbana podem ser vistos como subsistemas do sistema urbano, no qual todas as formas de trabalho estão integradas. Eles têm a mesma origem, ainda que compreendam resultados diretos e indiretos da modernização. Enquanto expressões das clivagens presentes nas cidades dos países mais pobres, os circuitos constituem um retrato da dinâmica da divisão do trabalho. Os circuitos não constituem sistemas fechados em si mesmos, mas estabelecem entre eles relações de complementaridade e de concorrência. As atividades de um circuito comandam *inputs* do outro e utilizam algumas de suas atividades e produtos como economias externas. Essas complementaridades não eliminam, porém, a concorrência e as hierarquias. Na realidade, o circuito inferior é dependente do circuito superior – sobretudo dos serviços prestados por atacadistas, transportadores e fornecedores de crédito – e não podemos considerá-lo isoladamente.

As consecutivas vagas de inovações que chegam ao território reorganizam o sistema anterior e lhe conferem novos significados. A história de cada formação socioespacial, e de seus lugares, é a história da superposição de formas materiais e sociais criadas pela sucessão de modos de produção, da sua complexificação sobre o seu território (Santos, 1977, pp.87,88). O aprofundamento da participação do Brasil no mercado global implica o aumento da presença de vetores estrangeiros no território, sobretudo de grandes empresas

transnacionais que, pelo arcabouço técnico e político forâneo, têm requerido cada vez menos um trabalho nacional. O controle das variáveis chaves do período – a técnica, a ciência, a informação, as finanças – por poucos agentes transnacionais lhes permite a constituição de novas hegemonias fundadas sobretudo na globalização das finanças, no aperfeiçoamento das telecomunicações e na produção de informações (Bernardes, 2001).

No período atual, a aceleração desse movimento conduz a um rearranjo do meio construído da cidade de São Paulo, no qual determinadas áreas são eleitas para acolher os agentes e os objetos da “modernidade”, garantindo assim a realização de uma mais-valia mundial, enquanto outras áreas são abandonadas à sua sorte. Não obstante, expande-se e diversifica-se, ao mesmo passo, o número de pessoas e de atividades envolvidas no circuito inferior.

A cidade não pode, todavia, ser confundida ou identificada com uma única área de mercado onde se realiza o trabalho mais moderno. Ela é composta, em realidade, por áreas de mercado distintas para os diferentes circuitos de produção e circulação que nela coexistem. “Como a expansão do seu meio construído se acelera, as valorizações e desvalorizações dos pedaços da cidade são frenéticas, ensejando a possibilidade de instalação, aqui ou ali, de atividades menos capazes de dar valor aos seus produtos. É o reino do circuito inferior (...) em áreas de grande circulação como o Largo Treze, o Largo de Pinheiros, e o próprio centro antigo da cidade” (Silveira, 2004a, p.63).

A presença de grandes grupos estrangeiros no território brasileiro, especialmente aqueles ligados à produção de informação e às finanças, potencializa a força do circuito superior no país. Não obstante, as novas modalidades do chamado setor quaternário, concentrado nas grandes metrópoles e decorrente da crescente internacionalização da economia, são também responsáveis pela diminuição de um certo número de empregos.

Verifica-se, assim, uma expansão das atividades realizadas pela parcela pobre da população. Pois “(...) se a divisão social do trabalho que acompanha o mundo da informação e das finanças multiplica as profissões, ela diminui, ao mesmo tempo, o número de empregos” (Silveira, 2004a, p.67). As inovações técnicas combinam-se, ainda, com uma política monetária que prioriza a estabilidade de preços em detrimento do crescimento econômico e da geração de emprego (Singer, 1999). A combinação desses fatores de ordem política e de ordem técnica implica, assim, simultaneamente a contração da demanda do circuito superior por trabalhadores locais e a expansão do circuito inferior e do circuito superior marginal. Ao mesmo passo, temos ainda o aumento do desemprego, uma maior precarização das condições de participação no mercado de trabalho e, por conseguinte, a multiplicação da pobreza.

Haveria, assim, um processo de transformação e renovação de uma divisão do trabalho endógena à cidade, na medida em que o circuito inferior aumenta sua capacidade de abrigar cada vez mais pessoas. A situação de precariedade na qual vive a maior parcela da população das grandes cidades dos países pobres leva à criação e à reprodução constante dessa divisão do trabalho composta por “(...) uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio geográfico (...)” (Santos, 1996, p.260).

Compreendemos que as mudanças da técnica e da política significam novas modalidades de ações não só por parte dos atores hegemônicos, mas também por parte dos atores não-hegemônicos, cujos graus de organização e capitalização são muito variados. A expansão do sistema técnico conformou assim um aspecto central de nossa pesquisa. Pois, se em um primeiro momento as novas técnicas surgem como variáveis-força, uma vez que são disponíveis apenas aos atores hegemônicos do período, na medida em que se

banalizam, são incorporadas por grande parte dos agentes sociais e tornam-se uma variável-suporte para a participação na divisão do trabalho.

Nas áreas selecionadas como nosso foco de análise em São Paulo – o Largo Treze de Maio e os distritos Sé, República, Santa Cecília e Bom Retiro no centro da cidade –, encontramos uma grande variedade de tipos de pequenas empresas familiares e de micro e pequenas empresas. Oficinas de costura, oficinas de conserto de aparelhos de telecomunicações, sapatarias, pequenos comércios alimentícios, bijuterias, relojarias, serviços de reparo e manutenção diversos são algumas das atividades, dentre outras, que nos permitiram entrever diferentes graus de incorporação das variáveis chave do período, revelando arranjos de organização e de capital distintos.

Tais atividades localizam-se geralmente em lugares não atingidos pelas modernizações ou, ainda, em áreas que vão sendo desvalorizadas pelas sucessivas vagas de modernização da economia e do equipamento urbano. Aí estão presentes as condições para a sua reprodução. Assim, ainda que áreas como o Largo Treze de Maio sejam relativamente próximas a localizações valorizadas, como a Marginal Pinheiros e a Avenida Luís Carlos Berrini, não são diretamente alcançadas pelo processo seletivo de modernização do meio construído. Aumenta, desse modo, a segmentação intra-urbana. O centro da cidade, por sua vez, é um ponto de observação privilegiado do processo de “desvalorização” de uma área antes ocupada por atividades “modernas”, onde hoje se reforça a ideologia que confunde a pobreza e suas atividades com a marginalidade. Destarte, “(...) o mesmo espaço construído pode tornar-se uma deseconomia para as firmas muito grandes e, ao mesmo tempo, representar uma economia para as pequenas firmas. É por isso que os pobres e a economia pobre se instalam dentro das cidades, e, às vezes, no seu centro. No caso de São Paulo,

atividades consideradas menos nobres se instalam em áreas que foram abandonadas por atividades mais poderosas” (Santos, 1995, p.49).

As atividades do circuito inferior são, assim, intimamente ligadas aos conteúdos do meio geográfico no qual se localizam. Em outras palavras, dependem dessa economia de aglomeração, aproveitando-se dos interstícios deixados pelos setores mais modernos. Seus agentes não possuem a mobilidade espacial que caracteriza as grandes empresas, eles estão presos à sua localização primeira, dependem de um mercado local, contíguo, ou muitas vezes, de um mercado que é formado apenas pelo seu próprio bairro.

O circuito inferior, graças às suas variadas formas de organização e à divisão interna do trabalho, é capaz de oferecer um grande número de ocupações, ainda que muitas vezes precárias e não regulamentadas. Estas são realizadas com poucos recursos e geralmente em longas jornadas de trabalho. Tantas vezes o emprego no circuito inferior envolve o trabalho mal remunerado e o trabalho temporário ou instável, daí a aproximação, muitas vezes equivocada, com a idéia de “setor informal”.

Consideramos São Paulo como um ponto de observação privilegiado para o estudo do circuito inferior, tanto em função da grande diversidade de divisões do trabalho como em função do leque de atividades econômicas que abriga. A metrópole de São Paulo comporta, com efeito, vetores diversos que se entrelaçam em um espaço comum, ainda que imbuídos de finalidades distintas. “Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir” (Santos, 1996, p.258).

Estabelece-se assim uma combinação de usos nos lugares, especialmente naqueles selecionados pelos vetores da globalização. Enquanto o território é usado como um recurso pelos agentes hegemônicos para a realização de seus interesses, é também usado como um

abrigo pelos agentes não hegemônicos (Santos et alli, 2000, p.8). Contudo, essas diferentes formas de usar o território não se realizam em espaços diferenciados, pelo contrário, se dão de forma conjunta e dialética, sobrepondo-se e relacionando-se. Os mesmos lugares que formam as redes formam o espaço banal, o espaço de todos (Santos, 1995, p.16).

Diante de nosso intuito de realizar uma reflexão sobre o circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização, realizamos um recorte para analisar especialmente micro e pequenas empresas pertencentes ao circuito inferior nas áreas escolhidas e não a totalidade das atividades que compõem este circuito que, por sua vez, engloba qualquer trabalho que permita obter algum tipo de renda na cidade. Deste modo, em nossa pesquisa atentamos sobretudo aos pequenos estabelecimentos, micro e pequenas empresas com um grau mínimo de organização; e não especificamente às atividades realizadas por indivíduos como vendedores ambulantes, guardadores de carros (“flanelinhas”) ou “catadores” de materiais recicláveis que certamente compõem o universo do circuito inferior, mas não constituem nosso atual objeto de estudo.

Nossa opção metodológica para um melhor aproveitamento dos trabalhos de campo residiu na aplicação de mais de 120 questionários em micro e pequenas empresas pertencentes ao circuito inferior localizadas nas áreas estudadas. O questionário aplicado, em anexo ao fim deste trabalho, inspirou-se no modelo de questionário adotado no projeto *Os circuitos superior marginal e inferior e o meio construído urbano no período da globalização*, coordenado pela Profa. Dra. María Laura Silveira¹. Tendo em vista a escassez de fontes secundárias sobre o que entendemos por circuito inferior, o trabalho de campo e

¹ Esse projeto recebeu apoio da Fapesp, do CNPq e da Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo e foi desenvolvido no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP entre 2002 e 2005.

as fontes primárias revelaram-se, de fato, essenciais em nossa pesquisa quando combinados aos primeiros. Como coloca Durkheim (1893, 1995, p.378), “ao lado dessa ciência atual e realizada, há outra, concreta e viva, que em parte se ignora e ainda se busca: ao lado dos resultados adquiridos, há as esperanças, os hábitos, os instintos, as necessidades, os pressentimentos (...). Tudo isso ainda é ciência”. Apoiados na realidade da metrópole de São Paulo no período atual, buscamos assim enfrentar a tarefa de “(...) construção de um enredo que dê conta da história presente do território e das suas novas disparidades” (Silveira, 1999a, p.370), partindo da análise do uso do território por parte dos atores não-hegemônicos.

Através da seleção de situações significativas no Largo Treze de Maio e em determinados distritos do centro da cidade – Sé, República, Bom Retiro e Santa Cecília – buscamos construir um “retrato dos lugares” (Silveira, 1999b, p.22) a partir do olhar sob o circuito inferior. Enquanto recurso metodológico, a escolha de situações nos permitiu destacar elementos considerados significativos nos trabalhos de campo para desvendar as dinâmicas que perpassam o circuito inferior no período atual, buscando revelar a vinculação do individual, do local, ao universal, ao global. Cada situação envolve sempre um conjunto de relações, combinações de ações derivadas de um trabalho comum realizado no lugar com vinculações materiais e organizacionais distantes e, muitas vezes, alheias ao mesmo (Silveira, 1999b, p.27). Em nosso estudo empírico procuramos apreender assim como o período se geografiza diferencialmente nesses lugares, sem esquecer das nossas limitações analíticas perante a complexidade do real.

Destarte, não foi nosso objetivo elencar todos os estabelecimentos ou atividades pertencentes ao circuito inferior nas áreas escolhidas; mas sim trabalhar situações consideradas relevantes, reveladoras em nossas pesquisas de campo. Como coloca Silveira

(1999b, p.24), se nos encontramos diante do esforço de analisar um lugar ou uma região, “(...) não seríamos convocados a estudar todos seus elementos conhecidos num inventário sem hierarquias, mas a compreendê-la como uma ou mais situações significativas, decorrentes da geografização dos eventos, detectando certos problemas-chave que obrigam, com mais evidência, a uma permanente referência ao país, ao mundo e a uma indagação sobre seus dinamismos”.

Por outro lado, embora realizemos um recorte de pesquisa que coincide com certos distritos do município de São Paulo, esta preocupação com os limites não deve ofuscar nossa preocupação com os processos. Uma vez que a divisão do espaço em distritos certamente não coincide com o limite de extensão dos processos que nele se desenvolvem. Ademais, nenhum lugar pode ser explicado por ele próprio; daí nossa preocupação com processos que atravessam não só o lugar, mas também a formação socioespacial e o mundo no período atual.

Se a lógica de um mercado global se faz cada vez mais presente no território nacional, é mister compreender o espaço como uma totalidade, isto é, atentar para todas as divisões do trabalho, para o conjunto dos acontecimentos (Sartre, 1990). Por isso, acreditamos que um olhar sobre o circuito inferior permitir-nos-ia entender como os atores não-hegemônicos encontram um lugar na cidade em função do valor da atividade e da parcela do meio construído em que estão inseridos.

O presente trabalho se divide em duas partes e quatro capítulos. Na primeira parte, intitulada “Dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro e o circuito inferior na cidade de São Paulo no período da globalização”, apresentamos no capítulo 1 uma discussão sobre os processos que caracterizam o mercado de trabalho brasileiro no período atual, sobre os diferentes enfoques em voga que buscam interpretá-los e, também, sobre a expansão do

circuito inferior. No segundo capítulo buscamos discutir a realidade de São Paulo, enquanto metrópole informacional e fragmentada, a partir do olhar sobre a coexistência de divisões do trabalho e, do mesmo modo, sobre as formas do circuito inferior na cidade. Já na segunda parte, intitulada “O circuito inferior da economia urbana no Largo Treze de Maio e nos distritos Sé, República, Santa Cecília e Bom Retiro: meio construído e fluxos, especialização e diversidade” focamos a análise no circuito inferior nas áreas em questão. Enquanto no terceiro capítulo, realizamos uma reflexão sobre a relação dos fluxos e do meio construído com a presença de um circuito inferior central nos lugares estudados; no quarto capítulo, tratamos mais especificamente dos conteúdos do circuito inferior nesses lugares, compreendidos como áreas de diversidade e como áreas de especialização. Nas considerações finais, retomamos as questões consideradas mais relevantes.

Primeira Parte

***Dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro e o circuito inferior
na cidade de São Paulo no período da globalização***

Capítulo 1. O mercado de trabalho brasileiro: novos e velhos processos e a expansão do circuito inferior

1.1 O período atual e a produção estrutural de pobreza no mercado de trabalho brasileiro: desemprego e precarização

Dois processos paralelos e inter-relacionados caracterizam o território brasileiro hoje. Ao mesmo passo em que a modernidade – fundada em um sistema técnico comandado pelas técnicas informacionais e num contexto neoliberal – vem se difundido pelo país ao longo das últimas três décadas, a produção de pobreza estrutural amplia-se no território. Por um lado, atividades atreladas à modernidade do período se fazem cada vez mais presentes no país; não obstante, por seu arcabouço técnico e político forâneo, tendem a requerer cada vez menos um trabalho nacional. Por outro lado, tem-se o avanço da flexibilização e o forte aumento do desemprego. Multiplicam-se no território, por conseguinte, as formas de trabalho realizadas com capitais reduzidos, dependentes dos próprios conteúdos dos lugares onde estão inseridas. Na interface do espaço, compreendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações (Santos, 1996), coloca-se, portanto, o problema do emprego, ou melhor, do trabalho no território nacional.

A partir do fim dos anos 1980 inicia-se o processo de liberalização econômica no Brasil, fortemente ampliado na década seguinte. Segundo Cacciamali (2004), dentre as principais alterações impostas à sociedade brasileira neste período destacam-se a expansão da privatização e a desestruturação dos serviços sociais públicos, a privatização de empresas públicas (em setores como telefonia, energia elétrica, metalurgia, ferrovias etc) e a desregulamentação de mercados. Nesse último aspecto, inserem-se as medidas no sentido de acelerar a flexibilização e a desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro. Conforme a

autora, o termo desregulamentação diz respeito à supressão de normas que regulam as relações de trabalho, enquanto o termo flexibilização refere-se, de maneira mais geral, à redução de regras ditadas pelo Estado para regular as relações de trabalho.

Ao longo das duas últimas décadas o mercado de trabalho brasileiro vem passando, com efeito, por um processo de crescente desorganização institucional e de aumento da insegurança laboral (Cacciamali, 2004, p.2). Este quadro deriva da adoção de uma política econômica mais exposta ao mercado internacional e pautada pelo privilégio ao campo monetário, criando um contexto no qual reduzem-se as possibilidades de formulação de uma política econômica centrada na geração de empregos e na distribuição de renda. Esse novo modelo econômico de inserção internacional revela-se fortemente desfavorável ao emprego nacional. O desemprego crescente não deve assim ser atribuído exclusivamente às novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho, que certamente são poupadoras de mão-de-obra, mas deriva também de uma opção político-econômica pautada pela escassa e ineficiente alocação de recursos para políticas sociais (Singer, 1999; Cacciamali e Braga, 2003, p.471). O aumento do desemprego no Brasil durante a década de 1990, especialmente a partir de sua segunda metade, assumiu proporções sem paralelos na história do país (Pochmann, 2001, p.95), atingindo valores próximos a 15% ou 20% nas principais Regiões Metropolitanas, conforme as diferentes metodologias.

Entre as décadas de 1930 e 1980, o modelo de crescimento econômico brasileiro esteve fundado na difusão do emprego assalariado e na expansão do Sistema Público de Seguridade Social criado no governo Vargas, ainda que este fosse inicialmente restrito aos trabalhadores urbanos. Até a década de 1970, verifica-se o crescimento de todas as categorias ocupacionais (empregadores, empregados públicos, empregados de firmas particulares) com exceção das categorias autônomos e trabalhadores não-remunerados. A partir da segunda metade da década de 1980, a situação se inverte: há uma forte redução da participação dos

empregados de firmas particulares e as categorias que passam a crescer mais significativamente são os autônomos e trabalhadores não-remunerados. Para Singer (1999, p.16), este cenário sugere que houve uma descentralização do capital acompanhada da multiplicação expressiva de pequenas empresas que ocupam, em sua grande maioria, parentes e auxiliares não-remunerados ou com uma baixa remuneração.

O avanço da geração de postos de trabalho não-qualificados e da expansão das ocupações precárias nos últimos anos, acompanhados pelo forte decréscimo do poder aquisitivo dos salários¹, conforma um quadro de profunda modificação na qualidade da ocupação gerada no país. A partir da segunda metade dos anos 1980; o mercado de trabalho brasileiro passa, cada vez mais, a estar marcado pelas seguintes características: forte redução do emprego assalariado formal, aumento do número de vagas assalariadas sem registro e das ocupações não-assalariadas, recuo da proteção social e trabalhista, precarização das condições e das relações de trabalho. Entre 1992 e 2002 o número de empregados sem carteira assinada no país aumentou 31,3%, os trabalhadores por conta própria, por sua vez, aumentaram sua participação entre os ocupados em 23,4% (IBGE, PNAD, 2002). Em 2003, o total de assalariados sem carteira assinada e de trabalhadores por conta própria era praticamente igual ao de assalariados com carteira no Brasil: de 74.980.277 trabalhadores que compunham a população economicamente ativa nesse ano, 30.581.461 eram protegidos, 18.586.471 eram trabalhadores sem carteira assinada, 17.709.344 eram trabalhadores por conta própria, 4.775.933 eram empregadores e 3.323.943 eram trabalhadores não-remunerados (IPEA, 2005). Entre 1940 e 1970, de cada 10 postos de trabalho criados, 8 eram assalariados e 7 com registro formal. Já na década de 1990, para cada 10 postos criados, apenas 2 são assalariados com registro formal. Configura-se assim, a partir desse período, o cenário de maior difusão de postos de trabalho não-assalariados e sem registro formal (Pochmann, 2001, p.97).

¹ No Brasil, o rendimento real médio das ocupações profissionais em 1986 era de 3,56 salários mínimos ; já em 1995 era de 2,35 salários mínimos (Pochmann, 2001, p.72).

Esse cenário de precarização do mercado de trabalho está diretamente atrelado ao processo de agravamento da pobreza que vem ocorrendo no país desde a década de 1980. A redução do ritmo de crescimento da renda em relação às décadas de 1960 e 1970 e a queda de rendimento durante a “década perdida” afetaram especialmente a população mais pobre. Ao fim dos anos 1980 a proporção de pobres² no Brasil era aproximadamente 30% (Rocha, 2003a). Já na segunda metade da década de 1990, a estabilização dos preços proporcionada pelo Plano Real permitiu a redução do indicador; sem alterar, no entanto, a desigualdade na distribuição dos rendimentos. O fenômeno da pobreza, especialmente a partir dos anos 1980, passa por duas evoluções distintas: o agravamento nas áreas urbanas e metropolitanas e a melhoria relativa nas áreas rurais (Rocha, 2003a, p.107). É necessário destacar, contudo, que desde a década de 1970, o Brasil torna-se também mais urbano e mais metropolitano. Com a chegada da modernização ao campo, os pobres tendem a permanecer cada vez menos no campo, tornando-se, conseqüentemente, pobres na cidade; daí uma das explicações para essa evolução distinta do fenômeno da pobreza nas áreas urbanas e metropolitanas e no meio rural.

Tabela 1. Participação de pobres na população total por estratos (%)
– Brasil (1970 a 1999)

	1970	1980	1985	1990	1995	1999
Brasil Metropolitano	18,77	21,96	30,39	29,21	29,84	34,19
Brasil Urbano	29,73	35,91	37,45	41,65	46,21	45,41
Brasil Rural	51,49	42,13	32,16	29,13	23,95	20,41
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: extraído de Rocha, 2003a, p.83.

² Pobres são entendidos aqui como “(...) aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade” (Rocha, 2003a, p.13).

É justamente nas metrópoles – onde o contingente de pobres se multiplica – que os processos adversos do mercado de trabalho e os efeitos da redução da atividade são sentidos com maior intensidade, sobretudo pela população com menor escolaridade. É também nas metrópoles onde o circuito inferior tende a ampliar e diversificar suas formas de manifestação.

Ao longo da década de 1990, o desempenho do mercado de trabalho nas grandes regiões metropolitanas do país, manifestou-se particularmente por meio de dois processos chaves. Por um lado, verifica-se uma mudança na composição da ocupação por setor de atividade, diante da forte redução do emprego industrial, o qual registra uma queda da ordem de 15%, e do aumento da participação do setor terciário. Por outro lado, constata-se que a maior parte das ocupações nas metrópoles é gerada “em atividades de baixa produtividade, especialmente em micro e pequenas empresas, caracterizadas por baixa capitalização, atuando à margem de diferentes regulamentações” (Cacciamali, 2004, p.18). É importante estabelecer aqui a distinção entre emprego e ocupação: emprego pressupõe uma relação de assalariamento, na qual a mercadoria é a capacidade de produzir do trabalhador; ocupação, por sua vez, corresponde a toda atividade capaz de proporcionar um sustento; o emprego assalariado compreende assim um tipo de ocupação (Singer, 1999).

Na Região Metropolitana de São Paulo, a distribuição dos ocupados segundo setores de atividade sofreu fortes transformações ao longo da década de 1990, conforme revela a tabela a seguir. Em 1989, a população ocupada estava distribuída da seguinte forma: indústria: 33,0%; construção civil: 3,9%; comércio: 14,8%; serviços: 41,3%; serviços domésticos: 6,1%; outros: 0,9%. Já em 2001, a distribuição dos ocupados por setor apresentava-se da maneira que se segue: indústria: 19,9%; construção civil: 2,6%; comércio: 16,2%; serviços: 52,3%; serviços domésticos: 8,4%; demais: 0,6% (Dieese/Seade. PED, 2001).

**Tabela 2. Distribuição da população ocupada na
Região Metropolitana de São Paulo – 1989 e 2001**

	1989	2001
Indústria	33,0%	19,9%
Construção civil	3,9%	2,6%
Comércio	14,8%	16,2%
Serviços	41,3%	52,3%
Serviços domésticos	6,1%	8,4%
Outros	0,9%	0,6%

Fonte: Dieese/Seade. Pesquisa Emprego Desemprego (PED), 2001.

É importante destacar que no vasto campo que compreende o setor de serviços, as pequenas empresas de reformas, de alimentação, de serviços auxiliares e as oficinas mecânicas, além dos serviços domésticos, tiveram notável expansão no período em questão (Hoffman e Mendonça, 2003, p.27).

Consideramos que o aumento do número de pequenas firmas de capital reduzido – mas não necessariamente não-registradas – e das ocupações a elas relacionadas, assim como sua diversificação, estão fortemente ligados à expansão e à renovação do circuito inferior no período atual, como veremos mais adiante.

Outro aspecto importante para compreender as transformações recentes no mercado de trabalho brasileiro diz respeito à reforma trabalhista. Esta envolve um conjunto de alterações nas normatizações jurídicas no sentido de flexibilizar e desregulamentar as relações de trabalho. Estas mudanças afetam, para alguns autores, tanto “o mercado de trabalho formal” como o “mercado informal”. Já dentro de nossa perspectiva teórica, julgamos que a reforma trabalhista produz mudanças nas relações de emprego tanto no circuito superior, como no circuito inferior da economia urbana. Uma vez que o último se adapta e reage permanentemente às verticalidades que lhe são impostas.

A intensificação da participação do Brasil na liberalização comercial impulsiona um processo de reestruturação por parte das empresas para reduzir custos e tornarem-se mais

competitivas. Este processo assenta-se no conceito de flexibilidade, o qual se estende tanto ao âmbito da produção e da distribuição, quanto ao uso da força de trabalho.

A implementação da reforma laboral na América Latina vem se apoiando no discurso da “flexibilização” para favorecer a racionalização do uso da força de trabalho por parte das empresas através da retração das vagas e da redução dos custos de mão-de-obra. O emprego flexível vem assim ganhando espaço sobre o emprego “garantido” com contrato de trabalho assalariado e com carteira assinada, ainda que esse processo venha ocorrendo com velocidades diferentes nos países da região (Chahad, 2002, p.40).

No Brasil, as reformas trabalhistas implementadas pelas administrações federais vêm, desde 1994, preconizando a necessidade de maior flexibilidade do mercado de trabalho, em sintonia com os pressupostos do paradigma neoliberal. Cacciamali e Britto (2002), classificaram as principais mudanças efetuadas na legislação trabalhista brasileira em cinco grandes categorias: 1. Modalidades alternativas ao contrato por tempo indeterminado; 2. Flexibilização da jornada de trabalho; 3. Flexibilização da remuneração; 4. Novas formas de solução extrajudicial dos conflitos; e 5. Reforma Sindical.

No que diz respeito às modalidades alternativas ao contrato por tempo indeterminado, à jornada de trabalho e à remuneração, verifica-se que as modalidades de contrato – já presentes na legislação trabalhista brasileira – que avançam mais propriamente no sentido da flexibilização são: a jornada de trabalho em tempo parcial; o contrato de trabalho por prazo determinado e banco de horas; o trabalho temporário; o trabalho por projeto ou tarefa; o contrato por teletrabalho; a terceirização; a cooperativa de trabalho e a suspensão temporária do contrato de trabalho (Chahad, 2002, p.52).

A partir da pesquisa realizada por Chahad (FIPE/MET, 2001), constata-se que cerca de 70% das empresas registradas no Brasil adotam alguma modalidade especial de trabalho, ou seja, de emprego flexível, estando este concentrado especialmente nos setores de serviços e da

indústria. A modalidade mais utilizada é a terceirização, sendo adotada por 56% das empresas e envolvendo 71% dos trabalhadores em emprego flexível, estando muito à frente da segunda modalidade mais adotada: o trabalho temporário, adotado por 21% das empresas. Essa forte expressividade da terceirização está diretamente ligada à principal razão alegada pelas empresas para a utilização do trabalho flexível, ou seja, a redução dos custos com a mão-de-obra. A subcontratação pode implicar, no entanto, a dissolução das garantias do trabalhador; uma vez que os custos da mão-de-obra não são assegurados pela empresa, mas por uma provedora de mão-de-obra que pode dispensar e reempregar os trabalhadores sem empecilhos.

Segundo Chahad e Zockun (2003, pp.109,110) as vantagens da terceirização consistem, entre outras, na possibilidade de concentração da empresa em sua atividade central, na redução dos encargos trabalhistas e sociais assumidos pela empresa, na liberação de capital para aplicação no processo de produção e aquisição de novas tecnologias, na pulverização da ação dos sindicatos e na desmobilização dos movimentos grevistas. Já dentre as desvantagens da terceirização, ainda segundo os mesmos autores, figurariam a criação de empregos precários e eventuais, a possível redução salarial, a eliminação de benefícios sociais diretos e indiretos, maior insegurança no emprego, a desintegração da identidade do trabalhador ao dificultar a organização sindical e o aumento das formas de subemprego e do desemprego. É interessante notar como, por um lado, todas as vantagens elencadas favorecem as empresas e como, por outro lado, todas as desvantagens atingem sobretudo aos trabalhadores.

Dentre as modalidades de contrato que apontam para a flexibilização no mercado de trabalho brasileiro, o trabalho temporário e o banco de horas também aparecem como indicadores representativos, uma vez que englobam respectivamente 11% e 10% dos

trabalhadores em empregos “flexíveis”³. Se por um lado, a adoção do banco de horas permite à empresa responder mais facilmente às flutuações da demanda; por outro, invalida o acordo antigo, no qual as horas extras não podiam ser compensadas além da semana, sendo qualquer hora trabalhada além da jornada, estabelecida na lei ou em negociação, paga como hora extra. O arranjo flexível do banco de horas permite a compensação das horas em períodos mais amplos, criando assim a possibilidade de desaparecimento das horas extras pagas como tais, o que implica, por sua vez, a redução da renda do trabalhador (Zylberstajn, 2003,p.85).

O avanço da flexibilização de forma mais geral pode ser compreendido também como “(...) um modo de renúncia do poder público a estabelecer um ‘freio moral’ para as empresas (Santos, 2000), as quais passam a ter menor responsabilidade social com seus trabalhadores (complementos familiares, saúde, previdência etc) e com a vida social (poluição, impostos locais, empregos oferecidos etc). O alastramento territorial dessa renúncia significa que as regiões já não podem impor condições ao grande capital, sob pena de perder a implantação de uma pequena parcela da nova divisão territorial do trabalho” (Silveira, 2003, p.413).

Conforma-se assim um cenário – muitas vezes legitimado juridicamente – de reorganização do uso do trabalho que permite a expansão de formas alternativas ao contrato de trabalho assalariado registrado tais como a terceirização, o trabalho autônomo, o trabalho temporário e as cooperativas; além da multiplicação das relações de emprego precárias e à margem da legislação.

Essas novas formas de relações de trabalho provocam ainda a redução da cobertura do Sistema Público de Proteção Social⁴, levando os trabalhadores a construírem formas alternativas de proteção. Em 2001, 40,7 milhões de ocupados no setor privado não eram contribuintes do Regime Geral da Previdência Social, ou seja, 57,7% da população ocupada

³ O banco de horas é uma prática que vem se difundindo rapidamente no mercado de trabalho brasileiro, em apenas 3 anos 27% das empresas passaram a utilizá-lo, estando especialmente presente entre as empresas de grande porte.

no setor privado (Marques e Mendes, 2003, p.141). A esse quadro soma-se a pressão do sistema financeiro para dismantelar o que resta do sistema previdenciário público, reduzindo a questão a um debate macroeconômico. Nesse processo, como assevera Silveira (2006, p.161), “(...) o papel da informação, produzida e veiculada pela mídia hegemônica, não é menos importante. Forma-se assim a chamada opinião pública, manifestação do pensamento único, que ampara as ações políticas orientadas a erodir o embrionário Estado de bem-estar e acelerar o empobrecimento das diversas camadas sociais”.

O mercado de trabalho brasileiro vem passando, desse modo, por grandes transformações no período atual, marcadas sobretudo pela natureza crescentemente precária das ocupações disponíveis, pela dificuldade para ingressar no mercado de trabalho e pelo aumento da pobreza. A combinação de fatores como a emergência de novas formas técnicas e organizacionais extremamente poupadoras de mão-de-obra no seio do circuito superior com os atuais tipos de contratação e com as novas políticas trabalhistas tem trazido como consequência, dentre outros aspectos, uma maior precarização das relações de emprego e o aumento do desemprego ao longo dos últimos quinze anos no país. “Por isso, a racionalidade da ordem econômica atual revela-se limitada, ainda mais nas grandes metrópoles, onde o número de pobres é importante” (Silveira, 2006, p.163).

Embora não adotemos o critério da formalidade como enfoque metodológico, alguns indicadores sobre a posição no mercado de trabalho nos revelam como esses processos vêm afetando especialmente a população pobre do país. Em 1999, segundo Rocha (2003a, p.148), 41% dos “não-pobres” eram empregados em relações de trabalho formalizadas (empregados com carteira assinada, funcionários públicos etc); já entre os pobres, apenas 21% eram empregados nessas condições. Nesse mesmo ano, quase 25% dos pobres ocupados trabalhavam por conta própria, entre os “não-pobres” essa proporção era de 22,7%. Vale

⁴ Entre 1992 e 2003 a parcela de trabalhadores autônomos que contribui para a previdência passou de 19,1% para 14,4%.

destacar, todavia, que “embora a ocupação por conta própria encubra uma ampla gama de situações, não significando em si uma inserção inadequada ou precária no mercado de trabalho, entre os pobres está associada a atividades de baixa produtividade, baixos rendimentos, além de irregularidade, insegurança e imprevisibilidade de rendimento” (Rocha, 2003a, p.148).

O diagnóstico traçado por Cacciamali (2005, p.20) – de que o mercado de trabalho brasileiro desde a década de 1990, sob a égide do ideário e das políticas neoliberais, está se constituindo em um mecanismo transmissor da reprodução da pobreza⁵, tanto pelo desemprego quanto pelas condições concretas dos empregos de baixa qualificação – aproxima-se, em certa medida, de nossa hipótese de que estaria havendo uma expansão do circuito inferior no período atual. Uma vez que o papel do circuito inferior “(...) muito antes de ser o de provedor de ocupações e de fornecedor dos meios de sobrevivência, é o de perpetuador da pobreza (...)” (Santos, 1978, p.368).

1.2. Expansão e resistência do circuito inferior

As dinâmicas recentes do mercado de trabalho brasileiro vêm influenciando em grande medida na expansão do circuito inferior da economia urbana nas grandes cidades brasileiras. O fato de a maior parte das ocupações nas metrópoles brasileiras ser gerada atualmente em atividades de “baixa” produtividade, sobretudo em micro e pequenas empresas de baixa capitalização, nos aponta a capacidade do circuito inferior em se renovar e se expandir no período atual. O circuito inferior vem se consolidando enquanto abrigo e fornecedor de renda para grande parte da população, ao mesmo passo em que se afirma como uma manifestação

da pobreza estrutural no país. Não obstante, vale destacar que o conceito de produtividade, tal como é geralmente empregado, tende a remeter a uma “dita” produtividade, ou seja, àquela dos atores hegemônicos, das grandes empresas que dispõem das formas de produção mais modernas. No entanto, tendo em vista o resultado da combinação entre a quantidade de capital fixo empregado e a produtividade obtida pelos pequenos estabelecimentos do circuito inferior, podemos realmente considerá-los como pouco produtivos?

Ainda que o conceito de circuito inferior com o qual trabalhamos envolva todas as formas de trabalho que proporcionam renda e que sejam desenvolvidas com capital reduzido e com baixo grau de organização nas cidades, consideramos que os dados referentes às micro e pequenas empresas podem nos ajudar a apreender processos que envolvem o circuito inferior no período atual. De acordo com os critérios adotados pelo IBGE (2001, p.18), as características que definem as micro e pequenas empresas são: baixa intensidade de capital; altas taxas de natalidade e mortalidade; forte presença de empresas familiares, baixo investimento em inovação tecnológica; dificuldade de acesso a financiamento; e relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte.

Em 1985, as micro e pequenas empresas⁶ comerciais e de serviços no Brasil ocupavam cerca de 3,5 milhões de pessoas; já em 2001 estima-se que esse segmento ocupasse mais de 7,3 milhões de pessoas, apresentando assim um crescimento de mais de 50% da ocupação. Apenas no intervalo entre 1998 e 2001, o volume de pessoas ocupadas passou de 5,5 milhões de pessoas ocupadas para 7,3 milhões, totalizando um aumento de 32,2% (IBGE, 2001). Os empreendimentos de micro e pequeno porte vêm desempenhando assim importante papel na geração de ocupação, absorvendo a maior parte do contingente de pessoas que ingressaram no

⁵ Em 2001, o valor médio dos rendimentos do trabalho para o conjunto dos ocupados da Região Metropolitana de São Paulo era 30% inferior ao registrado em 1989 e próximo ao valor referente a 1992, ano no qual verificou-se o menor valor real desde 1985 (Hoffman e Mendonça, 2003, p.31).

⁶ A definição de micro e pequena empresa adotada pelo IBGE segue os critérios estabelecidos pela Lei nº 9.841 de 05/10/1999 que define as micro e pequenas empresas de acordo com o valor da receita, ou seja, a empresa

mercado de trabalho nesse período (Sebrae, 2000), em contraposição ao circuito superior que vem se tornando cada vez mais poupador de mão-de-obra.

Gráfico 1: Evolução do pessoal ocupado nas empresas de comércio e serviços: 1988–2001

fonte: IBGE, Pesquisa Anual de Comércio 2001 e Pesquisa Anual de Serviços, 2001.

No entanto, grande parte dessas ocupações que vêm sendo geradas nas micro e pequenas empresas encontram-se nos estratos ocupacionais de médio e baixo padrão e não compreendem postos de trabalho com carteira assinada. Do total de trabalhadores ocupados em 2001 nas micro e pequenas empresas comerciais e de serviços, 33,3% eram trabalhadores não-assalariados (IBGE, 2001, p.36). Vale destacar ainda que a evolução da ocupação na década de 1990 foi inferior ao crescimento da PEA, implicando altas taxas de desemprego, e que a desvalorização dos rendimentos do trabalho se acentuou a partir de 1996 (Rocha, 2003b, p.161). As possibilidades de mobilidade e ascensão social, que se apresentavam aos trabalhadores nas décadas de 1960 e 1970, têm se transformado assim em perspectivas de imobilidade e de “decesso social” (Januzzi, 2003, p.115). Esse processo está diretamente relacionado ao empobrecimento da classe média e à expansão do circuito inferior e do circuito superior marginal da economia urbana nas grandes cidades brasileiras.

deve ter uma receita anual de até R\$ 244 mil para ser considerada micro, e de R\$ 244 mil a R\$ 1,2 milhões para ser considerada pequena.

A participação das micro e pequenas empresas no número de empresas de comércio e de serviços aumentou consideravelmente entre 1985 e 2001, passando de 95,5% para 97,6%, totalizando no ano de 2001 mais de 2 milhões de micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil; das quais 75,1% ocupavam menos de 5 pessoas⁷. Dentre estas, distinguem-se as micro e pequenas empresas empregadoras e as micro e pequenas empresas familiares. Segundo a definição adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as primeiras compreendem as empresas com pelo menos uma pessoa na condição de empregado, enquanto as últimas representam aquelas nas quais trabalham apenas os proprietários, sócios e/ou membros da família. Do total de 2 milhões de micro e pequenas empresas comerciais e de serviços presentes no país, 54,7% eram empregadoras e 45,3% eram familiares em 2001 (IBGE, 2001, p.30).

O crescimento vem se dando com maior intensidade nas microempresas comerciais que exigem menor volume de investimento e não demandam mão-de-obra qualificada. Daí a expansão de pequenos comércios de produtos alimentícios como quitandas, mercearias, padarias – resistentes à expansão das grandes redes de supermercados – além da forte presença de armazinhos, pequenas lojas de tecidos e roupas, sapatarias, bazares, papelarias, pequenas lojas de bijuterias e artesanatos etc. Apesar do processo de reestruturação pelo qual vem passando o comércio varejista brasileiro nos últimos anos, com a entrada de grandes grupos internacionais e da expansão das grandes redes já instaladas, verifica-se que o número de pequenos estabelecimentos de varejo tradicional não tem diminuído. Pelo contrário, o número de mercearias e mini-mercados, por exemplo, aumentou 31% entre 1994 e 2002 no país (Sebrae/FIPE, 2004).

⁷ As altas taxas de natalidade de micro e pequenas empresas comerciais e de serviços nos apontam para o dinamismo de parte dos atores que compõem o universo do circuito inferior: entre 1998 e 2000, as taxas de natalidade de mortalidade das micro e pequenas empresas comerciais e de serviços com menos de 5 pessoas foram respectivamente 22,7% e 27,1% (IBGE, 2001, p.19).

Já no âmbito das micro e pequenas empresas de serviços destacam-se igualmente aquelas ligadas aos serviços de alimentação como pequenos bares, lanchonetes, pastelarias etc. Dentro do universo particular do circuito inferior, os serviços de manutenção e reparo também apresentam uma importância considerável: em 2001 ocupavam 7,6% do pessoal ocupado nas micro e pequenas empresas de serviços (IBGE, 2001).

Dentre as micro e pequenas empresas de fabricação, destacam-se especialmente aquelas ligadas à indústria têxtil e de confecção. A confecção é um espaço de trabalho importante para a atuação dos agentes do circuito inferior; uma vez que “as dificuldades de automação da fase da costura mantêm o setor caracteristicamente trabalho intensivo, o que lhe confere especial importância do ponto de vista do emprego”, sobretudo no segmento da malharia e de acabamento onde os requisitos técnicos e financeiros são relativamente baixos (Serra, 2001, p.14). De acordo com o IEMI⁸, 70% das empresas brasileiras de confecção são micro e pequenas empresas. Seus canais de distribuição vão desde o pequeno comércio de varejo às grandes redes atacadistas do circuito superior, com as quais mantêm uma relação de subordinação. Evidencia-se aí, como já nos advertia Santos (1978, pp.158-159), que o circuito inferior envolve não só os pequenos serviços e o pequeno comércio, mas também as atividades de fabricação, ou seja, a micro e pequena indústria.

Através da constituição de micro e pequenos negócios, os agentes do circuito inferior criam oportunidades de trabalho caracterizadas, sobretudo, pela escassez de capital, pela baixa produtividade (se comparada à produtividade hegemônica), e por rendimentos reduzidos. Soma-se a esse quadro a dificuldade de acesso ao crédito bancário regular. Em 1996, 95% dos trabalhadores por conta própria e empregadores com renda inferior a R\$ 3.000,00 mensais não tinham acesso a crédito; sendo essa proporção de praticamente 100% para aqueles com renda inferior a R\$ 1.000,00 mensais, vale destacar que 90% dos trabalhadores por conta própria

⁸ Instituto de Estudos e Marketing Industrial.

têm rendimento inferior a R\$ 1.000,00 por mês (Mezerra, 2002, p.7). Em 2000, havia apenas 115.654 usuários de micro-crédito no Brasil. Evidencia-se aí quão diminuto é o uso efetivo do micro-crédito frente a uma demanda potencial da ordem de 13,7 milhões de micro e pequenas empresas que, ainda segundo Mezerra (2002, p.8), constituem possíveis clientes de um programa de micro-crédito no país.

Como vimos acima, a partir da década de 1980, vem ocorrendo um processo de descentralização do capital e de multiplicação expressiva de pequenas empresas que ocupam, em sua grande maioria, parentes e auxiliares não-remunerados ou com uma baixa remuneração. Acreditamos que grande parte dessas pequenas empresas, sejam elas empregadoras ou familiares e/ou “formais” ou “informais”, faça parte do que compreendemos por circuito inferior da economia urbana.

Os variados “tipos” de trabalho que compõem o universo do circuito inferior, tanto na forma de micro e pequenas empresas como na forma de trabalhadores autônomos, vêm renovando e diversificando suas estratégias no período atual, como veremos a seguir. A presença de suas atividades típicas – oficinas de costura, pequenas lanchonetes e similares, chaveiros, cabeleireiros, pequenas mercearias, sapateiros, vendedores ambulantes, “flanelinhas” etc – conserva-se e reforça-se no período atual. Contudo, o circuito inferior também vem diversificando suas formas de manifestação, especialmente através da multiplicação da prestação de pequenos serviços e das atividades de consertos e de reparos ligadas a certos objetos técnicos do período atual.

Dentro das grandes cidades, os atores do circuito inferior da economia urbana vão encontrar localizações diferentes que, por sua vez, definem sua capacidade de produzir e consumir, revelando destarte os fundamentos históricos da segmentação intra-urbana e da diversidade sócio-espacial (Silveira, 2004a, p.61). “A cidade constitui, em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletivo. Sua materialidade é formada pela justaposição de

áreas diferentemente equipadas, desde as valorizações mais recentes, aptas aos usos mais eficazes de atividades modernas, até o que resta do passado mais remoto, onde se instalam os usos menos rentáveis, portadores de técnicas e de capitais menos exigentes. Cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, e a divisão interna do trabalho não lhe é indiferente. Assim, às diversas combinações infra-estruturais correspondem combinações supra-estruturais específicas” (Santos, 1995, pp.129-130).

A despeito da tendência do poder público em priorizar certas parcelas das cidades para seus investimentos em bens e serviços coletivos, os agentes do circuito inferior se fazem presente onde um dado arranjo entre sistema de objetos e de ações lhes permite instalar-se, ou seja, onde um meio construído relativamente desvalorizado e uma forte demanda popular encontram-se combinados. Vale destacar, contudo, que a demanda endereçada ao circuito inferior envolve também os chamados setores de “classe média” e de “classe alta”.

Ainda que haja um circuito inferior residencial, que acreditamos também estar em expansão atualmente (haja vista o aumento do número de pessoas que desenvolvem algum tipo de trabalho em sua própria residência como costureiras, cozinheiras, marmiteiras, serviços de reparos etc), grande parte das atividades desse circuito faz parte de um “circuito inferior central” (Santos, 1978), ou seja, instala-se em locais de grande circulação de massas, muitas vezes em áreas consideradas “desvalorizadas” ou “degradadas”. Contudo, é justamente nesses lugares, onde o que representa uma “deseconomia” para certos atores constitui-se em economia para outros (Santos, 1995, p.49), que se dá o trabalho de grande parte da população.

O espaço revela-se aí justamente como território usado (Santos e Silveira, 2001), onde cada ator tem força diferente dentro de uma dinâmica na qual sistemas de objetos e sistemas de ações se condicionam mutuamente.

1.3. Enfoques em voga: do “setor informal” à economia solidária

O contexto de forte expansão de empregos sem carteira assinada, de trabalhadores por conta própria e das ocupações não-assalariadas, acompanhado pela deterioração das relações de trabalho, vem revigorando o enfoque da informalidade nas análises sobre o mercado de trabalho brasileiro⁹.

O conceito de “setor informal” ou de “economia informal” é adotado freqüentemente tanto por instituições de pesquisa – com destaque para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰ – como por vários pesquisadores (Ramos e Ferreira, 2005; Cacciamali, 2001; Pamplona e Romeiro, 2002). De acordo com o IBGE, 52,6% do total dos trabalhadores seriam informais no Brasil em 2002; além disso, ainda segundo o Instituto, 98,2% das pequenas empresas não-agrícolas com até 5 empregados no país pertenceriam ao chamado “setor informal” (IBGE, PNAD, 2002 e IBGE, ECINF, 2003). Diante da magnitude de tais proporções, podemos desde já nos questionar a respeito do potencial explicativo desse enfoque.

A idéia do setor informal emergiu da tradição dos modelos dualistas de análises das estruturas das economias do Terceiro Mundo, desenvolvida por autores como Boeke (1953) e Lewis (1954) (McGee e Armstrong, 1985). As teorias dualistas fundaram-se, em sua origem,

⁹ Esse cenário é também definido como processo de informalização das relações de trabalho. A crescente ausência de proteções trabalhistas estaria relacionada, de certo modo, com a redução dos empregos na indústria e com a expansão no setor de serviços, onde o grau de “informalidade” seria mais alto, mas também com o aumento do número de trabalhadores sem carteira assinada na indústria (IPEA, 2005).

¹⁰ O IBGE produziu uma série de pesquisas em 1997 e 2003 sobre os pequenos empreendimentos não-agrícolas a partir do enfoque da informalidade. De acordo com a metodologia adotada, o setor informal compreende os pequenos empreendimentos formados por trabalhadores que atuam por conta própria com até cinco empregados em atividade não-agrícola (com exceção daqueles que declararam lucro real e que eram sociedades anônimas). A

tanto em explicações sociológicas, como em explicações fundadas em termos econômicos. Enquanto as primeiras destacavam a presença de dois setores nos países subdesenvolvidos – organizações capitalistas ocidentais “importadas” em contraposição às organizações “pré-capitalistas” locais¹¹ – (Boeke, 1953), as segundas postulavam a necessidade de esforços no campo tecnológico para a produção do *take-off* em países subdesenvolvidos (Higgings, 1959).

O interesse pelo setor informal desperta durante os anos 1960, em um contexto de preocupação com a incapacidade de muitos países subdesenvolvidos em gerar oportunidades salariais e com o fato de muitas pessoas encontrarem-se empregadas essencialmente em atividades familiares ou de pequena escala. A este quadro somava-se a tomada de consciência do fracasso do modelo de integração apoiado no desenvolvimento industrial, diante do forte aumento da pobreza urbana e do sub-emprego massivo nos países do Terceiro Mundo.

O aparecimento da expressão “setor informal” é geralmente atribuído ao relatório, do início da década de 1970, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Quênia (“Rapport Kenya”, OIT, 1972). Neste são definidas as seguintes características para o setor informal: facilidade de acesso à atividade; utilização de recursos locais; propriedade familiar da empresa; escala de atividade reduzida; uso de técnicas que privilegiam o recurso à mão-de-obra; qualificações adquiridas fora do sistema oficial de formação; e presença de mercados concorrenciais e sem regulamentação.

Ainda no início da década de 1970, K. Hart emprega o adjetivo “informal” de forma distinta, definindo a renda informal como a renda complementar tornada necessária à unidade doméstica diante do baixo nível dos salários e dos limites da solidariedade familiar e do

pesquisa também excluiu os trabalhadores domésticos. (IBGE, « Economia Informal Urbana », 1997; IBGE, “Economia Informal Urbana”, 2003).

¹¹ “(...) o fenômeno do dualismo é uma das características que distingue os países subdesenvolvidos. Virtualmente todos esses países têm dois setores claramente diferenciados: um limitado principalmente à pequena agricultura camponesa, ao artesanato, à micro indústria e às atividades de comércio associadas às primeiras; e outro envolvendo grandes propriedades, minas, campos de petróleo e refinarias, grandes indústrias e as atividades de transporte e comércio associadas a essas operações. Os níveis de técnica, produtividade e renda são baixos no primeiro setor e altos no segundo” (Boeke, 1953 in Higgings, 1959, p.281) (tradução da autora).

recurso ao crédito nos países subdesenvolvidos (Hart, 1972). Desde então, distinguem-se duas linhas de pesquisa que estarão constantemente presentes nos diferentes estudos sobre o setor informal: a análise ao nível da unidade de produção e a análise ao nível da unidade familiar. A primeira, representada pela visão da OIT, passa a ser utilizada por governos e instituições internacionais para “medir” e planejar a evolução do setor identificado como informal nos países subdesenvolvidos.

Na análise dos problemas estruturais de absorção da mão-de-obra nas cidades do Terceiro Mundo, adotou-se assim progressivamente um modelo dualista que fazia a distinção entre um “setor formal” (*modern*) e um “setor informal” (*bazaar, peasant*) (McGee e Armstrong, 1985). Destarte, o setor informal tornar-se-ia um “objeto legítimo” de políticas e de pesquisas (Lautier, 1994, p. 10). Pode-se considerar, no entanto, que a difusão da noção “informal” se deu justamente em função de sua imprecisão. J. Williard (1989) identificou mais de vinte termos empregados para designar atividades que supostamente escapariam às normas legais e estatísticas¹².

De todo modo, o paradigma do setor informal se impôs e para defini-lo surgiram duas grandes linhas de análise apoiadas em critérios distintos: o critério do tamanho da unidade de produção e o critério do não-respeito à lei (Lautier, 1994).

O primeiro, adotado pela maioria dos institutos de pesquisa, considera apenas o tamanho da unidade de produção (menos de dez ou cinco pessoas) para definir o pertencimento ao setor informal. Este critério facilita a construção de estatísticas; contudo, apresenta o inconveniente de agregar atividades e pessoas bastante heterogêneas, uma vez que existem atividades modernas e declaradas realizadas em pequenas unidades.

¹² Economia não oficial; economia não declarada; economia dissimulada; economia submersa; economia paralela; economia alternativa; economia autônoma; economia cinza; economia marginal; economia invisível; economia ilegal; economia não-registrada; contra-economia; economia não observada; economia subterrânea; economia clandestina; economia secundária; economia dual; economia oculta; economia negra; economia irregular; economia periférica; economia da sombra; economia informal.

Já o critério do não-respeito à lei é também largamente adotado. Todavia coloca-se a questão de saber qual a lei a não ser respeitada (regulamentação das condições de trabalho, zoneamento, ocupação do espaço público, pagamento de impostos, cotizações de seguridade social etc). Outro problema colocado por este critério reside no fato de as legislações dos países serem extremamente diferentes (Lautier, 1994, p. 15). No Brasil, por exemplo, a informalidade é associada à não declaração dos trabalhadores à seguridade social; já na Colômbia o emprego informal corresponde ao trabalho em unidades produtivas com menos de dez pessoas (Lopez-Castaño, 1987). O principal representante da abordagem legalista é De Soto (1987). Para este autor, a economia informal, ou “subterrânea”, seria um conjunto de atividades econômicas não-registradas e não-declaradas ao Estado, porém socialmente lícitas. Daí o argumento de De Soto em favor da desregulamentação, o qual se aproxima da apologia da flexibilidade presente no discurso neoliberal.

Poderíamos ainda identificar uma terceira corrente, mais rica conceitualmente, na qual a economia informal é definida em função da forma de organização da produção, ou ainda, pela presença de unidades de produção não tipicamente capitalistas (Cacciamali, 1983, 1989, 1991; Tokman, 1987; Souza, 1980). Segundo essa abordagem, nas unidades de produção informais há reduzida ou nenhuma separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção (o proprietário trabalha diretamente na produção com a ajuda freqüente de familiares e, em alguns casos, com poucos assalariados); o trabalho assalariado não constitui a base de seu funcionamento, seu principal objetivo sendo a criação de renda e emprego. De acordo com essa visão, as unidades informais são, geralmente, de pequena escala, apresentando um baixo nível tecnológico e uma limitada divisão do trabalho (Pamplona e Romeiro, 2002, p.17). Este critério da forma de organização da produção foi também progressivamente adotado pela OIT a partir do início da década de 1990. Esta abordagem representa certamente um avanço analítico em relação às anteriores.

No Brasil, a entrada dos temas urbanos na sociologia se deu na década de 1970, coincidindo assim com a discussão sobre o chamado “desenvolvimento dependente” e sobre a constituição do mercado de trabalho nos países subdesenvolvidos, onde o “setor informal” cumpriria um papel central. “Segundo a visão então vigente, oriunda da teoria da convergência ou desenvolvimento aplicada às dinâmicas urbanas, a existência de intensa pobreza urbana associada a um enorme mercado informal de trabalho seria produto, nos países em desenvolvimento, de ritmos de migração do rural ao urbano superiores ao ritmo de geração de postos de trabalho permanentes promovidos pela industrialização. Essas populações, qualificadas por essa literatura de “marginais” seriam caracterizadas por sua inserção incompleta na estrutura social urbana (...)” (Marques, 2005a, p.21).

No que diz respeito à visão do setor informal promovida pelas instituições internacionais, em especial pela OIT e pelo Banco Mundial, pode-se destacar dois momentos. Em uma primeira fase, que vai do início da década de 1970 até meados da década de 1980, o setor informal era visto tanto como um obstáculo ao desenvolvimento, como um campo de estratégias de sobrevivência, estando uma fração das empresas que o compunham destinadas a ser formalizadas (sobretudo as pequenas empresas de produção de bens ou serviços). Já em uma segunda fase, a partir do fim da década de 1980, o setor informal é visto como uma fonte de renda e de empregos graças ao seu dinamismo e flexibilidade em períodos de crise e frente ao aumento da pobreza. Passa-se assim de uma óptica “miserabilista” a uma óptica otimista em relação ao setor informal (Azais, 2000, p.10).

Nesse contexto de “valorização” do setor informal, a idéia de “economia popular” foi divulgada (Larrachea e Nyssens, 1994). Retomando um debate acerca da não-funcionalidade da economia informal à economia formal, a “economia popular” ressalta o papel da comunidade como suporte de redes de solidariedade e o papel da micro-finança. Dentre as formas de micro-finança promovidas pelas instituições internacionais que se constituíram em

objeto de pesquisa de vários estudos, destacam-se as *tontines*. Apesar de assumirem formas diversas, as *tontines* compreendem basicamente uma associação cujos participantes depositam suas cotizações em comum e recebem alternadamente a poupança acumulada; amenizando assim a impossibilidade de aceder ao sistema de crédito bancário (Lautier, 1994, p. 62).

A “economia solidária” é outra vertente que se fortalece a partir da década de 1970. Diante do forte aumento do desemprego e do avanço da flexibilização laboral, a economia solidária ressurge¹³, segundo certos autores, como uma alternativa por meio da proposta da criação de cooperativas e de formas de produção associada em diversos países (Singer, 2002).

Contrapondo-se à economia capitalista, a economia solidária apregoa a propriedade coletiva ou associada do capital, a autogestão, a administração democrática e a valorização das decisões em assembléia. As cooperativas aparecem como a forma de organização privilegiada pela economia solidária, as quais são, muitas vezes, fundadas por incubadores que buscam desenvolver valores cooperativistas em comunidades pobres. A viabilidade de empreendimentos solidários, contudo, está atrelada à criação de políticas e instituições públicas de apoio, assim como ao atendimento às demandas relacionadas à formação, ao crédito, à gestão, à tecnologia etc (Eid et alli, p.71, 2001).

Para Singer (1999, p.10), “(...) a economia solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exacerba”. No entanto, autores como Boutilier, condenam a versão atual da economia solidária; uma vez que esta não questionaria os fundamentos da economia mercantil, criando novas articulações entre as esferas pública e privada, e favoreceria a divulgação do “social” e do “solidário” como princípios de *marketing*. De todo modo, ainda que apresente limitações, não podemos deixar de reconhecer certos aspectos positivos envolvidos na prática da economia solidária. Posto que atualmente esta

¹³ A origem histórica da “economia solidária” remonta ao início do século XIX; seus primeiros representantes são os pensadores do socialismo utópico como R. Owen, C. Fourier e Saint-Simon (Singer, 2002).

envolve diversas oportunidades de trabalho em cerca de 21.000 empreendimentos no país, organizados sob a forma de cooperativas, associações, empresas auto-gestoras, redes, grupos etc (SIES, 2006).

Todavia, apesar da (re)emergência de diversos enfoques, a idéia de setor informal vem ganhando força nos dias de hoje, fortalecendo assim um enfoque dualista nas análises sobre os processos do mercado de trabalho. Segundo Lautier, as dicotomias utilizadas no passado não seriam mais aplicáveis à realidade do período atual, tendo em vista a multiplicação dos estatutos dos trabalhadores, as diferentes posições dos cidadãos frente às políticas públicas e o acesso desigual aos serviços coletivos. Para analisar a configuração do emprego nos países da América Latina, o autor propõe uma espécie de cartografia social a partir da metáfora da “pele de leopardo”. Esta última seria composta por manchas – onde estariam os trabalhadores estáveis e protegidos ligados ao mercado internacional – e por uma “pele” formada pelos trabalhadores autônomos, assalariados das micro-empresas, desempregados, pequenos empregadores, etc (Lautier, 2001).

Dentre os problemas de método apresentados pelas análises dualistas, cujo representante basilar é a idéia de “setor informal”, destaca-se sobretudo o fato desta estabelecer dois universos teóricos para analisar o mesmo universo social (Slater, 1982). A teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos (Santos, 1973 e 1975), ao considerar as relações de complementaridade e de concorrência entre os circuitos, representa assim um avanço em relação à análise dualista que, muitas vezes, trata separadamente cada um dos setores da economia urbana.

Ademais, o enfoque da informalidade tende a não conferir historicidade à pobreza, uma vez que, muitas vezes divide o tecido social em uma suposta “sociedade moderna”, a parcela formal, e em uma chamada “sociedade tradicional” ou “não-capitalista” associada ao “setor informal”. Parte-se do princípio de que os pobres não se relacionam ou não fazem uso

de determinadas variáveis chave do período, como se esses não participassem do mesmo tempo histórico que os atores hegemônicos. Contudo, como veremos a seguir, mesmo que os atores não-hegemônicos não possuam o domínio das variáveis da época, ainda assim combinam algumas de suas variáveis, usando-as de outras formas.

A realização de um esforço classificatório que divida as atividades em “formais” e informais” não constitui, de fato, um caminho de método fértil (Silveira, 2004a, p.68) diante de nossos objetivos de compreensão da cidade enquanto uma totalidade interconectada por diversas divisões do trabalho, caracterizadas pelos mais variados graus de organização e de capital, em diferentes pedaços do meio construído.

Por outro lado, a organização das micro e pequenas empresas no circuito inferior tende a misturar elementos ditos “formais” e “informais”. Muitas vezes constituem estabelecimentos registrados com trabalhadores com carteira assinada, em outras ocasiões compreendem empresas registradas mas que não trabalham com mão-de-obra com carteira assinada; outras vezes têm parte de seus empregados registrados e parte não, especialmente a mão-de-obra familiar. Em certos casos esses pequenos estabelecimentos podem trabalhar com mão-de-obra com carteira assinada e não pagar outros impostos, ou podem até mesmo constituir estabelecimentos não registrados que trabalham com empregados sem carteira e que não pagam nenhum tipo de benefício social.

Este entrelaçamento de situações no circuito inferior nos revela a limitação do enfoque da informalidade frente às nossas preocupações de captar o funcionamento das atividades desse circuito, a relação entre elas e o meio construído, assim como de aprofundar a compreensão de determinadas variáveis que revelem o funcionamento do circuito inferior na cidade de São Paulo no período atual.

Por fim, outra questão que merece destaque quanto ao termo “setor informal” diz respeito à própria idéia de setor. A classificação em setores compreende uma grande abstração

da economia que esconde o uso diferente do território pelos agentes. Atividades que teoricamente participariam de um mesmo “setor” apresentam, em realidade, conteúdos bastante diferenciados em termos de organização, de capital e de poder de interferência na organização do espaço.

1.4. A teoria dos circuitos e seu potencial para compreender processos do período atual.

Considerações preliminares

As primeiras abordagens teóricas sobre a urbanização e sobre a economia urbana dos países subdesenvolvidos datam do início da década de 1950. Desde então, diferentes estudos vêm tratando, de certa forma, do que estamos aqui entendendo por “circuito inferior” da economia urbana dos países subdesenvolvidos (Santos, 1978). Em meio a estes estudos, a noção de dualismo encontra-se amplamente difundida tanto entre aqueles mais antigos (Boeke, 1953; Lewis, 1954; Hirschmann, 1964) quanto em abordagens mais atuais (como no enfoque do setor informal).

Como assevera Santos, o tema dos circuitos da economia urbana é herdeiro do tema do dualismo, sendo este último mais antigo (Santos, 1978, p.53). No entanto, a proposta teórica dos circuitos vem justamente romper com o paradigma dicotômico da oposição entre moderno e tradicional, capitalista e não-capitalista, assim como da consideração exclusiva do aspecto da produção, que não leva em conta as esferas da distribuição, do consumo e do emprego. A teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos “(...) rompeu com a esterilidade do modelo dualista da estrutura econômica das cidades terceiro-mundistas e reconheceu a realidade dos circuitos de interação de capital, informação, bens e pessoas” (McGee, 1996, p.454). Os dois circuitos possuem, com efeito, a mesma origem, o mesmo

conjunto de causas, resultando das condições históricas de introdução das modernizações e apresentando-se interligados tanto por relações de complementaridade como por relações de concorrência.

Dentre os estudos que se apoiaram em abordagens dualistas destaca-se, por exemplo, a obra de Lewis (1954) que opõe um “setor tradicional”, caracterizado pelo sub-emprego de uma mão-de-obra excedente, a um “setor moderno”. McGee e Armstrong (1968) propõem um *linkage* entre dois sistemas – denominados “capitalismo” e “não-capitalismo” – em coexistência nos países do Terceiro Mundo. Estes seriam definidos, respectivamente, ou pelo emprego assalariado ou pelo *self-employment*. Em uma obra posterior (McGee e Armstrong, 1985), os próprios autores reconhecem que essa abordagem apresenta problemas teóricos e empíricos, uma vez que não capta a interação entre os dois sistemas que, em realidade, são partes de uma única relação.

Geertz (1963), por sua vez, traz a idéia de uma *firm centred economy* em contraposição à *bazaar economy*. Já R. Edwards (1979) propõe uma teoria da segmentação do mercado de trabalho urbano fundamentada na distinção entre um mercado primário e um mercado secundário. No primeiro, os trabalhadores seriam bem-pagos, teriam estabilidade e possibilidade de ascensão social; enquanto no segundo predominariam condições opostas¹⁴.

Na década de 1970, o tema do dualismo renova-se ao receber diferentes tratamentos, especialmente a partir das propostas de “dualismo dentro do dualismo” (McGee, 1970), de “dualismo intra-urbano” (McKee e Leahy, 1970), de “economia do centro” e “economia da favela” (Frakenhoff, 1971) e de “economia doméstica” (Kay, 1970). No entanto, é preciso, desde já, evitar a confusão que se estabelece, por exemplo, entre favela e circuito inferior assim como entre economia doméstica e circuito inferior. A favela constitui apenas um

¹⁴ O mercado de trabalho secundário proposto por Edwards é composto pelas seguintes atividades: postos de baixa qualificação em firmas industriais pequenas; ocupações como faxineiros, garçons, entregadores, mensageiros, guardas, prestadores de cuidados especiais; posições de baixo escalão no comércio; tecelões; datilógrafos; trabalhadores empregados sazonalmente na agricultura; dentre outras.

quadro material representativo da pobreza, enquanto o circuito inferior recobre um fenômeno muito mais amplo, não delimitado geograficamente (Santos, 1978, p.70). A noção de “economia doméstica”, por sua vez, também é limitada frente ao universo do circuito inferior, no qual estão envolvidas essencialmente atividades de fabricação não capital-intensivo, serviços não-modernos fornecidos “a varejo” e o comércio de pequena dimensão. Podemos, no entanto, distinguir um circuito inferior central e um circuito inferior residencial (Santos, 1978, p.350).

Contudo, como vimos acima, dentre as propostas de análise da economia urbana dos países subdesenvolvidos, aquela que encontrou maior destaque, maior visibilidade e uma ampla adesão no plano internacional foi incontestavelmente a abordagem do setor informal, ou ainda, da economia informal.

Mas se nossa proposta de método reside em partir da teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, devemos questionar-nos a respeito da força explicativa desta teoria desenvolvida na década de 1970 para compreender processos atuais, ou seja, devemos buscar apreender seu potencial explicativo em um período de transformações tão aceleradas como a globalização.

Como coloca Silveira (2004b, p.3), “(...) a intensa urbanização, a reorganização do Estado e da economia, a monetarização da economia e da sociedade que vão se completando, os agregados de ciência, técnica e informação à vida social e ao território, e a diversificação e aprofundamento dos consumos são dados novos do período, que alteram a natureza do espaço no qual os circuitos da economia urbana se desenvolvem”. Não obstante, os circuitos vão encontrar seus canais de desenvolvimento, ou recriando a conjuntura ou conformando-se a ela, posto que ambos são resultados das modernizações que atingem o território e a sociedade. Ainda que as transformações se dêem de maneira mais acelerada no circuito superior, é

preciso atentar também às formas mais sutis de renovação e transformação, assim como às resistências, do circuito inferior.

A crescente internacionalização da economia brasileira, característica do período atual, vem produzindo um rearranjo na dinâmica dos circuitos da economia urbana. A chegada do acontecer hierárquico (Santos, 1996, p.166), através da presença de agentes de um circuito superior crescentemente internacionalizado, implica a alteração da dinâmica dos atores não-hegemônicos nas cidades. Conforme assevera Durkheim (1893, 1995, p.266), “se houver concorrentes que apresentam alguma inferioridade, deverão necessariamente ceder o terreno que ocupavam até então em que já não podem se manter nas novas condições em que a luta se trava. Então, não têm outra alternativa senão desaparecer ou transformar-se (...)”. Ou seja, os agentes do circuito inferior devem adaptar-se à presença de um circuito superior que lhes impõe uma série de normatizações além de uma concorrência fortemente desigual que, por sua vez, os obriga, muitas vezes, ou a terceirizar suas atividades ou a abandoná-las. Daí o crescimento de um circuito superior forâneo, distante, externo às dinâmicas do lugar e o aumento do desemprego local (Silveira, 1999a).

No período atual, as cidades e regiões são crescentemente “envolvidas num processo de criação de valor pela incorporação de objetos e ações modernos (...) especializam-se em atividades exógenas e tornam-se compartimentos territoriais de um mundo globalizado” (Silveira, 2003, p.415). No entanto, o número de atividades e de empregos ligados ao circuito superior da economia também diminui. Não obstante, a população deve encontrar, ao mesmo passo, uma atividade e um lugar na cidade (Silveira, 2004b, p.10); multiplica-se assim o circuito inferior da economia, ou seja, tem-se a expansão das pequenas atividades realizadas com capital reduzido. A multiplicação do circuito inferior resulta assim da pobreza que advém do outro circuito. Um circuito superior marginal ligado à parcela técnica da produção do

circuito superior também tende a se desenvolver. Esse movimento resulta na ampliação da distância entre os circuitos no período atual (Silveira, 2005¹⁵).

A reflexão sobre o circuito inferior em particular nos aproxima assim, de certo modo, de uma análise sobre o processo de precarização do trabalho que, nos dias de hoje, aumenta a vulnerabilidade social e produz diversas formas de trabalho que terminam por envolver, ainda que indiretamente, a totalidade do tecido social. Como coloca Castel, “de agora em diante, é um equívoco caracterizar essas novas formas de emprego como ‘particulares’ ou ‘atípicas’” (Castel, 1998, p.516).

Enquanto teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial (Santos, 1978, p.26), a teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos compreende um caminho de método para refletirmos sobre as transformações espaciais produzidas, diretamente e indiretamente, pelas modernizações que atingem o território no período atual. A globalização é um período histórico “(...) caracterizado pela influência acelerada de fatores originados acima do Estado. Todavia, curto-circuitos e arranjos instalam-se no território, graças ao encontro desses fatores com as formas do trabalho e da vida nos lugares e as mediações da formação socioespacial. Trata-se da produção de uma nova geografia” (Silveira, 1999b, p.21).

A teoria dos circuitos permite-nos, destarte, avançar na compreensão do espaço geográfico enquanto território usado (Santos e Silveira, 2001), onde cada ator possui força diferente. Se os agentes do circuito superior têm no território um recurso para a realização de seus interesses corporativos, os agentes do circuito inferior usam o território enquanto um abrigo (Gottmann, 1975; Santos et alli, 2000, p.8). Esses usos do território se realizam de forma dialética, envolvem relações de complementaridade e concorrência, conformando o espaço banal, o espaço de todos (Santos, 1995, p.16). Pois ainda que cada ação se dê segundo

¹⁵ Questões trabalhadas no curso de Pós-Graduação “Questões de Método em Geografia” ministrado pela Profa. Dra. María Laura Silveira em 2005.

o seu tempo, as diversas ações se dão conjuntamente; o espaço concretizando a reunião de todos os atores, com suas múltiplas e desiguais possibilidades de uso do território e do tempo (Santos, 1996, p.160).

Ao considerarmos o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações (Santos, 1996), o olhar sobre o período atual a partir da teoria dos circuitos traz ainda a possibilidade de enriquecimento de uma perspectiva que trabalha o conteúdo existencial em Geografia. Uma vez que focamos nossa reflexão nas formas de trabalho e em suas relações com o meio construído, atentamos, por conseguinte, às existências que compõem o espaço, ou seja, à vida que nele se desenrola, assim como as técnicas presentes naquele lugar que, por sua vez, indicam como o território é usado (Silveira, 2005¹⁶).

Devemos destacar, por outro lado, que os circuitos compreendem resultados das modernizações e das respectivas transformações na divisão territorial do trabalho (Silveira, 2004b, p.3). As formas de trabalho que compõem o circuito inferior e o circuito superior marginal no período atual podem ser compreendidas como divisões do trabalho espontâneas que crescem nos interstícios do circuito superior (Silveira, 2005¹⁷). Assim sendo, a teoria dos circuitos da economia urbana nos aproxima igualmente de uma reflexão sobre a divisão do trabalho sob o prisma da coexistência de tipos de trabalho (Santos, 1996, p.135). Posto que estamos sempre diante de diversas divisões do trabalho que se sucedem e coexistem. Não obstante, a ação é sempre presente, ainda que se trabalhe com uma divisão do trabalho proveniente do passado¹⁸.

A divisão territorial do trabalho, por sua vez, estabelece uma hierarquia entre os lugares, definindo a capacidade de ação dos atores (Santos, 1996, p.135). Enquanto os atores

¹⁶ Questões trabalhadas no curso de Pós-Graduação “Questões de Método em Geografia” ministrado pela Profa. Dra. Maria Laura Silveira em 2005.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Conforme assevera Sorre (1952, 1994, p.107), desde as primeiras civilizações, a divisão do trabalho implica uma especialização dos grupos, uma distinção entre as ocupações. Segundo o autor, o princípio da diferenciação entre os gêneros de vida reside justamente na divisão do trabalho.

hegemônicos apresentam cada vez mais a possibilidade de criar as formas nas quais realizam suas atividades, apoiados nos recursos técnicos e políticos do período atual; os não-hegemônicos utilizam as formas que já estavam prontas, aproveitando-se, muitas vezes dos interstícios produzidos pelo próprio circuito superior.

Por outro lado, cada empresa cria sua própria divisão territorial do trabalho corporativa, ou seja, a base territorial de que precisa (Santos e Silveira, 2001, p.290). Quanto maior o poder da empresa, maior sua capacidade em usar o território nacional com as variáveis da época, maior sua capacidade em convencer o poder público a equipar o território nacional como se esse equipamento fosse uma solução à escassez da nação, quando na realidade é uma solução à sua divisão corporativa do trabalho particular. Nesse processo, “todos os recursos são mobilizados para dominar a chamada opinião pública e, portanto, assegurar a base política do modelo. Todavia, para grandes parcelas da sociedade a modernização permanece misteriosa, pois dela conhecem mais o nome do que a existência” (Silveira, 1999a, p.434). O território é assim objeto de diferentes formas de valorizações que, por sua vez estão relacionadas tanto às densidades técnicas e informacionais (Santos, 1996) quanto às densidades normativas (Silveira, 1999a).

Se por um lado, grande parte dos atores do circuito superior pode hoje usar o território em escala nacional ou mesmo internacional; por outro, a maior parte da população sobrevive de um trabalho cujo contexto não ultrapassa a escala da metrópole (Silveira, 2004b, p.6) ou mesmo a escala intra-urbana. A divisão territorial do trabalho de uma nação, vista através dos circuitos, nos revela assim como o território é usado, como este compreende o resultado de uma superposição de divisões do trabalho. Cada empresa, cada atividade possui uma base territorial; o território pode ser visto assim “(...) como uma espécie de rendilhado formado pelas respectivas topologias” (Santos e Silveira, 2001, p.290).

O olhar sobre os circuitos da economia urbana nos permite ver também como os atores usam algumas das variáveis da época e outras não, e este é um dado central para pensar os circuitos hoje. Como veremos a seguir, se, por um lado, os atores hegemônicos podem organizar seu trabalho a partir das variáveis da época e os atores hegemonzados são obrigados a usar essas variáveis sem comandá-las; por outro lado, os atores não-hegemônicos – que, por sua vez, não têm domínio de tais variáveis – combinam algumas de suas variáveis e usam-nas de outras formas. O fato de os pobres também consumirem certas variáveis da globalização é, certamente, um complicador na definição de pobreza hoje. A força do consumo e das finanças no período atual, como veremos para São Paulo, é um fator chave que vem alterar a natureza do funcionamento dos circuitos, em especial do circuito inferior.

A partir dessas considerações iniciais, despontam apenas algumas questões que revelam a força explicativa da teoria dos circuitos da economia urbana para compreender certos processos que definem o período atual. Não obstante, seu potencial estende-se a muitos outros aspectos da vida contemporânea, como, por exemplo, a possibilidade de pensar em outros termos as relações entre campo e cidade; tendo em vista o processo de modernização do campo que hoje coloca em questão a visão dualista que contrapunha o campo “atrasado” à cidade “moderna”. Ou ainda, os caminhos abertos para rediscutir as relações entre cidades que atualmente invalidam as teorias tradicionais de hierarquia urbana (Berry, 1971). A teoria dos circuitos da economia urbana nos permite igualmente avançar na construção de uma geografia da produção, assim como de uma geografia da circulação e do consumo.

Capítulo 2. Da Formação Socioespacial ao lugar. A totalidade da cidade e a força do circuito inferior em São Paulo no período atual

2.1. Ampliação da divisão territorial do trabalho e ascensão de São Paulo ao estatuto de metrópole informacional e fragmentada

Uma vez que adotamos a teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos (Santos, 1978) como caminho de método de nossa reflexão, nosso ponto de partida consiste em considerar a cidade como um todo em permanente movimento que abriga duas áreas de mercado diferenciadas e complementares. A cidade compreende a totalidade, o “conjunto de todos os instrumentos de trabalho e todas as formas de fazer” e só pode ser entendida ao considerarmos a coexistência das divisões territoriais do trabalho (Silveira, 2004a, p.60). A totalidade da metrópole de São Paulo, por sua vez, se apresenta como uma totalidade menor inserida em uma totalidade maior da qual ela participa, ou seja, a formação socioespacial brasileira (Santos, 1977).

São Paulo, enquanto uma metrópole do Terceiro Mundo que participa cada vez mais ativamente do processo de globalização, insere-se na divisão internacional do trabalho guardando características particulares de uma modernização incompleta (Santos, 1995). Ao passo em que a cidade se moderniza e reafirma seu papel de controle no espaço brasileiro, consolidando o seu sofisticado setor quartenário (Bernardes, 2001), agravam-se as condições de vida de grande parte de sua população. Aprofunda-se o processo de periferização, entendido como a exclusão social e geográfica de grandes parcelas da população das modernizações do território (Almeida, 2000, p. 118).

Desde o fim do século XIX, a cidade de São Paulo vem afirmando seu papel de metrópole primaz do território brasileiro, o qual se renova no período atual graças à ampliação da divisão territorial do trabalho no país. A evolução do processo de ascensão de São Paulo à metrópole nacional pode ser compreendida à luz da periodização de Santos (1995) que propõe três grandes etapas de mundialização para a cidade a partir das variáveis-chave que a estruturaram ao longo do século XX: o comércio cafeeiro, a indústria e a informação. Segundo Bernardes (2001, p. 179), podemos identificar três fases correspondentes a esse processo de mundialização da metrópole de São Paulo: um primeiro momento que vai de 1850 a 1945, uma segunda fase que vai de 1945 a 1985 e um terceiro momento que vai de 1985 aos dias atuais.

Na primeira fase, o café, o comércio internacional e as finanças representadas pelos bancos paulistas constituíam os pilares da economia brasileira. A produção de café concentrava-se fortemente no Estado de São Paulo apoiando-se na estrutura de escoamento das estradas de ferro para exportação. Os fazendeiros de café da época, por sua vez, conformaram uma nova burguesia e estabeleceram a primeira ligação entre a produção agrícola e as atividades bancárias que se localizavam na cidade de São Paulo. Nesse momento, o território brasileiro era composto por regiões isoladas que praticamente não se comunicavam, porém as regiões Sul e Sudeste já se destacavam com a constituição de um meio técnico assentado nas ferrovias, nos telégrafos e na energia elétrica. São Paulo, nesse período, já conformava uma metrópole regional, cujo centro localizava-se no Triângulo e na Praça da República, ou ainda, no “centro antigo” da cidade.

Entre 1945 e 1985, a grande indústria configurou-se como a variável motora da economia nacional, localizando-se principalmente em São Paulo. A cidade passou também a concentrar a maior parte das sedes de grandes empresas internacionais que se instalavam então no país. Nesse momento o território brasileiro já se encontrava mais integrado; ao

mesmo passo, as desigualdades regionais aprofundavam-se. Nas regiões Sul e Sudeste, consolidava-se um meio técnico-científico, com a instalação de rodovias, de sistemas de telecomunicações, hidroelétricas e portos. Durante esse período, São Paulo já se destaca como uma metrópole nacional, aumentando seu poder econômico sobre o país. Ao mesmo passo, o antigo centro da cidade perde espaço para a conformação de uma nova centralidade: a região da Avenida Paulista. O processo de urbanização atrelava-se cada vez mais aos interesses das grandes empresas e do capital internacional, assumindo assim um caráter seletivo na localização dos espaços da modernidade e excluindo grandes parcelas da população; este é o momento de consolidação de uma urbanização corporativa na cidade (Santos, 1990).

Já na terceira fase, que vai de 1985 aos dias atuais, encontramos-nos no período de aprofundamento do processo de globalização cujos pilares são a informação e o mercado de capitais. No Brasil, assim como na América Latina, o Estado assume um caráter neoliberal e é desencadeado o processo de abertura de mercado nacional. A integração territorial passa a estar baseada na eletrônica, nas infovias e na telemática, ou seja, em redes de informação que mais uma vez concentram-se na metrópole paulista (Bernardes, 2001). Surgem aí novos tipos de trabalhos técnicos e científicos e emerge um setor quartenário de serviços, ou seja, um novo conjunto de atividades informacionais que passam a pertencer também ao universo do circuito superior da economia urbana no período atual. Ao mesmo tempo, reforça-se o processo de dispersão da indústria para outras localizações e aceleram-se os processos de flexibilização e precarização das relações de trabalho e de aumento do desemprego que atingem grande parte da população. A urbanização da cidade assume doravante um caráter ainda mais excludente na participação das modernizações, ou seja, aprofunda-se a urbanização corporativa. A cidade de São Paulo ganha um novo centro para atender as exigências dos atores hegemônicos do período: a região da Avenida Luís Carlos Berrini, da

Marginal Pinheiros e seu entorno (o chamado “vetor sudoeste”), onde estão especialmente presentes os “espaços da globalização” paulistanos.

Este breve histórico da formação do caráter metropolitano de São Paulo nos revela a capacidade da cidade em se ajustar rapidamente às exigências de cada novo período, adaptando sua materialidade e sua vida de relações. Ao longo desse processo, a cidade vem sofrendo uma renovação constante de seu conteúdo geográfico, que se torna ainda mais veloz e fugaz atualmente. Antigas formas desaparecem ou ganham novas funções para atender às demandas das atividades modernas. Haja vista a transferência do centro da cidade em cada fase de sua “mundialização”.

A antiga metrópole industrial transformou-se, a partir das condições materiais e relacionais herdadas, na nova metrópole informacional. São Paulo já não possui o mesmo poder industrial, mas passa a oferecer as novas condições de comando da economia nacional e de participação na economia internacional: a presença de atividades de criação e controle da informação (Bernardes, 2001). Essa nova condição de primazia da metrópole paulistana deriva de um processo mais amplo que, por sua vez, envolve a totalidade da formação socioespacial brasileira (Santos, 1977) no período técnico-científico-informacional, ou seja, a ampliação da divisão territorial do trabalho no país (Santos e Silveira, 2001).

A partir da década de 1970, graças aos progressos da ciência, da técnica e da circulação de informações, são criadas novas condições materiais e imateriais de realização das atividades produtivas no território brasileiro. Ou seja, é gerada uma nova divisão territorial do trabalho fundada na especialização do trabalho nos lugares, na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já densamente ocupadas (Santos e Silveira, 2001, pp.105, 106). Processos como a desconcentração da atividade industrial, o surgimento de *belts* modernos e de novos *fronts* na agricultura e a conformação de especializações comerciais e de serviços se dão em diferentes porções do país, aprofundando a divisão

territorial do trabalho e impondo cada vez mais a necessidade de cooperação entre os diversos pontos do território.

No entanto, ainda que, por um lado, haja uma difusão das atividades modernas no território através da irradiação do meio técnico-científico-informacional pelo país; por outro, grande parte das operações depende cada vez mais de determinadas variáveis que se apresentam geograficamente concentradas sobretudo em São Paulo (Santos, 1993a). Ou seja, a uma divisão do trabalho mais estendida no território corresponde o aprofundamento da necessidade de informação especializada na Região Concentrada (Santos e Ribeiro, 1979), ou, mais precisamente, na metrópole paulistana.

Destarte, a difusão da nova modernidade pelo país, fundada em um sistema técnico comandado pelas técnicas informacionais e em um Estado neoliberal, cria novas modalidades de centrifugismo e centripetismo no território nacional, além de renovar o papel de comando da cidade de São Paulo; o qual, por sua vez, fundamenta-se em novas variáveis no período atual. “De um lado (o que é diferente dos períodos anteriores), as atividades modernas tendem a se dispersar em função das virtualidades oferecidas nos subespaços, distantes dos centros estabelecidos mas cobiçados pelas grandes empresas. Por outro lado, há uma concentração de comando. (...) o comando técnico das operações produtivas pode ser relativamente disperso, relacionado de forma direta com a atividade que deve ser regulada. Mas o comando propriamente político, que inclui a regulação normativa, financeira, informacional, tende a se concentrar em um número cada vez menor de lugares, sendo que no Brasil esse papel é realizado sobretudo por São Paulo” (Santos e Silveira, 2001, p.299).

O comando político da produção exercido pela cidade está diretamente relacionado à crescente presença de atividades hegemônicas nela sediadas capazes de manipular a informação. No período atual, esse conjunto de atividades informacionais passa a pertencer também ao universo do circuito superior da economia urbana, uma vez que envolve altos

graus de capitalização e de organização. Como coloca Bernardes (2001, p.103), no período da globalização, é a concentração do setor quartenário que faz de São Paulo “(...) um centro participe na rede global de cidades e renova e mantém, de um lado, sua primazia entre as cidades brasileiras e, de outro, sua onipresença no território nacional”. O setor quartenário envolve atividades de marketing, publicidade, consultoria, comunicação de dados, dentre outras que, por sua vez, apóiam-se em suportes como edifícios inteligentes, laboratórios, centrais de telecomunicações etc. No território brasileiro, esses novos conteúdos do circuito superior estão presentes de forma extremamente concentrada em São Paulo, e dentro da cidade localizam-se em pontos selecionados e elaborados para receber as atividades modernas.

Assim, embora a cidade de São Paulo venha perdendo relativamente o seu poder industrial nas últimas décadas, seu poder de regulação sobre o território vem aumentando graças à concentração da informação, dos serviços e da tomada de decisões. “É a conjugação desses três dados que permite à metrópole paulistana renovar o seu comando em todo o território brasileiro. Desse modo, onipresente no espaço nacional, mediante uma ação instantânea e diretora, pode-se falar numa verdadeira dissolução da metrópole, já que ela está em toda parte” (Santos e Silveira, 2001, p.269).

O processo de relativa desconcentração industrial que vem ocorrendo desde os anos 1960 em São Paulo está atrelado a fatores como a escassez e o valor elevado dos terrenos, o maior custo da mão-de-obra, a influência do sindicalismo na cidade, e o término de isenções fiscais recebidas pelas indústrias durante a década de 1950 (Almeida, 2000, p.98). Nas últimas décadas¹⁹, a indústria vem se deslocando especialmente para outros municípios da Grande São

¹⁹ Até o início da década de 1970, esse processo de desconcentração industrial “(...) não chegava a ser problema inclusive porque os investimentos produtivos nas atividades industriais cresciam ainda na região de São Paulo, tendo sido direcionados para as extensões da região urbana era, sim, o conjunto de problemas ligados a reestruturação produtiva com a precarização do trabalho que configuravam uma problemática nova, correspondendo a um novo padrão de acumulação” (Seabra, 2004, p.275).

Paulo e do interior do Estado de São Paulo, para os Estados da região Sul e para algumas localidades das regiões Nordeste e Centro-Oeste. No entanto, conforme assevera Pochmann (2002, p.34), esse processo de relocação da indústria não pode ser tomado como um indicador de desconcentração da produção e da riqueza no país. Posto que a baixa taxa de crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro ao longo da década de 1990 – abaixo de 2% ao ano – nos indica que a perda de riqueza se deveu mais a um baixo desempenho da economia do Estado e do município de São Paulo do que a um maior desenvolvimento produtivo das demais regiões.

De todo modo, a Região Metropolitana de São Paulo compreende ainda o principal centro de atividade industrial do país. Os fluxos materiais de mercadorias, “(...) a despeito de terem diminuído relativamente seu poder organizador na Cidade, ainda contribuem no seu dinamismo. Mesmo porque é cada vez mais difícil estabelecer os limites entre o capital industrial, mercantil, financeiro e informacional (...)” (Arroyo, 2004, p.90). Em 2004 a produção industrial da Região Metropolitana de São Paulo correspondia a 60,4% da produção industrial do Estado de São Paulo que, por sua vez, representava 45,0% da produção nacional (Seade, 2004).

Os setores mais modernos definem o perfil industrial de São Paulo atualmente: indústrias química e farmacêutica, de produtos eletrônicos, de comunicação e de transporte. Por outro lado, a Região Metropolitana de São Paulo abriga ainda hoje mais de 2 milhões de trabalhadores na indústria, uma das maiores concentrações de operários do planeta (Seade, 2004). Destarte, verifica-se que “uma atividade industrial intensa e complexa subjaz junto às atividades quartenárias de criação e controle no emaranhado metropolitano. A inserção desse território na divisão internacional e interna do trabalho se requalifica por meio dos fluxos imateriais e materiais portadores de um significativo valor agregado” (Arroyo, 2004, p.93).

Não obstante, como coloca Santos (1989), no período da globalização são os fluxos de informação que estruturam o território e o esqueleto urbano, e não mais os fluxos materiais,

como na fase anterior. São Paulo concentra hoje, com efeito, a maior parte das instituições e atividades financeiras, dos serviços às empresas (escritórios de consultoria, auditoria, contabilidade etc), das agências de publicidade, dos escritórios de advocacia, de empresas de tecnologia da informação e de telecomunicações; além de grande parte da produção cultural do país.

Na cidade de São Paulo estão localizadas 38% das grandes empresas privadas nacionais e 63% dos grandes grupos internacionais presentes no país (Seade, 2004). A concentração das sedes das principais empresas permite que São Paulo esteja presente em todo o território nacional, através de uma nova materialidade e de novos fluxos de informação (Almeida, 2000, p.142). Enquanto em São Paulo há cerca de 1.319 agências bancárias, no Rio de Janeiro há 723 e em Belo Horizonte 256 (IBGE). A hegemonia financeira de São Paulo encontrou-se ainda mais reforçada em 2000, através da fusão entre a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Espírito Santo, de Brasília, do Extremo Sul, de Santos, da Bahia-Sergipe-Alagoas, de Pernambuco e Paraíba, do Paraná e da Bolsa Regional. A partir daí, a Bovespa se especializou na operação de títulos privados, concentrando toda a negociação com ações no país; enquanto a bolsa do Rio de Janeiro se restringiu ao mercado secundário de títulos públicos e as outras bolsas regionais perderam seu estatuto de bolsa, conservando apenas a prestação de serviços à praça local (Bernardes, 2001).

É justamente a densidade informacional e financeira de seu circuito superior que distancia São Paulo das outras metrópoles brasileiras como Rio de Janeiro e Brasília. O movimento total do ativo da praça financeira de São Paulo é cinco vezes maior do que o do Rio de Janeiro, e quinze vezes maior que o de Porto Alegre. No início da década de 1990, a Região Metropolitana de São Paulo já concentrava 30% do pessoal ocupado em serviços de assessoria, consultoria e organização e administração de empresas do país; enquanto a Região Metropolitana do Rio de Janeiro reunia 18,6% desse pessoal. Dentre as 200 maiores empresas

de informática no Brasil, mais de 50% estão na Região Metropolitana de São Paulo (Bernardes, 2001, p.423).

Todavia, a divisão social do trabalho que acompanha o mundo das informações e das finanças, fortemente presente em São Paulo, traz consigo formas técnicas e de regulação contemporâneas que “satisfazem seu apetite com um número menor de pessoas altamente qualificadas” (Silveira, 2006, p.163). Diante das altas taxas de desempregos verificadas na cidade nos últimos anos, oscilando muitas vezes em torno de 20% da população economicamente ativa, se coloca obrigatoriamente a seguinte questão: “Qual a racionalidade de uma economia urbana que despreza tamanha quantidade de trabalhadores? O fato é que a cada dia há um menor número de atividades e empregos ligados a essa divisão do trabalho hegemônica (...)” (Silveira, 2006, p.163).

As atividades atreladas à modernidade do período atual são, de fato, extremamente poupadoras de mão-de-obra e não oferecem emprego para a maioria da população da metrópole; esta última deve então encontrar obrigatoriamente algum tipo de ocupação no outro circuito da economia urbana. Ainda que entre 1976 e 1995 o número de empregos nas atividades técnicas, científicas e anexas tenha passado de 408.114 a 762.541 na Região Metropolitana de São Paulo (Santos, 1993b), o avanço da flexibilização e o aumento do desemprego nos últimos anos têm atingido sobretudo a população local. Ou seja, essas empresas, por seu arcabouço técnico e político forâneo, tendem a requerer cada vez menos um trabalho nacional.

Se a localização das principais atividades do circuito superior do país em São Paulo permite, por um lado, a participação ativa da cidade nas dinâmicas da globalização; implica, por outro lado, a reestruturação de seu espaço intra-urbano. O processo de renovação do meio construído não ocorre, no entanto, de forma homogênea e simultânea no conjunto do tecido urbano (Lavedan, 1959, p.173), assumindo, conseqüentemente, um caráter seletivo e

excludente. Certas localizações são eleitas para acolher um novo sistema de objetos correspondente às modernizações do período: “edifícios inteligentes”, infra-estruturas em rede de fibra óptica, centrais de transmissão de dados, torres de telecomunicações, centros de convenções, *flats* etc. Os imperativos da modernização requerem, deste modo, não só a renovação das formas urbanas envelhecidas, mas sobretudo a implantação de novas formas. “A cidade torna-se, assim, um palco privilegiado para interpretarmos, a cada momento histórico, a racionalidade hegemônica, pois ela, como os pergaminhos de um códice, retrata os conteúdos da urbanização de cada período. E o mais recente desses pergaminhos, em processo de fazimento, denota as características da urbanização no período técnico-científico-informacional” (Silveira, 1999a, p.404).

Desde o fim dos anos 1970, o chamado “vetor sudoeste” – composto sobretudo pela área em torno das Avenidas Luiz Carlos Berrini, Brigadeiro Faria Lima e Marginal Pinheiros – vem se consolidando como uma nova centralidade (Frúgoli, 2000) a partir de um processo de valorização desta região da cidade e, por conseguinte, de produção de um espaço privilegiado para a instalação de grandes grupos corporativos²⁰. Essa região vem se consolidando assim como a parcela da cidade eleita para acolher o sistema de objetos correspondente às modernizações do período da globalização. A migração da centralidade da cidade em direção à região sudoeste pode ser entrevista na representação a seguir:

²⁰ “Temos na Cidade, o surgimento de centros especializados e funcionais que, por suas características, excluem a diversidade e a multifuncionalidade (tão próprias do que até então se encontrava nas áreas centrais) ao promoverem e se especializarem em determinadas funções. Alguns desses novos centros surgem como projeto de incorporadoras, ou seja, do segmento de mercado que compõe com a iniciativa privada o conjunto de setores e atividades produtivas. Agindo paralelamente e em conjunto com o setor estatal, criam centros especializados,

Mapa 1. Centralidades das atividades hegemônicas na cidade de São Paulo ao longo do século XX (Área central – Sé e República –: do início do século a década de 1940; Av. Paulista: década de 1940 a 1970/80; Av. Luis Carlos Berrini e arredores: a partir da década de 1970/80)

Fonte: Silva, L. O., 2003, p.10.

Desde os anos 1980, o “vetor sudoeste” vem concentrando, com efeito, um volume de investimentos de proporções gigantescas realizados pelas prefeituras, sobretudo com as administrações de Jânio Quadros e Paulo Maluf, quando o setor de obras públicas foi especialmente “aquecido” (Marques, 2005b, p.223). Somente durante a gestão de Paulo Maluf (1993-1996), essa região da cidade recebeu mais de 80% dos investimentos do orçamento municipal (Calliari, 2004).

A introdução das modernizações exige assim tanto um intenso esforço de equipamento do território urbano, como uma enorme massa de recursos. Destarte, a participação da cidade

valorizando áreas antes pouco procuradas para a implementação de atividades econômicas de grande porte, redirecionando o crescimento da cidade” (Alves, 2004, p.293).

de São Paulo na globalização se faz em detrimento dos investimentos sociais que exigiria uma metrópole de mais de 10 milhões de habitantes repleta de carências. Ademais, somente alguns atores hegemônicos, especialmente as grandes empresas estrangeiras, podem desfrutar plenamente das infra-estruturas modernas implantadas no território. Assim, a modernização se realiza de modo incompleto e seletivo, excluindo a maior parte da população (Santos, 1993).

A crescente presença de atividades atreladas à modernidade do período da globalização em determinadas parcelas da cidade reforça a ideologia do discurso de São Paulo enquanto “cidade global” (Sassen, 1991). No entanto, o discurso globalizante tende a ofuscar a apreensão da realidade da totalidade urbana, pois confunde a extensão da atividade de um número extremamente reduzido de atores com a extensão do trabalho da maioria que, por sua vez, coincide com os limites metropolitanos. A dinâmica dos atores hegemônicos globais “(...) encobre, muitas vezes, outros tempos que a Cidade abriga, aqueles dos homens lentos. Eles também explicam a espessura da região metropolitana, dando um outro sentido a sua complexidade” (Arroyo, 2004, p.101). São Paulo é, em realidade, simultaneamente local, nacional e global, uma vez que abriga atores de diferentes forças e atividades que se realizam nas escalas as mais diversas (Bernardes, 2001, p.246). Daí a necessidade de questionar a atribuição do título de “cidade global” a São Paulo; as funções mais modernas que garantem sua participação na divisão do trabalho hegemônica não podem ser confundidas com a totalidade da cidade em si (Silveira, 2004a).

São Paulo compreende, com efeito, o ponto privilegiado de instalação das variáveis modernas no país desde o fim do século XIX e, por conseguinte, de localização atual das atividades do setor hegemônico pertencentes a um circuito superior cada vez mais sofisticado e cada vez mais permeado pelos avanços da ciência, da técnica e da informação. Não obstante, a mesma cidade abriga uma enorme variedade de atividades e atores pertencentes ao circuito inferior da economia urbana que encontram em seu meio construído e na

segmentação do mercado as possibilidades de sobrevivência. Como assevera Beaujeu-Garnier (1980, 1995, p.207), a gama de ocupações possivelmente encontradas nas grandes cidades é praticamente ilimitada em sua variedade. No caso de São Paulo, esta enorme gama de ocupações se caracteriza especialmente por sua enorme diversidade e pela grande distância em termos de capital e de organização entre elas.

A cidade, em especial a grande cidade, constitui, deste modo, o lugar de intersecção entre as verticalidades e as horizontalidades. Enquanto as verticalidades compreendem os vetores da modernidade impostos aos lugares pelos agentes hegemônicos, as horizontalidades envolvem a finalidade imposta de fora e a contrafinalidade localmente gerada combinadas (Santos, 1996, pp.226,227). No entanto, ao representar “(...) sobretudo o mercado, o global e o novo, os pontos de verticalidade não constituem per se o espaço geográfico, mas um conjunto de objetos e ações de funcionamento único e de expressão descontínua. As manchas, na sua contigüidade, envolvem os pontos e, assim, essa trama sistêmica de objetos e ações, verticalidades e horizontalidades forma o espaço. Mas a coexistência de pontos movediços e manchas duradouras é conflitiva, pois exprime a tensão entre o Estado e o mercado, o local e o global, o velho e o novo” (Silveira, 1999a, p.381).

Como buscamos apreender o funcionamento do circuito inferior da economia urbana, suas formas e relações com o meio construído, devemos conceber a cidade de São Paulo como um grande sistema (Beaujeu-Garnier, 1980, 1995, p.24) de ações econômicas, contraditórias mas solidárias, desiguais mas operando em sistema, causa e consequência de uma heterogênea base material.

2.2. A pobreza na cidade de São Paulo

Uma vez que circuito inferior e pobreza são, de certo modo, sinônimos (Santos, 1978) e que nosso objetivo reside em compreender as dinâmicas que perpassam este circuito na cidade de São Paulo atualmente, consideramos relevante trazer algumas considerações sobre a manifestação do fenômeno da pobreza em São Paulo hoje. Pois é justamente no universo do circuito inferior que grande parte da população pobre da cidade encontra um abrigo, uma forma de obter algum tipo de renda. Como vimos, ainda que São Paulo represente o ponto central do território brasileiro, e tenha sua centralidade reforçada no período atual graças à concentração da informação, dos serviços e da tomada de decisões (Santos e Silveira, 2001, p.269), nela é limitado o emprego direto criado pelo circuito superior da economia.

A paisagem da cidade de São Paulo nos dias de hoje nos revela a multiplicação da pobreza e de suas formas mais extremas tanto no âmbito da habitação – ou de sua ausência, como no universo do trabalho. Mendigos, indigentes, favelas, cortiços, ocupação de imóveis por movimentos de “sem-tetos” etc. se fazem cada vez mais presentes na cidade. Ao mesmo passo em que se multiplicam as atividades do circuito inferior que envolvem um grau mínimo de organização e de capital, aumenta também a presença de “catadores” de lixo, limpadores de pára-brisas, guardadores de carro, malabaristas, cambistas etc. Ainda que esse tipo de atividade não compreenda nosso foco específico na realização do atual trabalho – uma vez que atentamos sobretudo aos micro e pequenos estabelecimentos que envolvem um grau mínimo de organização, e não especificamente às atividades realizadas por indivíduos – certamente não deixam de fazer parte do universo do circuito inferior na cidade, sobretudo em função do importante contingente populacional envolvido nas mesmas.

O processo de agravamento da pobreza em São Paulo está diretamente relacionado à orientação de uma política econômica que vem priorizando, em escala nacional, a estabilidade monetária em detrimento da geração de empregos e do desenvolvimento do setor produtivo nacional, conforme visto no capítulo anterior. Apenas entre 1991 e 2000, o número total de

postos de trabalho no município de São Paulo foi reduzido em 11%, passando de 3,55 milhões em 1991 para 3,16 milhões em 2000; dentre os empregos extintos, 387 mil eram postos de trabalho na indústria (Pochmann, 2002 p.37). Ao mesmo passo em que o emprego se reduz no setor industrial, aumenta o número de ocupações no comércio e nos serviços. Todavia, como assevera Ribeiro (1996), a expansão do setor terciário no Brasil diferencia-se daquela ocorrida nos países desenvolvidos. Posto que a primeira seria marcada não pelo aumento de postos de trabalho no circuito superior, mas sobretudo pelo aumento das ocupações nos “serviços tradicionais do setor terciário” que, por sua vez, caracterizam-se pela baixa produtividade e pela “informalidade” (serviços domésticos, de limpeza, de segurança, de alimentação etc). A parcela pobre da população é, certamente, a mais atingida por esses processos.

A questão do dimensionamento da pobreza é um tema bastante controverso. A formulação de linhas de pobreza, bastante comum no Brasil, tende a não levar em consideração nem as variações locais de custo de vida, nem as formas não-monetárias de rendas e serviços entre os grupos sociais mais pobres (Marques, 2005a, p.39). Todavia, a elaboração de linhas de pobreza que captem suas múltiplas dimensões para os diferentes lugares e estratos da população (Rocha, 2003a) pode nos auxiliar, em certa medida, na caracterização do fenômeno em questão²¹. Ainda assim, compartilhamos a idéia de que “a pobreza não pode ser definida apenas em termos de níveis materiais de sobrevivência, mas tem de considerar aqueles indivíduos que, apesar de conseguirem sobreviver acima do mínimo, não têm acesso aos mais importantes benefícios das sociedades urbanas modernas, como educação, saneamento básico, cultura e integração social” (Marques, 2005a, p.40).

Não obstante, é interessante notar como, por um lado, a linha de pobreza estabelecida por Rocha (2003a) – a partir do custo de atendimento das necessidades de alimentação,

²¹ Segundo Rocha, “a adoção de linhas de pobreza é uma abordagem adequada no contexto brasileiro. Por um lado, a economia brasileira é largamente monetizada, de modo que a renda se revela como uma boa proxy do bem-estar das famílias, pelo menos no que concerne ao consumo no âmbito privado (...) Por outro lado, a

habitação e vestuário – para a Região Metropolitana de São Paulo é a mais elevada do Brasil; e como, por outro lado, os indicadores de pobreza vêm se agravando nessa metrópole nos últimos anos. O alto custo de vida na metrópole paulistana implica na ocorrência da linha de pobreza mais elevada do país: em setembro de 1999, o valor do salário mínimo era R\$ 136,00; para esse mesmo ano, enquanto o valor da linha de pobreza era R\$ 167,00 per capita familiar em São Paulo (1,23 salário mínimo) e na região Nordeste era R\$ 47,14 (Rocha, 2003a, p.164).

Como vimos acima, desde a década de 1980 a pobreza no Brasil vem aumentando progressivamente nas áreas urbanas e metropolitanas, ao mesmo passo em que vem se reduzindo nas áreas rurais. De acordo com Rocha (2003a, p.127), dentre as principais regiões metropolitanas do país, São Paulo é a metrópole onde a proporção de pobres em relação à sua população mais aumentou nos últimos anos: passou de 26,89% em 1995 para 38,69% em 1999; ademais, é também a região metropolitana com a maior participação no total de pobres metropolitanos no Brasil: 36,74% em 1999.

Tabela 3. Evolução da proporção de pobres nas metrópoles brasileiras de 1995 a 1999 (%)

Metrópoles	1995	1996	1997	1998	1999	
					Proporção	Participação*
Belém	29,81	36,66	35,56	35,45	37,50	2,03
Fortaleza	46,02	46,21	45,42	44,43	47,90	7,36
Recife	57,01	56,25	57,79	57,65	59,60	10,28
Salvador	50,82	50,69	48,59	45,46	50,23	7,74
B.Horizonte	31,31	33,31	29,71	35,12	35,15	7,82
R.de Janeiro	29,31	31,04	30,40	29,75	29,19	16,66
São Paulo	26,89	29,68	32,09	32,96	38,96	36,74

abordagem da renda é adequada porque, desde a década de 1970, se dispõem de informações de consumo, de rendimento e de características socioeconômicas das pessoas e das famílias (...)” (2003a, p.43).

Curitiba	19,94	17,37	21,17	21,98	25,71	3,65
Porto Alegre	14,07	15,11	14,43	15,55	17,86	3,37
Brasília	33,10	36,48	32,81	36,04	39,39	4,35
Total	31,16	32,65	33,18	33,74	36,87	100,00

* Participação no total de pobres metropolitanos no Brasil.

Fonte: IBGE/ Pnad (tabulações especiais). Em Rocha, 2003 a, p.127.

De acordo com a Pnad de 2001, haveria na Região Metropolitana de São Paulo cerca de 1,3 milhão de pessoas em famílias com renda per capita inferior a 1/4 de salário mínimo e cerca de 2,8 milhões de pessoas em famílias cuja renda per capita era inferior a 1/2 salário mínimo. Essa pobreza urbana, ou melhor metropolitana, apresenta características específicas, uma vez que a população por ela atingida tem menor acesso às “rendas não-monetárias” e à produção para auto-consumo, além de o custo de vida nas metrópoles ser consideravelmente mais elevado que nas demais áreas urbanas e nas áreas rurais. No entanto, embora o custo dos serviços e produtos tenda a ser mais alto em São Paulo, concentram-se aí, do mesmo modo, uma grande oferta de insumos e serviços e uma grande densidade de mercado. Estes elementos implicam, por sua vez, custos de produção mais baixos para os atores não hegemônicos; conforme veremos a seguir.

Ainda que a pobreza se encontre presente na totalidade do tecido urbano paulistano, esta se encontra indubitavelmente mais concentrada nas áreas “periféricas” da cidade. A configuração espacial das cidades dos países subdesenvolvidos é tradicionalmente analisada a partir de enfoques que apregoam a divisão da cidade em um centro moderno e uma periferia pobre, implicando assim um modelo de declínio progressivo dos valores dos terrenos e das condições de vida do centro em direção à periferia. Todavia, como coloca Lautier (2002, p.51), esses enfoques vêm sendo postos em questão a partir da década de 1980 em função de diversos fatores: periferias e favelas encontram-se freqüentemente imbricadas em meio às áreas centrais das cidades, formas habitacionais da classe média passam a se localizar em

frações não privilegiadas do espaço urbano, trabalhadores “informais” proliferam ao lado das atividades modernas etc. Ou seja, a pobreza e a modernidade se encontram combinadas, lado a lado, de diferentes formas em um mesmo tecido urbano.

Segundo Torres et alli (2003), a abordagem centro-periferia vem sendo posta em questão no caso específico de São Paulo em razão de determinados fatores como: a proliferação da pobreza e suas formas por toda a cidade, tanto por meio da realização de pequenas atividades de sobrevivência, como através da habitação (favelas, cortiços, terrenos ocupados etc); o aparecimento de condomínios fechados de classe média e alta na zona Leste do município; e a melhoria de determinados indicadores sociais nas periferias graças à ação do poder público (maior acesso aos serviços de energia elétrica e abastecimento de água, por exemplo).

No entanto, a maior incidência da pobreza na cidade de São Paulo ainda apresenta-se bastante concentrada nas áreas periféricas, ou ainda, naqueles distritos mais afastados do centro expandido. Como assevera Almeida (2000, p.165), o processo de periferização “(...) resulta de um uso corporativo das metrópoles brasileiras que têm (...) privilegiado as atividades modernas e uma minoria da população”. No caso específico de São Paulo, os indicadores sociais da população pobre que mora nos espaços mais periféricos da cidade são sistematicamente piores que os indicadores da população que apresenta as mesmas características sociais e econômicas, mas que habitam em áreas majoritariamente ocupadas por grupos de melhor condição socioeconômica (Marques, 2005a, p.44).

O crescimento demográfico na cidade tem se dado de forma extremamente concentrada nas áreas urbanas mais pobres, sobretudo nos contrafortes da face sul da Cantareira e na região das represas ao sul do município (Seabra, 2004, p.280); o que vem contribuindo para o agravamento da segregação e da perpetuação de situações de pobreza. Como assevera Torres (2005, p.103), “a ocupação das áreas periurbanas por parte de uma

população predominantemente de baixa renda ainda é um dos elementos fundamentais da estruturação da metrópole paulistana no início do século XXI, em que pese sua grande transformação produtiva e demográfica. O crescimento dessa região periurbana – ou a ‘expansão pela produção de novas periferias’ – continua a se dar²² (...)”. Ainda segundo o autor, seria possível distinguir na cidade uma “fronteira urbana” correspondente às áreas de ponderação com crescimento demográfico superior a 3% ao ano entre 1991 e 2000; uma “periferia consolidada” nas áreas onde o crescimento demográfico teria oscilado entre 0% e 3% nesse período; e uma “cidade consolidada”, onde o crescimento demográfico foi negativo nos anos 1990. Verificou-se, a partir daí, que enquanto o crescimento demográfico do conjunto da mancha urbana de São Paulo foi 1,4% ao ano na década de 1990; este foi – 1,3% ao ano na “cidade consolidada” (cuja população passou de 6,7 milhões para 6 milhões); 1,3% ao ano na “periferia consolidada” (cuja população passou de 4,9 milhões para 5,5 milhões); e 6,3% ao ano na chamada “fronteira urbana” (cuja população passou de 2,1 milhões para 4,9 milhões) durante o mesmo período (Torres, 2005, p.109). A presença desse crescimento demográfico mais elevado em determinadas parcelas do tecido urbano nos aponta a capacidade do mercado imobiliário em ampliar a segregação residencial na cidade, uma vez que valores proibitivos aos grupos de menor renda os impedem de residir em locais mais acessíveis e mais bem estruturados.

²² “A periferia de São Paulo é de uma extensão que parece incalculável, um mar de casas e barracos construídos muito precariamente, muitas vezes até sem ruas abertas, que começou a aparecer na paisagem urbana de São

Mapa 2. Distribuição dos grupos de áreas de ponderação no município de São Paulo segundo a renda e o crescimento demográfico – 2004

Fonte: Marques e Torres, 2004, p.69.

O modelo rodoviário urbano adotado em São Paulo é um dos fatores que contribuem ao crescimento disperso e ao espraiamento da cidade. Ademais, uma vez que há especulação, “(...) há criação mercantil da escassez e acentua-se o problema do acesso à terra e à habitação. Mas o déficit de residências também leva à especulação, e os dois juntos conduzem à

periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano” (Santos, 1993a, p.106).

Os indicadores do mercado de trabalho aparecem também como variáveis reveladoras do processo de pauperização pelo qual a cidade vem passando. Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pelo Convênio Seade-Dieese, a taxa de desemprego total no município de São Paulo passou de 10,8% em 1991 para 16,1% em 2000. O tempo médio de procura por um emprego na capital também teve forte elevação durante a década de 1990, passando de 18 para 48 semanas. As mudanças na distribuição dos ocupados por posição na ocupação aparecem igualmente como indicadores da maior precarização do mercado de trabalho paulistano nos anos 1990. Como vimos acima, enquanto os assalariados com carteira assinada e os funcionários públicos diminuíram sua participação no total de ocupados; os assalariados sem carteira, trabalhadores por conta própria e empregados domésticos aumentaram sua participação. Essas formas de inserção no mercado de trabalho não garantem a cobertura da proteção social, além de implicarem, geralmente, em menores rendimentos. Aliás, ainda segundo a mesma pesquisa, verifica-se que o rendimento médio no trabalho principal dos ocupados no município foi reduzido em mais de 30% entre 1985 e 2000. Houve redução do rendimento em todos os setores de atividade econômica, com exceção dos serviços domésticos, o qual apresenta, no entanto, o menor rendimento em valores absolutos (R\$ 329,00 em 2000).

Ainda que o desemprego tenha aumentado de maneira generalizada na cidade de São Paulo durante a década de 1990, esse fenômeno atingiu as áreas mais pobres com maior intensidade.

**Mapa 3. Taxa de desemprego por área de ponderação
na Região Metropolitana de São Paulo – 2000**

Fonte: Gomes e Almitrano, 2005, p.185.

As variáveis elencadas abaixo a partir da classificação de Torres (2005) – “fronteira urbana”, “periferia consolidada” e “cidade consolidada” – para o conjunto da mancha urbana de São Paulo são bastante ilustrativas. Nos distritos mais pobres, a oferta de emprego e as remunerações obtidas são também, de modo geral, mais reduzidas se comparadas aos demais distritos. A renda média mensal dos responsáveis por domicílios do distrito mais rico do município – Morumbi na Zona Sul – é 14,54 vezes maior que a renda média mensal dos responsáveis por domicílios do distrito mais pobre da cidade – Marsilac igualmente na Zona Sul (Pochmann, 2002, p.32).

**Tabela 4. Indicadores sociais da população residente
na mancha urbana de São Paulo (2000)**

Indicadores	Números relativos (em %)			
	Total	Fronteira Urbana	Periferia Consolidada	Cidade consolidada
Renda média domiciliar per capita (salários mínimos)	3,86	1,74	3,04	4,65
Proporção de chefes de domicílio analfabetos	6,47	9,89	7,12	3,56
Taxa de desemprego	19,41	24,25	20,39	15,06

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000. Em Torres, 2005, p.114.

Esses dados nos revelam como o local de moradia dos indivíduos aumenta sua vulnerabilidade social. Para que possam se inserir no mercado de trabalho, os indivíduos mais pobres têm de arcar assim com os custos de transporte para as áreas mais centrais da cidade. Pois é justamente nessas áreas, onde há uma maior concentração de ocupações, que a população de menor renda e menor escolaridade pode encontrar algum tipo de trabalho e, por conseguinte, obter alguma renda. Como assevera Sposito (2004, p.290), “quanto mais distantes estão dos centros e das centralidades que, historicamente, conformam-se na cidade, do ponto de vista econômico, político e ideológico, menor é o grau de inserção dos moradores da periferia no conjunto da vida urbana, uma vez que, enquanto o centro é portador da possibilidade de centralidade, como lugar da concentração dos meios de consumo coletivo e individual e do simbólico instituído historicamente, a periferia, em contraposição, é a negação dessa possibilidade”.

Na grande metrópole corporativa do país, os indivíduos não têm as mesmas possibilidades de acesso aos diferentes bens, serviços e oportunidades. A enorme amplitude dos níveis de rendimento presentes na cidade contribui para o desenvolvimento das atividades do circuito inferior que, todavia, não compreendem necessariamente “atividades não regulamentadas”.

As demandas de milhares de pessoas com menor poder aquisitivo devem ser, desse modo, “precariamente satisfeitas com a proliferação das atividades do circuito inferior” (Almeida, 2000, p. 118).

2.3. O circuito inferior na cidade de São Paulo visto através de suas micro e pequenas empresas

À medida que o Brasil se insere na globalização e intensifica-se a metropolização, muitas vezes em um processo de urbanização sem industrialização, ocorre uma verdadeira explosão do circuito inferior, ou ainda, uma forte ampliação das atividades de sobrevivência no país (Silveira, 2004b, pp.8-9). Aprofunda-se a divisão do trabalho, à medida que novas condições de existências passam a imperar (Durkheim, 1893, 1995, p.274). As atividades do circuito inferior são estreitamente relacionadas aos conteúdos do território, ou seja, dependem da sociedade próxima e das virtualidades materiais locais; em contraposição às grandes empresas que têm nos lugares em que se instalam “meras bases de operação” (Santos e Silveira, 2001, p.291).

Embora São Paulo constitua o lugar de maior concentração de investimentos de alto coeficiente de capital no país, o emprego direto criado por esses investimentos na cidade é bastante restrito. Destarte, o circuito inferior vem desempenhando historicamente um papel

central na absorção da mão-de-obra da cidade. Diante das altas taxas de desemprego e da queda do poder aquisitivo dos pobres nos últimos anos, o circuito inferior reafirma seu papel de abrigo e fornecedor de ocupação para grande parte de sua população no período atual; ainda que, muitas vezes essas ocupações sejam precárias e desprotegidas. Contudo, a expansão de ocupações de trabalhadores sem carteira assinada e o avanço do processo de deterioração das condições de trabalho não se restringem ao circuito inferior, mas estendem-se também, em grande medida aliás, ao circuito superior da economia²³.

A expansão do circuito inferior em São Paulo está especialmente ligada à multiplicação de micronegócios na cidade. No entanto, como vimos acima, não podemos associar diretamente o circuito inferior aos dados referentes às micro e pequenas empresas²⁴, já que uma parcela considerável das atividades do circuito inferior – sejam elas comerciais, de serviços, de fabricação ou de transportes – não são inteiramente computadas nas estatísticas, apesar de seu papel fundamental de criador de trabalho para a população urbana (Santos e Silveira, 2001, p.217). Por outro lado, certas pequenas empresas pertencem aos demais circuitos da economia. Ainda assim, é bastante significativo o dado que revela que durante a década de 1990, os micronegócios tenham ampliado sua participação em cerca de 2% no total de estabelecimentos do município de São Paulo; enquanto os estabelecimentos de médio porte tenham reduzido sua participação em 1% e os grandes tenham mantido sua participação praticamente inalterada (Pochmann, 2002, p.35).

Como revela a tabela a seguir, em 2000 o maior grupo de firmas no município de São Paulo correspondia ao grupo de micronegócios do setor de serviços (37,7% em 2000 contra 27,1% em 1991), seguido dos microestabelecimentos comerciais (31,5% em 2000 contra

²³ Entre 1995 e 1999, o número de empregados sem carteira assinada nas micro e pequenas empresas do Estado de São Paulo passou de 1.196.672 para 1.267.397; já nas médias e grandes empresas esse número passou de 451.428 para 761.727 (Sebrae, 2000).

²⁴ Cabe destacar que os trabalhadores por conta própria são considerados como empreendedores de micro ou pequeno porte. Segundo o IBGE, é considerado “por conta própria”: “pessoa que trabalha explorando o seu

27,7% em 1991) e dos micronegócios na indústria (13,3% em 2000 contra 11,1% em 1991) (Pochmann, 2002, p.35).

Tabela 5. Participação dos estabelecimentos por tamanho segundo o setor de atividades no Município de São Paulo – 1991 e 2000 (%)

Tamanho do estabelecimento					
1991					
	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
Indústria*	13,3	5,2	1,8	0,2	20,5
Comércio	27,7	4,3	0,6	0,0	32,6
Serviços	27,1	5,8	1,6	0,1	34,6
Adm. Pública	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Agropecuária	0,5	0,0	0,0	0,0	0,5
Outros	9,8	1,4	0,4	0,0	11,6
Total	78,5	16,8	4,3	0,4	100,00
2000					
	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
Indústria*	11,1	4,3	1,1	0,1	16,6
Comércio	31,5	5,0	0,5	0,0	37,0
Serviços	37,3	6,9	1,4	0,1	45,9
Adm. Pública	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2
Agropecuária	0,3	0,0	0,0	0,0	0,3
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	80,3	16,3	3,1	0,3	100,00

* Inclui construção civil.

Fonte: MTE / RAIS. Em Pochmann, 2002, p.36.

A participação dos micro e pequenos estabelecimentos em relação à distribuição dos empregados também aumentou durante a década de 1990 na cidade. Em 1991, do total de empregados do município de São Paulo, 27,9% encontravam-se nos micro e pequenos negócios; já em 2000 essa proporção passa para 34,5% (Pochmann, 2002, p.35), como nos revela a tabela a seguir.

próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de

**Tabela 6. Participação dos empregados por tamanho do estabelecimento
segundo o setor de atividades no Município de São Paulo – 1991 e 2000 (%)**

Tamanho do estabelecimento					
1991					
	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
Indústria*	2,1	5,5	12,5	9,3	29,4
Comércio	3,7	3,9	3,1	0,6	11,3
Serviços	3,9	6,1	9,8	10,0	29,7
Adm. Pública	0,0	0,0	0,5	19,8	20,3
Agropecuária	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Outros	1,3	1,3	2,4	4,2	9,1
Total	11,0	16,9	28,2	43,9	100,00
2000					
	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
Indústria*	2,3	5,5	8,4	4,6	20,8
Comércio	5,4	5,7	3,6	0,5	15,2
Serviços	6,7	8,7	11,1	11,4	38,0
Adm. Pública	0,0	0,1	0,9	25,0	26,0
Agropecuária	0,3	0,0	0,0	0,0	0,1
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	14,5	20,0	24,0	41,5	100,00

* Inclui construção civil.

Fonte: MTE / RAIS. Em Pochmann, 2002, p.36.

Já na escala do Estado de São Paulo, verifica-se que entre 1995 e 1999 o número de pessoas ocupadas nas micro e pequenas empresas paulistas aumentou 7,7%, representando 67% das ocupações do setor privado em 1999; enquanto no mesmo período o número de pessoas ocupadas pelas médias e grandes empresas caiu de 36% para 33% do total de ocupações em empresas privadas (Sebrae, 2000). De acordo com o critério adotado pelo

Sebrae, dentre as 1.141.301 empresas presentes em 1999 no Estado de São Paulo, 1.128.725 eram micro e pequenas empresas²⁵, as quais distribuíam-se da seguinte maneira: 160.756 na indústria, 562.929 no comércio e 405.040 nos serviços. Grande parte dessas micro e pequenas empresas (MPEs) do Estado está concentrada no próprio município de São Paulo: 36% das MPEs da indústria, 30% das MPEs do comércio e 42% das MPEs de serviços. Já segundo o critério empregado pelo IBGE, em 2001 o número de micro e pequenas empresas de comércio e serviços no Estado de São Paulo era de quase 700 mil estabelecimentos que, por sua vez, ocupavam mais de 2,2 milhões de pessoas (IBGE, 2001).

Assim como na escala nacional, as micro e pequenas empresas têxteis e de confecção representam importantes fontes de emprego para a população de São Paulo. Do total de empresas ligadas a esse setor no Estado de São Paulo, as micro e pequenas empresas participam com 98% das unidades fabris têxteis, 98% das unidades fabris de confecção e 99% dos estabelecimentos comerciais de têxteis e confeccionados (Serra, 2001, p.15). As atividades ligadas ao setor têxtil e de confecção pertencentes ao circuito inferior incluem a pequena produção fabril, o pequeno comércio varejista de artigos de vestuário e tecidos, os armarinhos, as pequenas oficinas de costuras que realizam serviços de consertos e até mesmo o comércio de retalhos e resíduos. Destacam-se ainda as pequenas empresas “façonistas” que trabalham sob encomenda para terceiros, modalidade bastante comum na fase da costura. Grande parte das micro e pequenas empresas de confecção trabalha com equipamentos de “segunda mão”, estima-se que no Estado de São Paulo 23,6% das empresas fundadas a partir de 1991 operem com equipamentos de mais de 20 anos (Serra, 2001, p.15). Esta é uma característica típica do circuito inferior, ou seja, o uso de tecnologias consideradas obsoletas

²⁵ Segundo o critério adotado pelo Sebrae, o conceito de micro e pequena empresa é definido de acordo com o número de empregados da empresa. São consideradas micro e pequenas empresas, as empresas de 0 a 99 empregados na indústria, de 0 a 49 empregados no comércio e de 0 a 49 empregados nos serviços (Sebrae, 2000).

ou tradicionais em contraposição à modernização tecnológica acelerada empreendida e adotada pelo circuito superior da economia.

2.4. A relação do circuito inferior na cidade de São Paulo com as variáveis do período: consumo, informação, publicidade e finanças

O olhar sobre o circuito inferior na cidade de São Paulo no período atual pede uma reflexão sobre a forma como este circuito se relaciona com as variáveis do período da globalização, assim como sobre as possíveis transformações na composição das características que o definiam na década de 1970. Diante da emergência de novas variáveis chave – a técnica, a informação, o consumo, a publicidade e as finanças – os circuitos da economia urbana encontram certamente formas renovadas de manifestação.

A produção acelerada de inovações e seu corolário, a obsolescência planejada, marcam a dinâmica do consumo atual. Todavia, num verdadeiro paradoxo, cresce a tendência à reutilização dos bens no circuito inferior. Esta é, certamente, uma resistência contraditória do período. Na medida em que passam a dispor dos resquícios de sistemas técnicos pretéritos prematuramente envelhecidos pela modernização, as atividades desse circuito ampliam suas formas de ação e sua presença no mercado. As pequenas oficinas de conserto de aparelhos de telecomunicações constituem um bom exemplo da relação do circuito inferior com a renovação permanente das técnicas, assim como propiciam a continuidade da circulação de uma base técnica que se liga tanto às variáveis materiais como imateriais do período, como a informação e a comunicação. As oficinas de costura, por sua vez, mostram que a possibilidade

de inserção no novo – no consumo, na moda – pode se dar a partir de objetos não modernos (máquinas de “segunda mão”, por exemplo) e de localizações não privilegiadas.

A grande concentração de pobres em São Paulo compreende um grande mercado de trabalho, ou vários mercados de trabalho, envolvidos em uma ampla variedade de atividades cujo interesse primordial consiste na própria sobrevivência. O dinamismo econômico das grandes cidades permite a conformação de um leque de opções de trabalho, pouco exigentes em relação ao grau de escolaridade, especialização ou capital empregado; daí a atratividade que estas exercem sobre milhares de pessoas que buscam nesse circuito diferenciado do grande capital, o circuito inferior, uma garantia de sua sobrevivência (Almeida, 2000, p.164). Como mencionado, constitui-se, por conseguinte, um universo formado pelos mais diversos tipos de comércio de pequena dimensão, pelos pequenos estabelecimentos que oferecem serviços mais simples, por ateliês, oficinas etc. Estes se apóiam no trabalho intensivo e no capital reduzido, em contraposição à esfera do circuito superior fundada no capital intensivo. Grande parte das pequenas empresas do circuito inferior compreende pequenas empresas familiares²⁶.

Embora cada unidade de produção, de comércio ou de serviços do circuito inferior possa oferecer apenas um pequeno número de ocupações, sua grande quantidade tem um efeito compensador sobre o mercado de trabalho. Dentre cerca de 200.000 estabelecimentos empregadores presentes no município de São Paulo no ano de 2000, mais de 96% correspondiam a micro e pequenos estabelecimentos (Pochmann, 2002, p.36). Todavia, o emprego no circuito inferior caracteriza-se por uma alta rotatividade e pelos baixos rendimentos. As micro e pequenas empresas paulistas ocupam em média cerca de 5 pessoas:

²⁶ Em 2001 havia 1.134.052 micro e pequenas empresas de comércio e serviços na região Sudeste, das quais 506.530 eram familiares (IBGE, 2001).

3,1 empregados (com ou sem registro); 1,5 sócios – proprietários; 0,3 mão-de-obra familiar sem remuneração²⁷ e 0,1 empregado terceirizado (Sebrae, 2001).

Este efeito de compensação do circuito inferior também se manifesta na esfera do consumo. Pois embora as demandas individuais endereçadas a esse circuito sejam limitadas, o grande número de famílias que nele consome implica um efeito ampliado sobre sua parcela do mercado. A proliferação dos pequenos estabelecimentos do circuito inferior se apóia sobretudo na expansão do consumo das classes pobres e das classes médias. A presença de uma classe média expressiva na Região Metropolitana de São Paulo é, aliás, um fator central na diversificação das atividades do circuito inferior na cidade; posto que parte de suas rendas é destinada à aquisição de produtos e serviços correntes nesse circuito, “como a compra de produtos alimentícios, vestuário, calçados, pequenos consertos domésticos, cabeleireiras etc” (Almeida, 2000, p.116). Uma vez que a classe média não cria um aparelho de produção e distribuição próprio, tende a utilizar alternadamente os circuitos inferior, superior marginal e superior da economia urbana, de acordo com as facilidades de crédito de que disponha (Santos, 1978, p.39).

A globalização das práticas de consumo (Armstrong e McGee, 1985) é um dos dados chave que vem alterar o funcionamento do circuito inferior neste período. Ainda que a difusão do consumo e da informação date dos anos 1960/70, permitida especialmente pela integração dos meios de transporte e de comunicação, a força com que essas variáveis permeiam o conjunto do tecido social não apresenta paralelos frente ao impacto da publicidade e do crédito nos dias de hoje. Um dos aspectos que caracteriza o período atual é justamente “(...) a exacerbação da possibilidade de obter dinheiro adiantado. É por isso que coexistem uma evolução decadente do emprego e do salário com um aumento relativo do consumo” (Silveira, 2006, p.165). Amplia-se ainda mais a dominação do capital sobre o modo de consumo dos

²⁷ Segundo Rocha, 23% do total de ocupados da população pobre no Brasil são trabalhadores sem rendimento. Estes, geralmente, compreendem “membros da família que ‘ajudam’ na atividade principal do chefe ou do grupo

trabalhadores (Harvey, 1982, p.12), diante da invenção crescente de necessidades para os mesmos.

A sofisticação e a diversificação das formas de consumo atingem também os agentes do circuito inferior, uma vez que se amplia seu interesse em participar de formas de consumo próprias ao modo de vida moderno das classes mais abastadas²⁸. Uma grande parte da sociedade busca “formas de não ser excluída desse consumo e, ao abrigo desse processo, certa produção não-hegemônica se fortalece”, o circuito inferior e o circuito superior marginal ganham, deste modo, um maior desenvolvimento nos dias de hoje (Silveira, 2004a, p.66).

Renova-se assim, ao mesmo passo, a “capacidade auto-inflacionária” do circuito inferior (McGee, 1973). No campo de atividades que compõem o circuito inferior da cidade de São Paulo, a importância de suas atividades típicas conserva-se no período atual – oficinas de costura, oficinas mecânicas, pequenas lanchonetes e similares, chaveiros, cabeleireiros, pequenas mercearias, sapateiros etc, sem falar na presença maciça de vendedores ambulantes. No entanto, destacam-se também as novas formas de manifestação desse circuito vinculadas especialmente à banalização do consumo de objetos ligados às variáveis-chaves do período entre as camadas pobres. A tecnologia atual se impõe cada vez mais como inevitável a partir de sua difusão comandada por uma mais-valia global, assim como através da força do discurso imaginário correspondente que a acompanha (Santos, 1996, p.181).

A convergência da informática e das telecomunicações transforma as formas contemporâneas de produção e de comunicação, tanto no âmbito do circuito superior como no universo do circuito inferior a partir da transformação das “variáveis-força” em “variáveis-suporte”. Os aparelhos de telecomunicações como telefones celulares, os equipamentos de fotocópia, vídeo e fotografia, assim como os computadores tornaram-se mais acessíveis aos agentes do circuito inferior, sobretudo a partir da difusão do crédito entre as classes populares,

familiar, sem a contrapartida de rendimentos próprios” (Rocha, 2003a, p.148).

e passaram a permear seu cotidiano tanto na esfera do consumo, como do trabalho. Este é certamente um dado novo do período.

Destarte, o circuito inferior continua a fazer uso de tecnologias obsoletas ou tradicionais; mas, por outro lado, no período atual amplia-se a possibilidade do uso de técnicas relativamente modernas, ainda que os objetos que chegam a este circuito já se encontrem relativamente “superados” pela produção acelerada de novos objetos e pela obsolescência planejada do circuito superior. É o caso, por exemplo, das inúmeras “lojinhas” que passam a oferecer o serviço de fotocópia (o *xerox*) ou de revelação instantânea de fotos (*Fotomáticas*). Esses estabelecimentos, por seu capital reduzido e organização simples, não se equiparam às gráficas do circuito superior marginal, mas ainda assim incorporam uma nova dinâmica. É o caso também das oficinas de conserto que ampliam seu leque de serviços a novos objetos como telefones celulares, impressoras, câmeras fotográficas, vídeos cassete, fax etc. Embora esteja mais associada ao funcionamento do circuito superior marginal, a forte expansão do uso de microcomputadores pelas micro e pequenas empresas ao longo da década de 1990 também aparece como um dado sugestivo: em 1990 apenas 10% das micro e pequenas empresas paulistas utilizavam microcomputadores em suas atividades, já em 2002 essa proporção passa para 47% (Sebrae, 2003). “Desse modo, tanto pela expansão dos novos produtos (...) transformados em instrumentos de trabalho das atividades não hegemônicas, como pela proliferação das atividades de reparo, os circuitos superior marginal e inferior participam, de forma crescente e às vezes contraditória, da produção da unicidade técnica” (Silveira, 2004b, p. 6).

Amplia-se assim o leque de produtos com o qual trabalha o circuito inferior no período atual, haja vista, inclusive, a crescente participação de artigos não produzidos localmente. Este circuito trabalha hoje, em grande medida, com artigos que vêm de longe – em certos

²⁸ Como coloca Rocha “(...) os pobres brasileiros estão usando estratégias diversas de modo a garantir a posse de bens duráveis básicos, aproximando-os, nesse particular, ao padrão de vida dos não-pobres” (2003, p.152).

casos, inclusive com produtos importados – tanto no âmbito dos serviços como no comércio. Este é outro aspecto importante de renovação da teoria dos circuitos no período atual. Em nossos trabalhos de campo na região do Largo Treze de Maio e nos distritos Sé, República, Bom Retiro e Santa Cecília, constatamos que os insumos e matérias-primas utilizados pelos estabelecimentos do circuito inferior provêm atualmente dos lugares os mais diversos: do próprio centro da cidade, de outros bairros do município de São Paulo, de outros Estados (principalmente da Região Sul) e, inclusive, de países do Sudeste Asiático.

Por outro lado, expandem-se também as atividades “típicas” do circuito inferior, como o pequeno comércio varejista de alimentos. Apesar do processo recente de concentração da comercialização de alimentos no país através da expansão das grandes redes de supermercado, o número de minimercados e pequenas mercearias cresceu cerca de 30% nos últimos 9 anos na Região Metropolitana de São Paulo, embora sua participação na venda de alimentos tenha se reduzido no período (Sebrae/FIPE, 2004, p.47). Dentre outras atividades do circuito inferior que se expandiram em São Paulo nos últimos anos, destacam-se especialmente a reparação de veículos, as pequenas lanchonetes, os bares, as lavanderias, os salões de cabeleireiro, a fabricação de artefatos de couro, o comércio de vestuário, os armarinhos, o comércio de artigos de perfumaria e o comércio de autopeças (Sebrae, 2000).

No quadro a seguir buscamos expressar a diversidade de atividades pertencentes ao circuito inferior na cidade de São Paulo no período atual. Fundamentados no quadro organizado por Almeida (2000, p.83) sobre a divisão do trabalho no circuito inferior de Salvador no fim da década de 1970, procuramos apreender que atividades seriam acrescentadas ou excluídas ao analisarmos a composição do circuito inferior em São Paulo no início do século XXI. O exercício resultou no quadro a seguir:

**Quadro 1. Divisão do trabalho no circuito inferior da economia
no município de São Paulo – 2006**

Divisão do trabalho no circuito inferior da economia no município de São Paulo	
Comércio	Comestíveis; bebidas; doçaria; farmácia; artigos de perfumaria; bijuterias; armarinho; tecidos e retalhos; confecções; sapataria; artigos domésticos; ferragens e materiais de construção; ferramentas; bombas/ motores/ borrachas/ plásticos/ acessórios para gás; lojinha de 1 Real; quitandas; artigos nordestinos (“Casas do Norte”); artesanatos; banca de jornal; papelaria; artigos de informática e telecomunicações de “segunda mão”; peças de motocicletas, bicicletas e veículos; aparelhos eletroeletrônicos “no estado”*; máquinas de costura de “segunda mão”; vendedores ambulantes; variados; outros.
Serviços	Ensino; revelação de fotografias; reparo de eletrodomésticos; oficinas de consertos de automóveis, motocicletas e bicicletas; conserto de relógios e bijuterias; gravação em jóias e bijuterias; sapateiro; conserto de artigos de couro; alfaiataria e costura; marcenaria; serviço de torneiro, ferreiro, encanador, pintor, borracheiro, jardineiro, eletricista etc; chaveiro; afiação de alicates e facas; barbearia; cabeleireiro; manicure; depilação; lavanderia; passadeira; lanchonete; padaria; café; bar; sorveteria; consertos de aparelhos de telecomunicações, de informática e de vídeo <i>games</i> ; fotocópia (os <i>xerox</i>); fabricação de faixas, placas e <i>banners</i> sob encomenda; variados; outros.

Indústria	Confecção e malharia; bijuteria; gráficas; móveis; calçados; carimbos; variados; outros.
Transportes	Serviço de “carreto”; pequenas entregas; transporte de mercadorias; transporte de pessoas; “motoboy”; “mototáxi”; “perueiros”; variados; outros.
Outros	“Catadores de lixo”; “limpadores de pára-brisas”; “guardadores de carros”; “cambistas; “malabaristas” em sinais de trânsito; variados; outros.

* Venda de artigos quebrados ou com defeito.

Fonte: organizado pela autora a partir de Almeida (2000, p.83).

Este quadro não pretende, de forma alguma, abarcar a totalidade de atividades pertencentes ao universo do circuito inferior de São Paulo no período atual, todavia busca ilustrar algumas de suas novas e “velhas” formas de trabalho que se fazem presentes atualmente na cidade. Vale destacar que várias dessas atividades encontram-se, muitas vezes, combinadas de diferentes formas, como veremos a seguir. Por outro lado, a classificação em “setores” de atividade, derivada da proposta já clássica de C. Clark²⁹, pode tornar-se um complicador para nossa compreensão do circuito inferior. Os supostos limites entre os “setores” se esvaem cada vez mais diante da realização de diversas atividades num mesmo pequeno estabelecimento. Outro problema reside na própria “classificação” das atividades como pertencentes aos diferentes circuitos e suas “fronteiras”. Algumas das atividades elencadas podem pertencer ao circuito superior marginal ou mesmo ao circuito superior, dependendo do grau de organização e capital envolvidos.

De todo modo, o quadro procura esboçar a diversidade dos tipos de trabalho no interior do circuito inferior da cidade de São Paulo no período da globalização. Evidencia-se

²⁹ Uma das classificações mais correntes das atividades produtivas em economia foi proposta por C. Clark. Segundo este autor, a economia de cada país é composta por três setores básicos: setor primário, setor secundário e setor terciário. Cada um desses setores engloba certas atividades que, por sua vez, também são compreendidas respectivamente como setores: atividades agropecuárias e extrativas; produção fabril, construção civil e geração

aí, por outro lado, como a chamada “cidade global” brasileira abriga um grande leque de atividades não ligadas diretamente ao setor hegemônico da economia. A estrutura do território da cidade é constituída por “lugares modernizados, vinculados a representações mundiais da divisão territorial do trabalho, e por lugares opacos, que abrigam os dados de uma divisão territorial do trabalho pretérita” (Silveira, 1999a, p.427). Estes lugares, no entanto, muitas vezes se interpenetram pois coexistem lado a lado.

Outro fenômeno especialmente revelador da dinâmica do circuito inferior nos dias de hoje diz respeito aos gastos com a publicidade, que deixam de ser nulos no período atual. A publicidade, passa a permear progressivamente este circuito, mesmo que sob formas extremamente simples como o “boca a boca”, cartões de visita, faixas, *banners*, pequenos anúncios nas “Páginas Amarelas”, cartazes, placas etc.

Como veremos a seguir, grande parte dos agentes do circuito inferior realiza algum tipo de publicidade hoje em São Paulo; muitas vezes essas são criadas pelos próprios pequenos estabelecimentos, em outros casos são produzidas em conjunto com gráficas, estreitando assim os laços de complementaridade entre os circuito inferior e superior marginal.

Ademais, aquilo que aparece como propaganda para certos atores compreende trabalho para outros, ou seja, atualmente multiplicam-se as atividades de fabricação desses artigos, que são muitas vezes acompanhados do serviço de “colocação grátis” nas ruas. Acreditamos que é justamente nesse meio que reside um dos focos de criação de novas atividades que passam a compor o circuito inferior e o circuito superior marginal no período atual.

A imitação – um dos fundamentos do funcionamento do circuito inferior (Silveira, 2004b, p.6) – também se renova no período atual, ampliando seus laços com a propaganda,

de energia; e serviços em geral como comércio, armazenagem, transportes, sistema bancário, saúde, educação, telecomunicações, energia elétrica, saneamento básico e administração pública (Sandroni, 1985,p.398).

com a moda, com as novas formas de produção (muitas vezes associadas à “pirataria” e conseqüentemente à marginalidade) e com a comercialização de um novo leque de produtos.

A variedade de formas de pagamento presentes no circuito inferior é outro elemento novo que caracteriza este circuito atualmente e que expõe, por sua vez, a relação do circuito inferior com uma das variáveis centrais do período, ou seja, com as finanças. A banalização do acesso aos cheques e aos cartões de débito e crédito vem invadindo o circuito inferior, transformando sua relação com as finanças e com o crédito. Ainda que continuem prevalecendo as pequenas operações em espécie, mesmo porque grande parte dos agentes do circuito inferior não possui conta bancária, algumas operações passam a ser realizadas com cartões, especialmente com cartões de débito.

Por outro lado, o circuito superior também busca se aproveitar dessa banalização do crédito em meio às classes populares, oferecendo cada vez mais a opção de pagamentos parcelados à população de baixa renda. Este é um dos aspectos reveladores do processo de financeirização da sociedade e do território pelo qual vem passando o país. Através de um forte sistema de *marketing*, a sociedade – inclusive a parcela de baixa renda que, por sua vez, compreende a maioria da população – é convidada a consumir produtos financeiros, especialmente mercadorias adquiridas com dinheiro antecipado. Não obstante, “com isso o sistema financeiro ganha duas vezes, pois dispõe de um dinheiro social nos bancos e lucra emprestando, como próprio, esse dinheiro social para o consumo” (Santos e Silveira, 2001, p.195).

Essas considerações sobre as dinâmicas que perpassam o circuito inferior no período atual nos revelam como os mais pobres utilizam as variáveis da época de maneira ativa. A pobreza poderia ser olhada desta forma, evitamos assim o risco de olhar a pobreza como a-histórica, pois a pobreza atual é uma pobreza da globalização.

Segunda Parte

*O circuito inferior da economia urbana no Largo Treze de Maio
e nos distritos Sé, República, Santa Cecília e Bom Retiro:
meio construído e fluxos, especialização e diversidade*

Capítulo 3. O circuito inferior central na metrópole de São Paulo: a concentração do trabalho e o papel do meio construído e dos fluxos nas áreas estudadas (Largo Treze de Maio, distritos Sé, República, Bom Retiro e Santa Cecília)

3.1. A concentração do trabalho nas áreas analisadas

Como mencionado, as áreas escolhidas por nós para o estudo do circuito inferior na cidade de São Paulo são o Largo Treze de Maio e determinados distritos do centro antigo: Sé, República, Bom Retiro e Santa Cecília. Em nossa análise procuramos nos aproximar da composição dos fixos e fluxos que conformam esses lugares, buscamos assim apreender o território como um território vivo, como um território usado simultaneamente por diferentes atores que, por sua vez, participam de divisões do trabalho concorrentes e complementares, conflitivas e solidárias. É a concentração de diferentes tipos de trabalhos nas áreas analisadas que confere uma grande dinâmica ao conjunto de fixos e fluxos que as constituem. Enquanto os fixos são geralmente constituintes da ordem pública ou social, os fluxos são formados tanto por elementos públicos como privados (Santos e Silveira, 2001, p.247).

Dentre os 96 distritos que formam o município de São Paulo, os nomes escolhidos do centro e Santo Amaro (no qual localiza-se o Largo Treze de Maio) estão entre os 10 que concentravam o maior número de empregos, assim como a maior quantidade de estabelecimentos na cidade no ano de 2000. Destacam-se especialmente República e Santo Amaro reunindo respectivamente 3,97% e 2,95% dos estabelecimentos, e 3,19% e 4,21% dos empregos do município (cada um desses dois distritos reúne assim cerca de 100 mil empregos). No distrito Sé, encontram-se 2,85% dos estabelecimentos e 2,86% dos empregos; Santa Cecília, por sua vez, reúne 2,00% dos estabelecimentos e 2,02% dos empregos; já o

Bom Retiro sedia 1,88% dos estabelecimentos e 1,73% dos empregos do município (PMSP, 2000).

Tabela 7. Participação dos distritos Santo Amaro, República, Sé, Santa Cecília e Bom retiro no total de estabelecimentos e no total de empregos do município de São Paulo (%) – 2000

Distrito	Empregos (%)	Estabelecimentos (%)
Santo Amaro	4,21	2,95
República	3,19	3,97
Sé	2,86	2,85
Santa Cecília	2,02	2,00
Bom Retiro	1,73	1,88
Município de São Paulo	100,00	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de PMSP, 2000.

Os dez distritos centrais – Sé, República, Santa Cecília, Bom Retiro, Pari, Brás, Cambuci, Liberdade, Bela Vista e Consolação – reúnem cerca de 600 mil postos de trabalho, representando 25% da oferta paulistana.

A seguir, o mapa revela a distribuição dos empregos por distrito no Município de São Paulo no ano de 2003. Neste mapa não estão contabilizados os empregos na administração pública; caso estes também estivessem representados, a intensidade da concentração do fenômeno do emprego nos distritos centrais do município seria ainda maior.

Mapa 4. Empregos por Distrito no Município de São Paulo – 2003

Fonte: SEMPLA e Agência de Desenvolvimento de São Paulo. Secretaria Municipal de Planejamento do Município de São Paulo, 2005, p.14.

A tabela seguinte mostra a distribuição percentual dos estabelecimentos e dos empregos por setor de atividade em cada distrito analisado. Na maioria dos distritos considerados, o maior empregador é, sem dúvidas, o setor de serviços (com exceção do Bom Retiro). Não obstante, o chamado “setor de serviços” engloba um grande variedade de atividades que envolve desde os serviços “tradicionais” caracterizados pela baixa produtividade (Ribeiro, 1996) aos serviços do setor quartenário (Bernardes, 2001), além de uma extensa gama intermediária de diferentes tipos de serviços.

Tabela 8. Distribuição dos estabelecimentos e dos empregos por setor de atividade nos distritos República, Santo Amaro, Sé, Bom retiro e Santa Cecília (%) – 2000

Distrito/ Atividade	Serviços (%)		Comércio (%)		Indústria (%)	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
República	65,4%	71,7%	27,5%	18,4%	4,0%	5,0%
Santo Amaro	45,3%	51,4%	41,1%	21,4%	10,6%	22,3%
Sé	51,1%	70,1%	43,5%	25,2%	3,3%	2,2%
Bom Retiro	27,5%	27,0%	32,0%	15,1%	39,0%	41,6%
Santa Cecília	58,0%	61,6%	30,9%	21,6%	8,0%	13,6%

Fonte: elaborada pela autora a partir de PMSP, 2000.

O comércio aparece igualmente como um importante empregador nos distritos Santo Amaro, Sé, Bom Retiro e Santa Cecília. No caso destes três distritos centrais, a relevância da participação do comércio está relacionada à conformação de “áreas de especialização” (Silveira, 2004b), como veremos a seguir. Vale assinalar também o peso da participação da indústria no total de empregos nos distritos Santo Amaro (22,3%) e Bom Retiro (41,6%). Santo Amaro se consolidou como um dos pólos industriais do município de São Paulo em meados do século XX, graças à abundância de terrenos baratos na Zona Sul e à facilidade de escoamento dos detritos gerados no processo produtivo com a ampliação da estrutura de transportes realizada na época (Oliveira, 1996, pp.104-105). Daí a presença de pequenas

indústrias na região de Santo Amaro desde a década de 1920, assim como daquelas de maior porte ³⁰. No entanto, a importância do emprego industrial vem se reduzindo em Santo Amaro nos últimos anos. Já no caso do Bom Retiro, a importância da participação da mão-de-obra na indústria está relacionada à presença de uma especialização produtiva e comercial que data do início do século XX – ligada inicialmente às indústrias têxteis e de confecções – e que se estende também aos distritos Sé e Brás. Aprofundaremos a análise sobre esta área de especialização mais adiante.

Grande parte dos estabelecimentos presentes nas áreas analisadas, por seu capital reduzido e grau de organização implicados, pertence ao que estamos chamando de “circuito inferior central”. Os estabelecimentos com até 4 empregados e de 5 a 19 empregados nas Subprefeituras Santo Amaro e Sé, representam juntos respectivamente 88,78% e 90,71% do total de estabelecimentos presentes nessas duas subprefeituras (PMSP, 2000). Estas firmas menores tendem a gerar um grande número de postos de trabalho justamente em função do nível organizacional e tecnológico adotados (Almeida, 2000, p. 86).

A seguir a quantidade de estabelecimentos e de empregos segundo o porte da empresa nas Subprefeituras Santo Amaro (distritos Santo Amaro, Campo Grande e Campo Belo) e Sé (distritos Sé, República, Santa Cecília, Bom Retiro, Consolação, Bela Vista, Cambuci e Liberdade):

**Tabela 9. Estabelecimentos e empregos segundo o porte da empresa
na Subprefeitura Santo Amaro – 2000**

³⁰ “(...) Santo Amaro tem assistido a uma profunda alteração em suas funções, notadamente depois de 1945, tornando-se um centro industrial de destaque e não se limitando, como antes, a ser um centro residencial e recreativo no qual existiam apenas algumas chácaras e olarias, a par de muitas carvoarias, como acontecia ao iniciar-se a década de 1940-50. A planta funcional (...) atesta a presença de uma ativa pequena indústria (oficinas e ‘ateliers’) a par de grandes fábricas, que dispõem de amplas instalações e dão emprego a numerosa mão-de-obra, tanto no setor têxtil, como na indústria química e farmacêutica” (Penteado, 1956, p.24 in Oliveira, 1996, p.106).

Porte da empresa	Quantidade de estabelecimentos	%	Quantidade de empregos	%
Até 4 empregados	5.311	57,69	9.133	7,48
De 5 a 19 empregados	2.862	31,09	25.788	21,11
De 20 a 99 empregados	846	9,19	33.562	27,47
De 100 a 499 empregados	166	1,80	33.250	27,22
500 ou mais empregados	21	0,23	20.438	16,73
Total	9.206	100	122.171	100

Fonte: PMSP, 2000.

**Tabela 10. Estabelecimentos e empregos segundo o porte da empresa
na Subprefeitura Sé – 2000**

Porte da empresa	Quantidade de estabelecimentos	%	Quantidade de empregos	%
Até 4 empregados	18.296	61,07	32.600	6,67
De 5 a 19 empregados	8.879	29,64	78.569	16,08
De 20 a 99 empregados	2.307	7,70	89.832	18,39
De 100 a 499 empregados	372	1,24	74.829	15,32
500 ou mais empregados	105	0,35	212.709	43,54
Total	29.959	100	488.539	100

Fonte: PMSP, 2000.

O enorme fluxo de pessoas encontrado nesses lugares, como veremos a seguir, permite a instalação de pequenas atividades do circuito inferior que se sustentam sobretudo no consumo das grandes massas. “Graças aos custos de produção mais baixos pela ampla oferta e proximidade de insumos, mão-de-obra e clientes, surge um considerável número de pequenas empresas e, desse modo, mesmo que a mortalidade das firmas possa ser alta, a demanda constante possibilita que outras possam nascer” (Silveira, 2004a, p.66). A combinação desses conteúdos nos espaços considerados autoriza a realização de divisões do trabalho espontâneas

que crescem nos interstícios do circuito superior, ou seja, de formas de trabalho do circuito inferior e do circuito superior marginal. Confirma-se aí a hipótese de Marques (2005a, p.53) quanto ao fato de as diferenças de oportunidades não serem apenas socialmente especificadas, mas também espacialmente delimitadas.

Dentre as áreas estudadas, é o centro da cidade que abriga, em especial, uma maior multiplicidade de divisões do trabalho, ou seja, um maior espectro de temporalidades diferentes. A ocupação e constituição antigas do centro da cidade conferem ao seu meio ambiente construído, fruto de divisões do trabalho passadas e de seu uso presente, um papel central na localização dos eventos atuais que aí se desenrolam; “a atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores” (Santos, 1996, p.141).

O Largo Treze de Maio, por sua vez, também foi palco de uma ocupação antiga, uma vez que compreendia a principal centralidade da extinta municipalidade de Santo Amaro³¹. Ainda que Santo Amaro tenha se consolidado como um pólo de atividade industrial durante a segunda metade do século XX, nas últimas décadas a região vem se afirmando cada vez mais como um centro que polariza as atividades de serviços e o comércio popular na Zona Sul da cidade de São Paulo³².

³¹ Elevado à categoria de vila em 1832, o bairro de Santo Amaro passou a ter prefeito e câmara de vereadores próprios já em 1835. O município de Santo Amaro correspondia então, de modo quase integral, à Zona Sul da cidade de São Paulo. Em 1935, a municipalidade de Santo Amaro foi extinta e seu território passou a fazer parte do município de São Paulo. É interessante perceber, como coloca Oliveira, que “a extinção do município de Santo Amaro foi a única anexação territorial verificada no bojo do processo de metropolização de São Paulo, contrariando a tônica geral que foi a dos desmembramentos, a exemplo da criação de municípios como Osasco e outros da região do ABCD” (Oliveira, 1996, p.15).

³² A transformação do perfil das atividades localizadas em Santo Amaro pode ser entrevista a partir da periodização elaborada por Oliveira (1996, p.38) para o processo de inserção e participação de Santo Amaro na formação metropolitana de São Paulo, composto por quatro etapas: 1) de 1870 a 1910: período em que Santo Amaro representava um “celeiro da capital”; 2) de 1910 ao início da década de 1950, quando a região pode ser definida como um “subúrbio recreativo/ residencial”; 3) de meados dos anos 1950 ao fim da década de 1970, momento no qual Santo Amaro se afirma como uma “periferia industrial e residencial” de São Paulo; e 4) a partir dos anos 1980, quando se dá um processo de “reorganização residencial e terciária” em Santo Amaro. Essa última fase caracteriza-se tanto pela proliferação de pequenos comércios e do comércio ambulante ao lado de representantes de grandes redes comerciais, como pela diversificação da gama de serviços oferecidos.

Já a região central de São Paulo pode ser compreendida como “(...) um espaço de consumo, negócio e comércio das elites³³ (...) que passou gradativamente por um processo de popularização, concomitante, a partir dos anos 60, ao início da evasão de empresas para outros ‘subcentros’ – na direção do assim chamado ‘vetor sudoeste’ da metrópole” (Frúgoli, 2005, p.7). A partir daí, aceleraram-se os processos de deterioração de parte de seus equipamentos urbanos e de declínio do valor imobiliário, embora a região concentre até hoje uma razoável estrutura urbana.

Dentre as atividades localizadas atualmente na Subprefeitura Sé, podem ser destacadas aquelas com um grau de concentração relativo – medido em função do volume de empregos – superior aos encontrados no município e na Região Metropolitana de São Paulo. Com base nesse critério, destacam-se as seguintes atividades: comércio automotivo; atividades culturais; serviços financeiros; editorial e gráfica; setor hoteleiro e agências de viagens; atividades imobiliárias; construção e infra-estrutura urbana; comércio de eletrodomésticos; atividades ligadas ao judiciário; fabricação e lapidação de jóias, relógios e cronômetros; organizações associativas; serviços às empresas; telecomunicações; setor de vestuário; serviço público e serviços sociais (Comin, 2002, pp.3-4).

Apesar do processo recente de deslocamento de parte das atividades hegemônicas localizadas no centro antigo para outras centralidades da cidade, os distritos Sé e República continuam concentrando atividades jurídicas, financeiras, contábeis, de auditoria e de administração pública. No entanto, verifica-se que os serviços às empresas presentes no centro histórico vêm assumindo um caráter “subalterno” em relação aos serviços localizados nas novas centralidades localizadas do vetor sudoeste da cidade. Dentro do campo de atividades classificadas como “serviços às empresas”, aquelas que mais contribuíram para a

³³ “Até a primeira metade do século XX, as principais funções de serviços e comércio da Cidade, que sustentavam aquela sociedade agro-exportadora, permaneciam no Centro Antigo, situado no interior de um grande anel de irradiação formado pela interligação da Avenida Ipiranga, Rua São Luiz, Viaduto Dona Paulina e Maria Paula, Praça João Mendes, Rua do Gasômetro e Avenida Senador Queiroz” (Scarlato, 2004, p.251).

geração de empregos nos distritos centrais, durante a década de 1990, foram as empresas de seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra temporária, e as atividades de investigação, de vigilância e de segurança (Comin, 2005, p.24). Já os serviços às empresas mais modernos, ligados ao setor quartenário da economia (como consultorias, empresas de publicidade, financeiras etc), vêm reduzindo sua presença na região central nos últimos anos.

No bojo desse processo de rearranjo da composição do trabalho no centro de São Paulo, o circuito inferior vem ampliando suas formas de manifestação. Ao mesmo passo, cresce o contingente populacional que encontra neste circuito um abrigo para a sua reprodução. O rearranjo dos tipos de atividades presentes na região central está ligado aos dois processos que, segundo Comin (2005, p.19), definem atualmente o centro da cidade de São Paulo: um processo de “mudança no perfil de ocupação” acompanhado do “empobrecimento no centro”.

De todo modo, verifica-se que as atividades presentes no centro da cidade atualmente envolvem graus de organização e capitalização bastante diferenciados. Encontramos aí “velhos” e novos representantes tanto do circuito inferior como do circuito superior da economia urbana, além de um circuito superior marginal emergente e residual.

Ao longo da última década, contudo, o centro vem perdendo empregos “formais”. Entre 1992 e 2000, os 10 distritos que compõem a região central perderam mais de 100.000 empregos, o distrito Sé foi um dos mais prejudicados, tendo perdido quase 23.000 postos de trabalho “formais” (PMSP, 2000).

**Tabela 11. Evolução do emprego formal no centro
da cidade de São Paulo entre 1992 e 2000**

Ano	República	Sé	Centro (menos Sé e República)	Centro
1992	143.422	103.338	585.308	832.068
2000	132.654	80.342	510.500	723.496

Fonte: Comin, 2002, p.17.

A dinâmica do emprego na região central mantém estreita relação com a dinâmica mais geral do município e da formação socioespacial brasileira. Destarte, verificam-se aí, como no distrito de Santo Amaro, igualmente os processos paralelos de retração do número de empregos na indústria e de expansão das ocupações nos serviços e no comércio. As novas ocupações geradas, assim como nas escalas superiores, não compreendem muitas vezes postos com carteira assinada.

Dentre as atividades que têm contribuído para a geração de empregos na região central nos últimos anos, destacam-se especialmente o comércio atacadista e varejista, os serviços às empresas, correio e telecomunicações, alojamento e alimentação, serviços pessoais e a produção de têxteis, vestuários e calçados que realizam, por sua vez, uma articulação importante entre a indústria e o comércio (Comin, 2002). Embora tenha reduzido sua participação no total de empregos ao longo da década de 1990, a administração pública continua representando a principal atividade empregadora no centro da cidade, participando com 36% das ocupações (PMSP, 2000).

Segundo Comin (2002, p.19), todavia, é o comércio varejista de mercadorias que vem se consolidando como “grande carro chefe do emprego” na região central. O comércio tem se firmado, com efeito, como “importante concentrador de mão-de-obra nas grandes cidades” brasileiras (Santos e Silveira, 2001, p.217). Não obstante, como vimos acima, a capacidade de

geração de trabalho dos micro e pequenos estabelecimentos comerciais do circuito inferior não é inteiramente captada pelas estatísticas oficiais.

Por outro lado, uma vez que estamos tratando da composição do trabalho nas áreas estudadas, é preciso destacar também o papel de abrigo que a atividade do comércio ambulante desempenha nessas partes da cidade. A presença de vendedores ambulante nos distritos Sé, República, Santa Cecília e no Largo Treze de Maio é, de fato, bastante intensa. Segundo estimativas da Prefeitura do Município de São Paulo, haveria cerca de 8 mil vendedores ambulantes trabalhando nos espaços públicos do centro da cidade, dos quais somente 1244 possuíam o Termo de Permissão de Uso (TPU) em 2003 (Itikawa, 2005, p.357). Já nos arredores do Largo Treze de Maio, as estimativas apontam a presença de 2 a 3 mil vendedores ambulantes num raio de apenas 2 quilômetros (Camargo, 2005). A presença do comércio ambulante nessas regiões está diretamente relacionada aos enormes fluxos e à convergência dos sistemas de transporte por elas polarizados, como veremos a seguir.

Figura 1. Vendedores ambulantes nos arredores do Largo Treze de Maio.

Foto: Lara Montenegro, 2005.

Figura 2. Vendedores ambulantes nos arredores da Praça da República.
Foto: Felipe Caranassios, 2006.

O dinamismo da região central da cidade pode ser entrevisto ainda em sua enorme capacidade de geração de renda. Em 2000, a massa real de salários gerada nos 10 distritos centrais representava nada menos que 26,1% da massa real de salários do município de São Paulo. Porém, assim como entre as atividades, os salários aí presentes são bastante díspares. Em 1998, o salário médio na atividade de fabricação de artefatos de couro – uma típica atividade do circuito inferior – no centro de São Paulo era R\$ 446,60; já o salário médio de um funcionário de instituições financeiras localizadas no centro da cidade nesse mesmo ano era R\$ 2.324,40 (MTE, 2002).

Os indicadores de renda dos moradores das áreas estudadas nos apontam, por sua vez, a elevada participação dos responsáveis por domicílios com renda inferior a 5 salários mínimos mensais. Na Subprefeitura de Santo Amaro, quase 30% dos chefes de família não possuem rendimento ou têm renda até 5 salários mínimos (esse valor é atenuado pela presença

do distrito Campo Belo – que concentra uma população de classe média e alta – nessa Subprefeitura). Já na Subprefeitura Sé, 33% dos chefes de família não possuem rendimento ou têm renda até 5 salários mínimos (esse valor é atenuado pelos distritos Consolação e Bela Vista, nos quais reside uma população de renda mais elevada) (PMSP, 2000). No distrito Sé, 24,64% das pessoas responsáveis por domicílios têm rendimento inferior a 3 salários mínimos mensais, já no distrito do Bom Retiro esta participação se eleva a 25,85% (Seade/ IBGE).

Dentre os distritos analisados da Subprefeitura Sé, o Bom Retiro e Santa Cecília apresentam os piores indicadores sociais relacionados às condições habitacionais. Em 2002 havia cerca de 150 cortiços no Bom Retiro, enquanto em Santa Cecília havia 123 (Nakano, 2005, p.397). De acordo com um levantamento realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), estima-se que no ano de 1997 haveria mais de 4 mil cortiços no perímetro da Subprefeitura Sé; o que, por sua vez, permitiria caracterizar a região central como aquela de maior densidade de moradores em cortiços da cidade de São Paulo (Almeida, 2000, p.158). Já em relação à presença de favelas, é a Zona Sul que apresenta uma participação bastante elevada com a ocorrência, inclusive, de favelas de grandes dimensões. No início da década de 1990, estima-se que 47% da população favelada do município de São Paulo residissem nessa região da cidade, concentrando-se sobretudo em Santo Amaro e no Campo Limpo (Oliveira, 1996, p.125). O centro, por sua vez, “abriga apenas favelas de pequeno porte, localizadas em interstícios urbanos muito exíguos, como beiras de córregos e pequenas faixas remanescentes de obras públicas” (Saraiva e Marques, 2005, p.152).

A população residente nas áreas analisadas nem sempre trabalha na região em que habita, todavia sua composição pode nos apontar o perfil de parte do público que consome nos estabelecimentos nelas localizados, especialmente nos pequenos negócios do circuito inferior. Por outro lado, o rendimento dos habitantes dessas localizações representa um dos indicadores do valor relativo dessas parcelas do meio construído dentro da totalidade da

cidade. Os valores desses rendimentos nos apontam a presença de certas porções “desvalorizadas” do espaço urbano onde, por sua vez, estão reunidas as condições que permitem a realização de uma economia dinamizada pela população de baixa renda, ou seja, o circuito inferior.

3.2. O circuito inferior central na metrópole de São Paulo e sua relação com o meio construído e com os fluxos

3.2.1. O papel do meio construído

Embora seja uma grande metrópole corporativa (Santos, 1990), São Paulo pode abrigar também os tempos mais lentos, hegemônicos, visto que nem todos os espaços são atingidos pela modernização. A presença e expansão do circuito inferior da economia residem na capacidade do meio construído em abrigar situações mais ou menos geradoras de lucro; esse circuito é fator e vítima da aceleração contemporânea. A grande cidade dispõe de “(...) uma ecologia favorável aos pobres, devida em grande parte à sua grande diversidade socioespacial. Sem dúvida, as grandes cidades buscam adaptar-se às demandas da economia mais moderna, adequando o seu espaço construído às respectivas exigências. Isso, porém, atinge apenas uma pequena parcela do território urbano, mesmo porque os respectivos custos são muito altos, enquanto o resto da grande cidade mostra uma grande variação quanto à modernidade das infra-estruturas disponíveis” (Santos e Silveira, 2001, p.285).

A própria materialidade construída, fruto das divisões sociais e territoriais do trabalho pretéritas, constitui um obstáculo à difusão das modernizações, graças à impossibilidade de ampliação instantânea dos espaços modernos que servem aos interesses corporativos e

forâneos. “Daí advém a grande riqueza das metrópoles que cria oportunidades de sobrevivência para as camadas mais pobres da população” (Almeida, 2000, p. 85).

Não obstante, os circuitos apresentam-se espacialmente imbricados no território. A paisagem urbana de São Paulo nos revela a proximidade entre suas atividades, “(...) modernos *shoppings centers* que, muitas vezes, não estão distantes de um conjunto de birosacas; ruas onde convivem lojas departamentais, pertencentes às grandes organizações capitalistas, ou lojas especializadas em artigos de luxo, e vendedores ambulantes com sucedâneos baratos dos artigos vendidos nas lojas (...)” (Correa, 1997, p.75). Encontramos este cenário em diversas partes da cidade, especialmente nos lugares escolhidos como foco de análise de nossa pesquisa. Pois ainda que o circuito inferior esteja presente de forma dispersa no tecido urbano, certamente podemos distinguir áreas de diferentes densidades do circuito inferior na cidade.

A paisagem do centro da cidade nos revela como, em um mesmo pedaço do território, coexistem subsistemas técnicos provenientes de épocas diversas que, por sua vez, estão ligados aos diferentes circuitos da economia urbana (Santos, 1996, p.42). Contudo, em certos subespaços do centro, especialmente nas áreas escolhidas, as atividades do circuito inferior vêm se expandindo, enquanto atividades ligadas ao circuito superior estariam reduzindo sua presença. Daí o discurso de “desvalorização” do centro³⁴.

Todavia, os distritos Sé e República concentram ainda uma intensa atividade econômica envolvendo instituições financeiras, atividades do campo jurídico e de administração pública, dentre outras. Como vimos acima, um suposto processo de “desvalorização” estaria relacionado ao deslocamento de atividades empresariais hegemônicas inicialmente localizadas nos distritos Sé e República para outras centralidades,

³⁴ Não obstante, é preciso atentar ao fato, não só para o caso do centro de São Paulo, mas também para os centros de outras grandes cidades brasileiras, de que “(...) sua centralidade não desaparece, mas apenas mudam ou se restringem os segmentos sociais para os quais ela se constitui. Nessa linha, a constatação da idéia de que os centros estão degenerados não deve ser lida como sinônimo de que são, agora, nas cidades dos pobres, mas sim que, justamente por essa razão, seu patrimônio deixa de ser objeto de interesse dos investimentos, entrando em

sobretudo para pontos próximos às Marginais (Pinheiros ou Tietê), de onde podem ter acesso rodoviário ou aéreo mais fácil a outras regiões do Estado de São Paulo ou mesmo a outros Estados (Sandroni, 2005, p.369). Equipamentos construídos nas décadas de 1940 e 1950, momento do processo de “verticalização” do centro (Souza, 1994), não atendem às exigências empresariais do período atual, simbolizadas sobretudo pelos atributos dos chamados “edifícios inteligentes”. Por outro lado, coloca-se também a questão do alto custo de reconversão dos prédios antigos. Ao mesmo tempo, a indisponibilidade de terrenos vazios para a construção de novos edifícios empresariais e residenciais³⁵ na região central reduz ainda mais sua competitividade frente às novas centralidades do chamado vetor sudoeste (o centro é a região com a menor proporção de terrenos vagos no município de São Paulo) (PMSP, 2000/2001).

Ao mesmo passo em que o centro perde dinamismo econômico ligado ao setor hegemônico da economia, verifica-se também um processo de esvaziamento habitacional: entre 1980 e 2000, a população residente no distrito Sé diminuiu 26,04%; na República 17,89%; no Bom Retiro 26,47% e em Santa Cecília 17,15% (PMSP/Procentro, 2001, p.18). Não obstante, há autores que asseveram que é um equívoco falar em “esvaziamento da região”, uma vez que esta permanece densamente ocupada tanto economicamente, quanto residencialmente (Comin, 2005, p.19).

Este processo de redução do papel residencial do centro vem, por sua vez, questionar o alcance do conceito de gentrificação – tal como proposto por Neil Smith (1996) ao estudar as cidades dos Estados Unidos – para analisar a realidade atual do centro de São Paulo. Entendido enquanto a “(...) criação de áreas residenciais para classes médias e altas em bairros de áreas urbanas centrais articulada a processos de controle ou expulsão de setores das classes

declínio físico, e gerando substituição de seus usos de solo tradicionais por outros de conteúdo social e cultural, muitas vezes, degradantes do ponto de vista humano” (Sposito, 2004, p.376).

³⁵ O centro concentra 10,6% da área construída total do município. O uso não residencial é predominante na região, 60,2 % do uso do solo construído é não residencial (PMSP, 2000/2001).

populares”, o conceito de *gentrification* realmente parece não se aplicar à região central de São Paulo (Frúgoli, 2005, p.2). Aliás, apesar de uma série de esforços institucionais realizados no sentido de elitizar certos sub-espços dessa parcela da cidade nas duas últimas décadas, o centro vem passando, em realidade, por um processo de “empobrecimento” (Comin, 2005, p.19) e de diversificação das formas de manifestação da pobreza nele presente, tanto no âmbito do trabalho como da habitação. Poderíamos, no entanto, destacar a ocorrência de uma certa “gentrificação de frequência e de consumo” (Frúgoli, 2005, p.3), mas não propriamente residencial, em determinadas localizações pontuais da região central, ligada a um consumo cultural das classes médias e altas (reforma dos prédios da Pinacoteca do Estado de São Paulo, da Estação Júlio Prestes, do Mercado Central etc).

Ainda que o tema da requalificação não compreenda nosso objeto de estudo, ele nos aparece como um dos aspectos que permeia a questão da valorização e da desvalorização do meio construído no centro sob a óptica do poder público. Nas últimas duas décadas, o centro vem sendo objeto de uma série de projetos de requalificação oriundos de diferentes instâncias institucionais³⁶. No entanto, o que parece não ser levado em conta na elaboração de tais projetos para São Paulo é justamente o valor do trabalho realizado no lugar, assim como o papel de abrigo do meio construído em questão para as classes populares³⁷. Essa problemática tende a se agravar na medida em que, muitas vezes, projetos de requalificação compreendem meras transposições de projetos elaborados para outras realidades, participando assim da “tentativa de confecção de uma certa visão que se pretende hegemônica sobre a cidade” (Frúgoli, 2005, p.8). Ademais, projetos dessa natureza tendem a implicar a chegada

³⁶ Ainda que em um primeiro momento a Associação Viva o Centro tenha sido a precursora dos esforços nesse sentido, atualmente esta apresenta um papel menos importante na elaboração de políticas para a região central da cidade de São Paulo. A partir dos anos 2000, a requalificação passou também a ser objeto das administrações municipais, inicialmente com a prefeitura de Marta Suplicy (Partido dos Trabalhadores) e, em seguida, com as administrações de José Serra/ Gilberto Kassab (Partido Social Democrata Brasileiro/ Partido da Frente Liberal).

³⁷ “Os projetos ligados à revitalização do Centro em São Paulo, como que a seguir uma tendência mundial, procuram atrair um novo tipo de população e investimentos, criando estratégias espaciais que afugentem as camadas da população com menor poder aquisitivo. A recuperação da área central é antes de tudo uma tentativa

de novos atores e de novos objetos que, por sua vez, geram a valorização do entorno, mas que “também provocam o aumento dos impostos, dos aluguéis e, não raro, criam um desequilíbrio econômico nos locais onde vão se instalar, pois os pequenos comerciantes e micro empresários não possuem o mesmo poder para competir com as grandes redes³⁸” (Almeida, 2000, p.136). Não obstante, as múltiplas formas do trabalho coletivo, dependentes dos conteúdos desses lugares, tendem a resistir às mudanças aceleradas que ameaçam substituir ou deslocar essas parcelas da divisão territorial do trabalho (Silveira, 1999a, p.386).

Deste modo, constata-se, por exemplo, que a expansão de novas centralidades na cidade de São Paulo em direção ao vetor sudoeste (Frugoli, 2000), estreitamente vinculada a setores de alta renda, não eliminou o caráter de centralidade da área da Subprefeitura da Sé para milhões de pessoas, especialmente para a população de baixa renda que reside nas zonas Leste e Norte. As áreas centrais aí localizadas continuam representando redutos importantes de comércio, serviços, consumo, lazer e trabalho para grande parte da população do município e da Região Metropolitana de São Paulo.

Assim, embora o centro represente ainda uma localização importante para uma parcela das atividades hegemônicas na cidade de São Paulo, as diferentes formas da pobreza se fazem aí também bastante presentes, especialmente através dos diferentes tipos de trabalho realizados pela população de baixa renda e de formas precárias de habitação (cortiços, prédios e terrenos ocupados por grupos de *sem-tetos*, favelas etc). Essa composição confere ao centro de São Paulo tanto atributos de centralidade frente aos moradores das zonas Leste e Norte que

de garantir e valorizar o patrimônio já investido e que existe nesse Centro. Faz parte de uma estratégia de manutenção da reprodução do capital (Alves, 2004, pp.295-296).

³⁸ Dentre os projetos da atual administração municipal para a região central, figura de maneira especial um projeto de revitalização para o bairro da Luz (situado justamente entre os distritos Bom Retiro, Santa Cecília e República que compreendem algumas das áreas por nós analisadas). O Projeto “Nova Luz” prevê a “revitalização” do bairro através da desapropriação de diversos imóveis (onde funcionam pequenos negócios) e de áreas destinadas à instalação de equipamentos públicos, através de obras de restauração de alguns imóveis de valor histórico e, sobretudo, através de incentivos fiscais para a instalação de empresas de tecnologia de ponta na região (PMSP, 2006). Em uma primeira etapa já foi realizado o lacramento de uma série de pequenos hotéis, bares, “empresas” de ferro-velho e depósitos. De acordo com Antonio Zagatto, responsável da Subprefeitura da

aí trabalham, quanto atributos de periferia face às novas centralidades do vetor sudoeste da cidade. Segundo a interpretação de Rolnik et alli (2005, p.127), essa combinação de conteúdos atribui ao centro da cidade uma condição de “centralidade periférica”.

O Largo Treze de Maio, por sua vez, também pode ser considerado uma centralidade, ou melhor, como a principal centralidade da cidade para uma parcela importante da população que mora e trabalha na Zona Sul. Como assevera Oliveira (1996, p.23), “o principal centro de comércio e serviços da Zona Sul é, sem sombra de dúvida, o ‘Largo Treze de Maio’. Centro histórico da extinta municipalidade santamarense, ele polariza a Zona Sul como um todo”. Diante do atributo de polarizadora da Zona Sul e da presença de um meio construído desvalorizado com a concentração de diversos tipos de trabalho empreendidos pela população pobre, pensamos que a região do Largo Treze de Maio também possa ser considerada como uma das “centralidades periféricas” da cidade.

Ao investigar os conflitos entre a produção e o uso do meio ambiente construído, D. Harvey (1982, p.6) define o ambiente construído como a totalidade das estruturas físicas presentes no espaço: ruas, casas, fábricas, escritórios, equipamentos culturais, equipamentos educacionais, parques, sistemas de esgoto etc. O conjunto desses elementos encontra-se desigualmente valorizado nos diferentes fragmentos do tecido urbano. Essa valorização diferenciada do ambiente construído permite, por sua vez, a reprodução de diversas formas de trabalho na cidade.

Assim, é a desvalorização relativa do meio construído, aliada ao sistema de ações que aí se faz presente, que autoriza a consolidação da presença de um circuito inferior nos interstícios “deixados” pelo circuito superior nas áreas em torno do Largo Treze de Maio e em certas parcelas da região central da cidade. Sistemas de objetos condicionam, deste modo, sistemas de ações e vice-versa; posto que “(...) um território condiciona a localização dos

Sé pelo projeto, pretende-se criar na Luz uma “região exemplar, nova e arrojada”, voltada especialmente ao fomento de negócios internacionais na cidade (PMSP, 2006).

atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem de sua própria constituição” (Santos e Silveira, 2001, p.22).

Dentre os lugares analisados no centro, destaca-se especialmente o Bom Retiro enquanto “exemplo de área degradada do ponto de vista da infra-estrutura. No geral, boa parte da infra-estrutura básica do bairro ainda remonta a uma realidade de no mínimo 30 anos (...)” (Evaso, 2003, p.278).

Figura 3. Meio construído deteriorado na Rua Couto Chagas no Bom Retiro.
Foto: Felipe Caranassios, 2006.

Processo semelhante ocorre no Largo Treze de Maio. Embora encontremos aí também representantes do circuito superior, certamente predominam na região as atividades ligadas ao circuito inferior da economia. Estas ocupam os mais variados tipos de imóveis, especialmente nas áreas próximas aos pontos de ônibus e às estações de metrô. Nos arredores do Largo Treze, não encontramos uma gama tão diversificada de atores hegemônicos como no centro da cidade; estes tendem, no entanto, a ocupar grande parte das localizações mais privilegiadas da região.

O meio construído da região do Largo Treze de Maio encontra-se, no entanto, de fato bastante deteriorado, tendo deste modo um efeito sobre a ação que nele se desenrola, ou seja, implica uma retroação, convidando à realização sobretudo de trabalhos não-hegemônicos. Assim como a região central, a Zona Sul – onde está localizado o Largo Treze – apresenta elevada participação do uso não residencial: mais de 40% do uso da área construída total é não residencial (PMSP, 2000/2001).

Figura 4. Meio construído deteriorado na Rua Paulo Eiró em Santo Amaro.
Foto: Lara Montenegro, 2005.

O valor do trabalho realizado é assim dado por cada lugar. A concentração das modernizações em certos pontos selecionados do espaço urbano engendra a obsolescência prematura de outros lugares, muitas vezes bastante próximos daqueles atingidos pelas modernizações. A presença de um meio construído desvalorizado em certos subespaços do centro – como no Bom Retiro e no norte do distrito de Santa Cecília, onde o padrão de ocupação se manteve mais horizontal – assim como na região do Largo Treze de Maio permite a resistência e a expansão de um circuito inferior no período atual. Desvalorizada, “a materialidade não plenamente conforme à modernidade atual pode ser objeto de (nova)

utilização por capitais e pessoas ‘desvalorizados’, que encaminham suas ordens ‘desvalorizadas’, suas ações ‘desvalorizadas’ a essas parcelas ‘desvalorizadas’ do espaço (...)” (Santos, 1996, p.226). O uso e o valor das parcelas da terra urbana se definem assim mutuamente (Marques, 2005b, p.217).

Figura 5. Meio construído deteriorado na Rua Capitão Tiago Luz em Santo Amaro. Foto: Lara Montenegro, 2005.

A renovação do espaço construído na cidade tende a se dar exclusivamente a partir das exigências realizadas pelos atores hegemônicos. Destarte, boa parcela da economia urbana deve desenvolver-se sem custos adicionais de infra-estrutura ao meio construído no qual se realiza (Santos, 1993a, p.136). Não obstante, as atividades do circuito inferior tendem, ao mesmo tempo, a se beneficiar “das infra-estruturas (rodovias, avenidas etc) criadas em função do circuito superior da economia e que têm um papel importante sobre a redução dos custos de distribuição e circulação” (Almeida, 2000, p.85). Ou seja, a presença de uma infra-estrutura urbana satisfatória – em termos de acessibilidade, da eficiência dos sistemas de transportes e dos sistemas comunicações, da estrutura viária etc – geralmente deriva das

exigências feitas pelos atores hegemônicos; contudo, beneficia, ao mesmo passo, as diversas formas de trabalho realizadas pelos atores não-hegemônicos.

Não podemos esquecer, no entanto, que a modernização material da cidade caracteriza-se sobretudo como uma modernização corporativa, ainda que possa beneficiar indiretamente a maioria. Ao mesmo passo em que avança a modernização, acelera-se o processo de desvalorização de grandes parcelas do tecido urbano.

Como assevera Harvey (1982, p.9), a totalidade do ambiente de vida do trabalhador é composta por um conjunto de recursos. Enquanto alguns desses recursos podem ser apropriados privadamente, outros precisam necessariamente ser utilizados em comum. O conjunto de recursos envolvidos no ambiente construído “(...) contém muitos elementos que são consumidos coletivamente. A provisão pública de tais bens públicos é uma forma ‘natural’ de consumo coletivo que o capital pode facilmente colonizar através do Estado. Da mesma forma, a soma das decisões individuais privadas cria um efeito público por causa da permeabilidade dos efeitos externos que, em si, forçam certas formas de consumo coletivo através da ação privada (...)” (Harvey, 1982, p.19).

A proximidade entre as atividades dos diferentes circuitos da economia nas áreas analisadas permite que os agentes do circuito inferior desfrutem dos custos de infra-estrutura adicionados ao meio construído que são, geralmente, requisitados pelos representantes do circuito superior. A relação entre o poder público e o circuito inferior se estabelece, assim, muitas vezes de forma indireta, pois ao cuidar das infra-estruturas das áreas onde este último se faz presente, o Estado estabelece, por conseguinte, um compromisso com o circuito inferior. Todavia esse compromisso não se concretiza de forma a beneficiar primordialmente os agentes do circuito inferior, como, em realidade, deveria sê-lo.

3.2.2. O papel dos fluxos

Além da presença de um meio construído desvalorizado, o enorme fluxo cotidiano encontrado nas áreas estudadas constitui também um fator central para a forte concentração de trabalhos não-hegemônicos nas mesmas. Essas áreas abrigam uma intensa circulação de pessoas, constituindo ademais um ponto central de convergência dos meios de transporte da cidade e da Região Metropolitana de São Paulo. Desse modo, o circuito inferior nelas presente aproxima-se mais de um “circuito inferior central” do que de um “circuito inferior residencial” (Santos, 1978, p.350). Essas áreas podem ser vistas como verdadeiras centralidades, as quais, como vimos, podem ser definidas como lugares “de concentração dos meios de consumo coletivo e individual e do simbólico instituído historicamente” (Sposito, 2004, p.290).

Ao longo das últimas décadas uma série de intervenções públicas favoreceu a acessibilidade ao centro antigo da cidade por meio do transporte coletivo, consolidando-o como ponto de reunião das linhas radiais da estrutura viária dos sistemas de ônibus, metrô e trem, e conferindo-lhe um grande dinamismo. Nos distritos da Subprefeitura da Sé – República, Sé, Santa Cecília, Bom Retiro, Pari, Cambuci, Liberdade e Bela Vista – encontram-se 4 dos 19 terminais municipais e 13 das 52 estações de metrô da cidade. Já a Subprefeitura de Santo Amaro – que engloba os distritos de Santo Amaro, Campo Grande e Campo Belo – concentra 3 dos 8 corredores de ônibus e um terminal municipal, o qual apresenta, no entanto, um intenso movimento diário.

A média da entrada de passageiros nos dias úteis por estação nas estações de metrô mais próximas às áreas escolhidas no centro foi a seguinte no ano de 2003: Sé: 70 mil

passageiros por dia; República: 60 mil passageiros por dia; Santa Cecília: 30 mil passageiros por dia; Luz (próxima ao Bom Retiro): 24 mil passageiros por dia; Largo Treze: 2.023 passageiros por dia; e Santo Amaro: 5.813 passageiros por dia (Indicadores do Metrô, 2003). A dimensão desses dados que se referem exclusivamente à população que utiliza o metrô já nos aponta a intensidade da circulação nos locais em questão. O metrô é o principal modo de acesso ao centro de São Paulo; 32,2% das viagens atraídas pelo centro são feitas de metrô, 25,2% de ônibus, 22,4% a pé e 17,2% de automóvel e táxi (Pesquisa Origem Destino do Metrô, 1997).

Mapa 5. Rede Metroviária da Região Metropolitana de São Paulo – 2004

Fonte: site EMTUSP, 2004.

As estações Largo Treze e Santo Amaro – pertencentes à Linha Lilás do metrô – foram inauguradas recentemente, em 2002. Como pode ser observado no mapa acima, a Linha Lilás não possui ligação direta com nenhuma outra linha da rede de metrô da cidade, apenas com a Linha C de trens metropolitanos na estação Santo Amaro; daí uma das razões para a menor frequência no uso desta em relação às demais. A Linha C da frota de trens metropolitanos, por sua vez, transporta cerca de 90 mil passageiros por dia útil no trecho entre Osasco e Jurubatuba (CPTM, 2006); na extremidade sul dessa linha estão localizadas as estações Santo Amaro e Socorro, bastante próximas ao Largo Treze de Maio. A expansão da Linha Lilás do Metrô, já em andamento, ligará a Estação Largo Treze à Estação Santa Cruz na Linha 1-Azul e à Estação Chácara Klabin na Linha 2-Verde. Estima-se que esse segundo trecho deverá atender a uma demanda de, aproximadamente, 600 mil passageiros/ dia útil. A previsão de conclusão da expansão da Linha Lilás é para o ano de 2010 (Metrô, 2006).

No centro estão localizados os dois terminais de ônibus de maior fluxo de passageiros no município de São Paulo: Parque Dom Pedro II e Bandeira (Itiwaka, 2005, p.345). Mais de 250 linhas de ônibus passam pela região central diariamente (PMSP/Procentro, 2001), isto é, quase metade do total de 589 linhas operadas pela SpTrans no município. A Linha B da frota de trens metropolitanos que liga a Estação Júlio Prestes, localizada na região da Luz, e Carapicuíba transporta aproximadamente 280 mil passageiros por dia útil (CPTM, 2006).

O Largo Treze de Maio, por sua vez, pode ser definido como “o principal entrocamento de linhas de ônibus” da Zona Sul da cidade de São Paulo (Oliveira, 1996, p.23). O Terminal Santo Amaro, localizado nas imediações do Largo, concentra mais de 60 linhas de ônibus. Contudo, circulam aí também diversas linhas que não têm seu ponto final no Terminal mas que cruzam o Largo Treze dirigindo-se ao extremo da Zona Sul, uma das regiões mais carentes e mais populosas da cidade.

Figura 6. Ônibus na Avenida Adolpho Pinheiro no Largo Treze de Maio.
(Fonte: site Colégio Humboldt)

Conforma-se assim no Largo Treze de Maio uma paisagem na qual pessoas, ônibus, peruas, barracas de vendedores ambulantes e os pequenos estabelecimentos se misturam, ocupando todos os espaços disponíveis. No início da década de 1990, a Zona Sul da cidade já concentrava mais de 2 milhões de habitantes, ou seja, 1/5 da população do município de São Paulo. O incremento demográfico nessa região da cidade foi bastante intenso especialmente entre as décadas de 1960 e 1990; apenas nesse período a população residente no distrito de Santo Amaro aumentou 867% (Oliveira, 1996, p.121).

A representação cartográfica das viagens atraídas pela Subprefeitura Sé e pela Subprefeitura de Santo Amaro entre às 5.00 horas e 9.00 horas da manhã nos revela a intensidade dos fluxos dirigidos a essas regiões no período em que se inicia a jornada de trabalho. Ainda que os fluxos em direção à região central sejam muito mais intensos, o distrito de Santo Amaro também aparece como um importante polarizador dos fluxos no Município de São Paulo.

**Mapa 6. Viagens atraídas pela Subprefeitura Sé
entre 5.00 às 9.00 horas em dias úteis – 2003**

Fonte: Superintendência de Desenvolvimento/ Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Circular em São Paulo – São Paulo : Publisher Brasil, 2003.

**Mapa 7. Viagens atraídas pela Subprefeitura Santo Amaro
entre 5.00 às 9.00 horas em dias úteis – 2003**

Fonte: Superintendência de Desenvolvimento/ Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Circular em São Paulo – São Paulo : Publisher Brasil, 2003.

Verifica-se também na região central e no Largo Treze de Maio um intenso fluxo de pedestres. No centro, entre as ruas Direita, São Bento, Xavier de Toledo e Barão de Itapetininga, por exemplo, o volume de pedestres é de mais de 6.000 pessoas por hora em dias de semana (Rolnik et alli, 2005, p.139).

Mapa 8. Volume de pedestres nos calçadões e ruas de tráfego seletivo do centro histórico em dias úteis – 2005

Fonte: CET in Rolnik et alli, 2005, p.137.

Na realidade, avalia-se que mais de 80% dos deslocamentos internos ao centro sejam realizados a pé (Silva, 2003, p.57). Os principais fluxos de pedestres se dão entre a Sé e o Parque Dom Pedro II, entre a Sé e República, entre República e a região da Santa Ifigênia, e entre a República e a Ladeira da Memória. Esse fluxo interno de pedestres na área central

apresenta-se articulado especialmente com as estações de metrô Sé, São Bento, Anhangabaú e República. Estima-se que a circulação no centro realizada em transporte coletivo, em transporte individual e a pé envolva mais de 2 milhões de pessoas por dia (PMSP/Procentro, 2001).

Figura 7. Grande fluxo de pessoas na
Rua Quinze de Novembro (Sé).
Foto: Felipe Caranassios, 2006.

O grande fluxo de pessoas que se dirigem diariamente às regiões analisadas nos revela a correlação direta com a concentração do trabalho e do consumo nessas regiões. Ainda que os pequenos estabelecimentos do circuito inferior tendam a se desenvolver nas parcelas desvalorizadas do tecido urbano, esses necessitam, todavia, de uma escala mínima de consumidores que lhes permita continuar existindo. Destarte, os agentes do circuito inferior buscam se instalar preferencialmente nos pontos centrais da cidade, em especial naqueles que representam centros de consumo “popular”, ou ainda, “centralidades periféricas” (Rolnik et

alli, 2005, p.127). Uma vez que “(...) os valores de uso disponíveis no ambiente construído são limitados, (...) os indivíduos se utilizam do seu poder de mercado e disputam recursos escassos nas localizações mais vantajosas. Em seu nível mais elementar, essa concorrência é pelas chances de sobrevivência, pois cada trabalhador sabe que a capacidade de sobrevivência depende da capacidade de assegurar acesso a um conjunto particular de recursos numa localização razoavelmente satisfatória” (Harvey, 1982, p. 31).

Assim, é a grande circulação cotidiana das massas, combinada à presença de um meio construído “desvalorizado”, que autoriza a existência de uma série de pequenos estabelecimentos do circuito inferior, sobretudo de pequenos comércios e de pequenos serviços, que só podem continuar existindo graças a essa escala ampliada de consumidores que circula diariamente nos locais em questão. As possibilidades de cada empresa relacionam-se, de fato, sempre com a sua localização.

Cabe destacar, por exemplo, a dimensão que assume o consumo em certos pontos dessas áreas na época de fim de ano, especialmente no entorno da Rua Vinte e Cinco de Março, localizada no distrito Sé, que abriga uma grande variedade de estabelecimentos e atividades pertencentes ao circuito inferior da economia. Em períodos festivos, e sobretudo no mês de dezembro, esses lugares contam com um mercado que se estende além dos limites metropolitanos.

Figura 8. Rua 25 de Março na véspera do feriado de 15/11/2005.
(Foto: Patrícia Cruz obtida em *site* do Diário do comércio)

Na região do Largo Treze de Maio, também se verifica um forte aumento do consumo na época do fim do ano, ainda que em menor escala. Em nossas pesquisas de campo, constatamos que cerca de 80% dos agentes do circuito inferior considera que a localização dos imóveis nos quais realizam suas atividades é adequada às suas necessidades justamente em função da proximidade ao mercado consumidor.

A concentração dos fluxos e das massas assim como das atividades do circuito inferior estão, deste modo, estreitamente relacionadas às possibilidades oferecidas pelo meio ambiente construído. A presença de um transporte coletivo abundante, nas áreas escolhidas como nosso foco de estudo, representa um fator de ampliação do mercado de trabalho, assim como um ativo fundamental para a dinâmica comercial (Comin, 2005, p.32).

Determinados objetos técnicos – como as estações de metrô, os terminais de ônibus, os corredores de ônibus, as estações de trem, os calçadões, as grandes vias de acesso e os imóveis desvalorizados ou deteriorados – presentes nessas áreas permitem que o circuito inferior aí se instale e aí se mantenha. Os agentes do circuito inferior precisam desses objetos técnicos. Revela-se assim o papel ativo do espaço no condicionamento da localização e da realização das atividades.

Por outro lado, ao empreendermos uma análise a respeito dos fixos e dos fluxos, não podemos perder de vista o fato de que as configurações territoriais – formadas pelo conjunto dos objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos – “(...) são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas” (Santos e Silveira, 2001, p.248), ou seja, do trabalho.

Capítulo 4. Formas do circuito inferior em áreas de diversidade e em áreas de especialização na cidade de São Paulo

4.1. Áreas de diversidade e áreas de especialização

A dinâmica do circuito inferior na cidade de São Paulo nos revela áreas de diversidade e áreas de especialização (Silveira, 2004b, p.10). Nas áreas de diversidade, temos uma grande variedade de formas de fabricação, comércio e serviços. Nelas, os circuitos inferior, superior marginal e superior cohabitam, criando um mercado segmentado cuja extensão abrange o bairro ou a própria cidade. O trabalho se especializa e se divide em múltiplos circuitos espaciais de produção, constituindo assim pontos de coexistência de técnicas diversas que, por sua vez, representam momentos históricos diferentes.

O Largo Treze de Maio e o “centro histórico” da cidade, onde estão os distritos Sé e República, podem ser concebidos como áreas de diversidade, nas quais se desenvolve um circuito inferior marcado, sobretudo, pela variedade dos tipos de atividades presentes.

Já nas áreas de especialização, “(...) o trabalho se especializa e se divide dentro de um mesmo circuito espacial de produção, involucrando diversas etapas e atores de diferente poder em complexos processos de cooperação e concorrência” (Silveira, 2004b, p.11). Estas áreas aparecem como um dado metropolitano; suas relações de mercado e de produção não se restringem assim ao bairro ou à cidade, podendo envolver a região ou mesmo o país.

A zona cerealista no centro, os arredores da rua Santa Ifigênia e da Avenida Duque de Caxias no distrito Santa Cecília, a Avenida Consolação, a rua São Caetano e os bairros Bom Retiro e Brás podem ser considerados exemplos de áreas de especialização na cidade de São Paulo.

A partir da identificação de áreas de diversidade e de áreas de especialização nos espaços escolhidos como nosso objeto de estudo, pudemos eleger certas situações geográficas (Silveira, 1999b) consideradas significativas para refletirmos sobre os processos que perpassam o circuito inferior no período atual na cidade de São Paulo.

4.2. O circuito inferior em áreas de diversidade e em áreas de especialização na cidade de São Paulo

Tanto em áreas de diversidade como em áreas de especialização, o circuito inferior se faz presente, isto é encontra seu espaço de desenvolvimento, relacionando-se com os demais circuitos por meio de laços de complementaridade e de concorrência.

Enquanto área de diversidade que pode ser compreendida como uma das principais centralidades, ou ainda, como a principal centralidade da Zona Sul, a região do Largo Treze de Maio em Santo Amaro abriga um amplo leque de atividades representativas dos diferentes circuitos, especialmente no que diz respeito ao comércio e aos serviços.

A paisagem do Largo Treze é extremamente reveladora quanto à coexistência dos circuitos e de seus agentes. Ao lado de grandes lojas de departamento, encontra-se uma série de pequenos comércios e de vendedores ambulantes oferecendo, muitas vezes, produtos similares: roupas, sapatos, relógios, bijuterias, artigos de cama, mesa e banho, artigos de perfumaria etc. Redes de *fastfood* como McDonald's estão próximas a uma série de pequenas lanchonetes, padarias e cafés.

Certos serviços, no entanto, parecem estar mais restritos ao universo do circuito inferior. É o caso de um grande número de cabeleireiros, entre os quais se estabelece uma verdadeira disputa pelos clientes, alguns chegando a cobrar apenas R\$ 1,00 pelo corte de

cabelo. Destaca-se também a presença de pequenas papelarias, chaveiros, armarinhos e de oficinas de consertos de artigos de couro e de eletrodomésticos.

Figura 9. Vendedores ambulantes ocupam espaço em frente à loja de departamento no Largo Treze de Maio.
Foto: Lara Montenegro, 2005.

Figura 10. Salão de cabeleireiro na Rua do Rio Branco em Santo Amaro.
Foto: Lara Montenegro, 2005.

Nos trabalhos de campo identificamos na região do Largo Treze de Maio, assim como em outras áreas analisadas, a presença de uma nova atividade que passa a permear o universo do circuito inferior e do circuito superior marginal no período atual: a fabricação de faixas, *banners* e placas sob encomenda. Esta atividade está ligada, por sua vez, à crescente utilização de formas de propaganda pelo circuito inferior, como veremos mais detalhadamente a seguir.

A instalação do “Poupa-Tempo” em 1998 na rua Amador Bueno, uma das ruas mais movimentadas do Largo Treze, trouxe um novo dinamismo para a região, aparecendo, desde então, como um fator de criação de uma economia de aglomeração no local. Estima-se que, no ano de 2004, em torno de 3.519.805 pessoas tenham passado pelo posto de atendimento (PMSP). Esse enorme fluxo de pessoas permitiu que diversos serviços ligados àqueles prestados no “Poupa-Tempo” pudessem surgir em seus arredores: copiadoras, lanchonetes e uma série de “lojinhas” oferecem serviços de fotocópia, plastificação de documentos, revelação de fotos para documentos, além de fornecerem atestados de saúde.

Figura 11. Pequenos estabelecimentos próximos ao “Poupa Tempo” na Rua Amador Bueno em Santo Amaro.
Foto: Lara Montenegro, 2005.

O circuito inferior nos arredores do Largo Treze de Maio caracteriza-se por uma grande diversidade de atividades. Embora aí estejam presentes também atividades de fabricação e de transportes pertencentes ao circuito inferior, certamente predominam na região os pequenos comércios e serviços ligados a este circuito. No quadro seguinte, buscamos esboçar a variedade dessas atividades comerciais e de serviços do circuito inferior identificadas em nossos trabalhos de campo no local.

**Quadro 2. Comércio e serviços do circuito inferior
na região do Largo Treze de Maio – 2005**

Comércio	Armarinhos; bancas de jornal; brechós; venda de artesanatos, de artigos de festa, de artigos de cama/ mesa e banho, de artigos esotéricos e religiosos, de artigos de decoração, de peças de automóveis e de motos, de bijuterias, de brinquedos, de calçados e acessórios, de carimbos, de cartuchos reciclados, de computadores e periféricos, de convites, de cosméticos, de discos, CDs e DVDs, de doces, de embalagens, de fantasias, de ferragens, de flores, de “lembrancinhas”, de lingerie, de livros e revistas novos e usados, de material de construção e de limpeza, de móveis, de artigos de papelaria, de parafusos e porcas, de tapetes, de tecidos etc.
Serviços	afiação de facas e tesouras; alfaiates; conserto de aparelhos de informática, de utensílios domésticos e de telefones celulares; “barzinhos”, padarias e lanchonetes; salões de cabeleireiro; fabricação de capas para sofás; fabricação de carimbos; chaveiros; fabricação de faixas, placas e <i>banners</i> ; oficinas de costura; depilação; serviço de cópia; serviço de encadernação; gráficas; lavagem de carros; lavanderias e tinturarias; marceneiros; oficinas mecânicas e funilarias; serviços de mudanças e carreto; pintores; relojoarias; restauração; pequenos restaurantes; sapateiros; serralherias; <i>silkscreen</i> ; tatuagens; vídeolocadoras etc.

Fonte: organizado pela autora

Fenômeno semelhante ao identificado no Largo Treze parece ocorrer na Sé (Praça do Carmo) e na Luz (Praça Alfredo Issa), onde também foram instaladas unidades do “Poupa-Tempo”, respectivamente em 1997 e 1998. A presença desses vetores do poder público contribuiu para aumentar o dinamismo de uma área já bastante movimentada: 3.591.646 pessoas foram atendidas no posto da Sé apenas em 2004; no posto da Luz, por sua vez, o total de atendimentos nesse mesmo ano foi para mais de 540.000 pessoas (PMSP). Os mesmos serviços oferecidos nos arredores do “Poupa-Tempo Santo Amaro” estão aí presentes: xerox, revelação de fotos, atestados etc. Estes são oferecidos pelos estabelecimentos os mais variados, desde papelarias, cafés, lanchonetes e padarias a lojas de sapatos.

Não só na região da Sé, como nas demais áreas estudadas, identificamos, assim, diversos estabelecimentos que oferecem uma variedade de serviços e de artigos não relacionados entre si, conformando uma combinação que muitas vezes assume um caráter curioso. Essa diversificação dos serviços e dos artigos oferecidos pela mesma unidade pode, certamente, ser considerada como uma renovação das estratégias assumidas pelos agentes do circuito inferior no período atual.

Mesmo em enclaves mais especializados na região da Praça da Sé, como, por exemplo, a rua Barão de Paranapiacaba – conhecida como a “rua do ouro” – em um mesmo estabelecimento são oferecidos os serviços mais diversos: gravação de nomes em bijuterias, conserto de relógios, troca de baterias, cópia de chaves, afiação de alicates de cutículas e de tesouras, confecção de carimbos. Em pequenas oficinas de conserto de máquinas de escrever e de calculadoras, são vendidos também cartuchos “recarregados” para impressoras etc. Muitas vezes chaveiros assumem a função de encanadores, pintores e eletricitas, além de oferecem o serviço de fabricação de carimbos. Essa diversificação dos tipos de serviços e dos tipos de artigos comercializados está, de fato, presente em muitos pequenos negócios do circuito inferior não só nas áreas estudadas, mas na cidade de São Paulo de forma geral.

Figura 12. Pequeno estabelecimento que funciona como restaurante e lanchonete, além de oferecer os serviços de revelação de fotos e de afiação de facas, alicates e tesouras na Rua Vera Cruz em Santo Amaro.
Foto: Lara Montenegro, 2005.

Figura 13. Pequeno estabelecimento de gravação que funciona também como chaveiro, relojoeiro, amolador, além de oferecer os serviços de fabricação de carimbos e de placas de aço, acrílico, latão, alpaca, prata etc. na Rua Barão de Paranapiacaba.
Foto: Felipe Caranassios, 2006.

Os arredores da Rua Vinte e Cinco de Março, no distrito Sé, aparecem como um enclave de especialização em uma área de diversidade mais ampla em virtude da forte concentração do comércio de artigos de uso pessoal e de armarinho (fios, tecidos, linhas, agulhas). Não obstante, aí estão presentes diversos tipos de comércio – mais de 3 mil lojas – que comercializam os mais variados artigos: artesanatos, bijuterias, calçados, artigos de cama, mesa e banho, confecções, cortinas, artigos de decoração, cosméticos, fantasias, ferramentas, embalagens, artigos de papelaria, óculos, relógios etc. A intensa circulação na Vinte e Cinco de Março envolve cerca de 400 mil consumidores por dia, este número multiplica-se nos períodos festivos; só na rua Vinte e Cinco de Março passam mais de 70 linhas de ônibus nessa época trazendo consumidores de outros bairros, de outras cidades e mesmo de outros Estados (Faria, 2004). Verifica-se também em seus arredores a ocorrência de estacionamentos, algumas imobiliárias, agências de viagem, pequenos hotéis, a ocorrência esparsa do comércio de eletrodomésticos, além da forte presença de vendedores ambulantes. Evidencia-se aí como a especialização comercial envolve e dinamiza atividades pertencentes aos diferentes circuitos da economia urbana no local, estabelecendo-se entre elas tanto relações de complementaridade como de concorrência.

A Vila Buarque localizada no distrito República concentra especialmente atividades ligadas ao processamento de dados e de serviços às empresas que se aproximam mais da dinâmica própria a um circuito superior marginal emergente que, por sua vez, se distingue de um circuito superior marginal residual. Como coloca Bicudo (2005), no período atual, no qual a informação aparece como uma das variáveis centrais, há um processo de consolidação do circuito superior marginal. Ainda que em muitas cidades, como Salvador e Belém, ele tenha um caráter visivelmente decadente; em outras, “(...) como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, onde se verifica uma renovação do meio construído e uma forte presença de empresas de serviços modernos, ele consegue obter um caráter ascendente” (Bicudo, 2005, p. 37).

Preocupados mais com os processos do que propriamente com os limites, constatamos que o centro histórico de São Paulo abriga certos enclaves de especialização inseridos em áreas mais vastas que, por sua vez, podem ser consideradas elas mesmas áreas de diversidade, como os distritos Sé e República. Tais enclaves estão associados, muitas vezes, a determinadas ruas onde se concentram atividades comerciais e serviços relacionados a uma especialização específica (Lavedan, 1959), como a Rua Barão de Paranapiacaba (jóias e bijuterias), a Rua Florêncio de Abreu (máquinas e ferramentas), a Rua do Gasômetro (madeiras e marcenaria), a Rua do Arouche (calçados e couros) etc. Estas ruas especializadas em determinados comércios varejistas são, inclusive, muitas vezes designadas pelo próprio nome do produto comercializado (Lavedan, 1959, p.219), como, por exemplo, a “rua do ouro” (rua Barão de Paranapiacaba).

A conformação dessas pequenas áreas de especialização permite a divisão do trabalho entre atores de diferente poder, ou ainda, entre os diferentes circuitos da economia urbana dentro de um mesmo circuito espacial de produção. A coexistência de atividades dos diferentes circuitos, a diversidade e o dinamismo dos distritos Sé e República podem ser entrevistados na quantidade de empregos aí concentrados: mais de 195.000 (PMSP, 2000).

O entorno da Rua Santa Ifigênia, localizada entre os distritos Santa Cecília e República, pode ser compreendido como uma área de especialização em função da elevada concentração do comércio de equipamentos e acessórios eletroeletrônicos. A região constitui uma referência importante para o consumo desses produtos e para os serviços relacionados aos mesmos não só para a população de baixa renda, mas também para as classes média e de alta renda.

A maior acessibilidade dos agentes do circuito inferior aos objetos de informática e telecomunicações revela-se especialmente na área da Santa Ifigênia. A banalização do consumo de objetos técnicos como os telefones celulares por exemplo, sobretudo dos

aparelhos pré-pagos, permite, por um lado, a existência de pequenas oficinas de conserto desses objetos, e por outro, a difusão da comercialização de uma série de itens a eles relacionados – os próprios aparelhos, capas de plástico, baterias, carcaças, carregadores – que são vendidos tanto em pequenas lojas como por vendedores ambulantes. Na região da Santa Ifigênia, concentram-se ainda o comércio de eletrodomésticos e pequenas empresas que oferecem o serviço de conserto desses aparelhos.

Figura 14. Publicidade de pequeno comércio de componentes eletrônicos sobre carro na Rua Santa Ifigênia.
Foto: Felipe Caranassios, 2006.

Essa parte do centro de São Paulo nos mostra como no período atual, a difusão de uma base técnica que se espalha pela cidade implica a existência de áreas densas e de áreas rarefeitas em função do grau da presença dos objetos atrelados à modernização. No entanto, mesmo nessas últimas, certos objetos tornam-se acessíveis às camadas mais pobres da população urbana, configurando mais uma manifestação da tendência à unicidade da base material (Santos, 1996).

A banalização de objetos ligados à comunicação, à informação e à imagem, variáveis centrais do período, tem implicações sobre o funcionamento da economia urbana, tanto no plano do consumo, como da produção e da circulação. Pois se a produção dessa base material moderna é dominada pelas grandes corporações internacionais, ou seja, pelo circuito superior, os processos de distribuição e circulação cabem, de certa forma, ao circuito superior marginal e ao circuito inferior. Como assevera Almeida (2000, p.84), “(...) a flexibilidade produzida no circuito inferior oferece facilidades para a distribuição de mercadorias tanto tradicionais como modernas, permitindo a ampliação do consumo tanto das camadas pobres como das classes médias urbanas”. Por isso, a incorporação e o uso da nova base técnica dependem não somente dos agentes hegemônicos mas também dos demais circuitos. Revela-se aí uma das facetas das relações de complementaridade que se estabelecem entre os circuitos no período atual.

Já nos arredores da rua Barão de Limeira e na porção norte do distrito Santa Cecília, verifica-se, por sua vez, uma forte concentração do comércio de automóveis e de acessórios para veículos, assim como uma série de serviços relacionados a motocicletas e automóveis. Essa região pode ser compreendida como uma área de especialização em função da ocorrência de vários tipos de estabelecimentos relacionados entre si (Berry, 1971, p.60), isto é, de diversas empresas que participam de um mesmo circuito espacial de produção.

Uma cadeia de atividades do circuito inferior é criada em torno dessa especialização comercial automotiva, como nos revela a co-presença de algumas concessionárias com pequenos comércios de peças e acessórios para veículos e motos, além de uma série de oficinas de reparo de automóveis, de borracharias, de auto-elétricos etc. Assim como os arredores da Santa Ifigênia, a região aparece como um pólo de consumo e de serviços especializados que representa uma referência importante na cidade em meio às diferentes classes sociais.

Os pequenos estabelecimentos do circuito inferior presentes nessas áreas de especialização podem, muitas vezes, desfrutar das benesses de tais localizações. Uma vez que “(...) a acumulação de atividades semelhantes ou complementares numa área cria uma espécie de efeito de massa, uma nova economia de escala que acaba por reduzir os custos globais e individuais (...) a proximidade entre tais atividades produz um efeito de vizinhança que implica facilitar a difusão de informações gerais e específicas não apenas ligadas aos processos mas interessando também ao próprio funcionamento do mercado, o que representa importante vantagem comparativa” (Santos e Silveira, 2001, p.299).

Mapa 9. Localização das atividades de atacado e varejo de veículos automotores, peças e acessórios concentradas na Subprefeitura Sé – 2002

Fonte: CEBRAP, 2002.

Não obstante, o grande número de estabelecimentos comerciais de autopeças fechados nos arredores da Avenida Duque de Caxias, em Santa Cecília, evidencia uma relativa

“decadência desse aglomerado no local”³⁹ (Comin, 2002, p.31). A concentração das atividades relacionadas ao comércio de automóveis e acessórios para veículos pode ser entrevista no mapa 9 .

Outra manifestação das áreas de especialização estudadas é o Bom Retiro. A alta concentração de confecções nas ruas José Paulino, dos Italianos, Aimoré e Professor César Lombroso atrai consumidores de todo o país; assim como, ainda que em menor escala, o comércio atacadista de fios têxteis e tecidos nas ruas da Graça e Três Rios. A intensidade do comércio de roupas na região cria uma verdadeira “teia de atividades de pequenas dimensões essenciais na geração de trabalho” (Almeida, 2000, p.83). Ao lado das lojas atacadistas e varejistas – muitas vezes pertencentes aos circuitos superior e superior marginal da economia – estão pequenos comércios de roupas e acessórios, pequenos bazares, oficinas de costura e confecção que realizam também os serviços de consertos, pequenos armarinhos, oficinas exclusivas de conserto de roupas etc. Entre esses diferentes estabelecimentos estabelecem-se tanto relações de concorrência, como relações de complementaridade. Os laços de complementaridade se dão especialmente entre as lojas maiores e pequenas oficinas de costura da região, as últimas costumam ser contratadas pelas primeiras para a realização de pequenos serviços “terceirizados” e para a produção sob encomenda.

³⁹ Em São Paulo, “o *sub-circuito* das auto-peças, que estava formado fundamentalmente de empresas de capital nacional e de controle familiar, sofreu nos anos 1990 uma forte redução, devido tanto à saída de empresas como às numerosas operações de fusão, aquisição ou associação com outras empresas, a maioria das vezes estrangeiras. Isso acarretou um aumento no grau de concentração e desnacionalização do circuito, processo que ainda está em andamento” (Arroyo, 2004, p.99).

Figura 15. Oficina de costura na Rua Lubavitch no Bom Retiro.
Foto: Felipe Caranassios, 2006.

A reutilização dos materiais é intensa no interior dessa “teia” de atividades, como nos revela o fato, por exemplo, de vários sacos de retalhos serem depositados nas calçadas da rua José Paulino ao fim da tarde, os quais são recolhidos por diversas pessoas para serem reaproveitados. O comércio de retalhos e resíduos nasceu nos interstícios das fábricas de tecidos e de confecções do Bom Retiro, do Brás e Belenzinho. A presença dessa atividade nesses bairros é “(...) intersticial, inicialmente, às fábricas têxteis e, depois, em um segundo momento, às indústrias de confecções. Essa localização é beneficiada pelo acesso fácil, que as ferrovias e depois, o metrô permitem, além do que, acrescida pelos fluxos migratórios que se seguem, buscando novas formas de inserção” (Gomes, 2002, p.90).

Apesar do processo de desconcentração industrial que vem ocorrendo no município de São Paulo, verifica-se que parte importante da produção de vestuário ainda é realizada no centro da cidade, especialmente no Bom Retiro e no Brás e com menor intensidade na Sé (ver

mapa 10, a seguir). As atividades de “(...) atacado, varejo e fabricação de vestuário se articulam de forma ordenada nessas três áreas, produzindo uma das mais impressionantes aglomerações produtivo-comerciais do município” (Comin, 2002, p.45)⁴⁰.

Mapa 10. Localização das atividades do setor de vestuário concentradas na Subprefeitura Sé – 2002

Fonte: CEBRAP, 2002.

Contudo, hoje o comércio é muito mais representativo do que a produção fabril no Bom Retiro que já foi um bairro predominantemente industrial (Evaso, 2003, p.278).

⁴⁰ “As razões para a existência deste cluster de atividades que engloba desde a fabricação de máquinas e fios até a comercialização no atacado e varejo, passando por costura, montagem e design, são antes de tudo históricas. Foram estes os setores que alavancaram o processo de industrialização paulista e brasileiro. Mas as razões para a permanência desta concentração na região central são de ordem diversa e muitas vezes pouco visíveis a olho nu. A proximidade e muitas vezes a coincidência em termos de propriedade das várias etapas da cadeia têxtil-vestuário é decisiva para a grande agilidade e flexibilidade que as empresas do setor, a grande maioria de pequeno e médio portes, exibem quando se trata de incorporar novos estilos e demandas de um mercado consumidor ao mesmo tempo heterogêneo e pulverizado” (Comin, 2005, p.26).

Conforme pudemos constatar em nossos trabalhos de campo, muitas pequenas empresas do Bom Retiro têm, inclusive, hoje seus fornecedores localizados no bairro do Brás. Não obstante, o Bom Retiro também abriga ainda atividades de fabricação de artigos de vestuário e acessórios, ainda que em menor escala que o Brás. A produção realizada no Bom Retiro atualmente é em grande medida sub-contratada, “embora quase sempre haja uma oficina atrás de uma loja” (Garcia e Moreira, 2005, p.297). A forte presença de empreendimentos familiares de coreanos que “empregam” mão-de-obra boliviana, peruana ou nordestina, muitas vezes em condições de trabalho bastante precárias, é marcante na região.

Segundo Garcia e Moreira (2005, p.295), as empresas de confecções do centro de São Paulo têm a capacidade de reinterpretar as tendências lançadas pelas grandes marcas, adaptando-as ao “gosto e ao bolso popular”. A importância que a moda assume no período atual implica a expansão do consumo, muitas vezes realizado através do crédito e de compras a prazo. No Bom Retiro, a opção de pagamento com cartões de débito e de crédito se encontra, aliás, difundida em grande parte dos estabelecimentos comerciais. Nos últimos anos, o Bom Retiro vem se valorizando e se afirmando como referência para o consumo de vestuário e acessórios. Em junho de 2005, os lojistas chegaram a promover um evento intitulado *Bom Retiro Fashion Business*, com a realização de desfiles das coleções das lojas em passarelas instaladas nas próprias ruas, para consolidar o bairro “como um grande núcleo brasileiro de moda” (OESP, junho, 2005). Em março de 2006, foi realizada a segunda edição do evento, pela qual passaram cerca de 300.000 pessoas: “ao contrário das grandes semanas de moda do país e do mundo, o foco do Bom Retiro não é a criação de moda, mas sim a adaptação das tendências aos padrões do consumidor comum brasileiro” (OESP, março, 2006).

O padrão de ocupação do uso do solo encontrado no Bom Retiro e no norte do distrito Santa Cecília se manteve especialmente horizontal por diferentes motivos. As atividades aí

presentes são geralmente realizadas em imóveis que possuem no máximo três andares, os quais apresentam, no entanto, uma ampla dimensão se comparados aos imóveis utilizados pelo circuito inferior nas demais áreas estudadas. Nos pequenos estabelecimentos comerciais de vestuário no Bom Retiro, observamos que em certos casos a comercialização dos artigos é realizada na parte térrea do imóvel, enquanto a fabricação ou o serviço de reparos é realizado nos fundos, no primeiro andar ou no subsolo.

A ocorrência do padrão horizontal na área da Luz decorre de uma Lei de Zoneamento da década de 1970 que previa a implantação de um Plano de reurbanização que orientaria o uso predominantemente institucional de baixa densidade na região. Todavia, “esse plano nunca aconteceu, congelando a área e dificultando a intensificação da ocupação por novas construções” (Nakano, 2005, p.394). Já na porção norte do distrito Santa Cecília, manteve-se a estrutura fundiária baseada em glebas ocupadas por antigos galpões de fábricas do princípio do processo de industrialização da cidade (Nakano, 2005, p.394), ou seja, do início do século XX.

4.3. Conteúdos do circuito inferior nas áreas estudadas

A partir da aplicação de uma série de questionários e da realização de entrevistas⁴¹ em estabelecimentos do circuito inferior nas áreas selecionadas como nosso objeto de estudo em São Paulo (Largo Treze de Maio, distritos Sé, República, Bom Retiro e Santa Cecília), pudemos avançar no aprofundamento de nossas hipóteses sobre o circuito inferior no período atual. Embora cada área guarde uma dinâmica específica, certas características comuns

⁴¹ Os modelos de questionário e de entrevista adotados em nossos trabalhos de campo encontram-se em anexo ao fim deste trabalho. Igualmente anexadas, encontram-se as tabelas resultantes da aplicação dos questionários e das entrevistas. Em virtude da grande quantidade de tabelas para cada área estudada, inserimos, a título de ilustração, apenas aquelas referentes à área em torno do Largo Treze de Maio em Santo Amaro.

permeiam diferentes lugares e diferentes atividades, ou ainda, diferentes situações geográficas.

Buscamos apreender especialmente a relação do circuito inferior em São Paulo com questões como o papel da localização e do meio construído para os pequenos estabelecimentos; o emprego, a composição e os fluxos da mão-de-obra; os instrumentos de trabalho adotados e os diferentes usos atribuídos aos objetos técnicos; a financeirização das atividades e do consumo; os métodos de organização das micro e pequenas empresas e sua relação com seus respectivos fornecedores; o uso da informação em suas diferentes formas; a abrangência do mercado e a composição interclasses dos consumidores desse circuito. A partir daí, buscamos apreender as formas que assume a relação do circuito inferior com as variáveis centrais do período da globalização na cidade de São Paulo.

As atividades do circuito inferior localizadas no Largo Treze de Maio e nos distritos Sé, República, Bom Retiro e Santa Cecília se realizam sobretudo em imóveis alugados. Na Sé, há uma maior incidência de atividades realizadas em residências, não obstante, aí predominam também as atividades realizadas em imóveis alugados. O valor dos aluguéis nas áreas em questão varia de R\$ 200,00 a R\$ 2.000,00 por mês. A região do Largo Treze, em Santo Amaro, tende a concentrar valores de aluguel e de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) mais baixos, sobretudo na faixa entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000, 000 mensais e R\$ 200,00 e R\$ 800,00 anuais respectivamente. No Bom Retiro, por outro lado, os preços de aluguel tendem a ser bastante elevados, sendo predominante a faixa acima de R\$ 2.000,00. O papel da localização enquanto referência de consumo é aí determinante na definição do preço do solo.

Vale destacar, aliás, que grande parte dos agentes do circuito inferior considera a localização, onde estão instalados, adequada em função da proximidade do mercado consumidor; muitos destacam, inclusive, o fato da localização ser uma “referência” para o consumo de determinado produto ou para certos serviços. A proximidade em relação aos

fornecedores, a acessibilidade aos serviços e a disponibilidade de meios de transporte aparecem como fatores secundários na avaliação da localização.

A proximidade aos fornecedores, que muitas vezes compreendem atacadistas pertencentes ao circuito superior da economia, constitui, todavia, um importante fator na redução dos custos de distribuição e de circulação para as pequenas empresas do circuito inferior. Por outro lado, essa acessibilidade reforça a relação dialética de complementaridade e concorrência entre os circuitos. A proximidade em relação aos fornecedores se dá de maneira marcante nas áreas analisadas; assim sendo, muitos pequenos estabelecimentos do circuito inferior têm seus pontos de abastecimento localizados nos próprios bairros em que se encontram instalados ou em seus bairros vizinhos, ou ainda, em outros casos, na própria cidade de São Paulo. No Largo Treze de Maio e no Bom Retiro, por exemplo, há diversos representantes do comércio atacadista ao lado de pequenos negócios. Vale destacar que o atacado encontrado nessas áreas caracteriza-se como um comércio urbano atacadista de “tipo mixto”, ou seja, como um comércio que associa a atividade de fabricação à atividade de venda para outros atacadistas, para varejistas e mesmo para clientes pessoais (Beaujeu-Garnier, 1980, 1995, p.138).

Figura 16. Comércio de confecções atacadista e varejista na Rua José Paulino no Bom Retiro.
Foto: Felipe Caranassios, 2006.

Figura 17. Comércio de lingerie atacadista e varejista na Rua do Rio Branco em Santo Amaro.
Foto: Lara Montenegro, 2005.

Apesar do grau de deterioração do meio construído das áreas em que o circuito inferior tende a se instalar, é interessante notar como uma parcela importante dos agentes desse circuito considera a infra-estrutura de seus respectivos locais de trabalho adequada. Este aspecto nos revela como a gama de produções presentes num lugar se diferencia, de fato, também “por suas exigências de infra-estrutura modernizada e pela necessidade de fluidez” (Santos e Silveira, 2001, p.285).

A idade dos imóveis nos quais se realizam as atividades do circuito inferior é, em geral, bastante elevada, implicando, muitas vezes, no agravamento da deterioração do meio construído. Nas áreas analisadas, os imóveis ocupados pelos pequenos estabelecimentos datam, em grande parte, de mais de 60 anos. Não obstante, a dimensão desses imóveis é bastante variada. Ao mesmo passo em que certas atividades como sapateiros e chaveiros realizam suas atividades em “imóveis” de aproximadamente 4m², muitos pequenos comércios dispõem de uma metragem bem mais ampla. Na região do Largo Treze de Maio e na República, os imóveis utilizados pelo circuito inferior tendem a ser menores do que aqueles utilizados pelo mesmo em Santa Cecília e no Bom Retiro. A presença de imóveis amplos

nestas áreas está relacionada a um padrão de uso do solo horizontal derivado sobretudo do início do processo de industrialização da cidade, conforme vimos acima. O uso de pequenos *stands* localizados em imóveis maiores, ou mesmo na rua, como ponto de vendas ou de oferta de serviços é também uma das estratégias “imobiliárias” que os agentes do circuito inferior adotam, especialmente em Santa Cecília e em certos pontos da República.

Figura 18. *Stand* de serviços e comércio de telefones celulares na Rua Santa Ifigênia.
Foto: Felipe Caranassios, 2006.

Embora grande parte dos estabelecimentos do circuito inferior entrevistados afirme trabalhar predominantemente com mão-de-obra com carteira assinada, acreditamos que este circuito trabalhe também, em grande medida inclusive, com trabalhadores sem carteira assinada. Dentre as áreas analisadas, as pequenas empresas que realmente afirmaram trabalhar com mão-de-obra sem carteira assinada estão localizadas sobretudo na região do Largo Treze de Maio, em Santa Cecília e na República. Todavia, como este é um ponto delicado do questionário aplicado, podemos supor que esse tipo de relação trabalhista também se encontre bastante difundido nas demais localizações em questão. A presença da mão-de-obra familiar tende igualmente a não ser “declarada”, mesmo que o circuito inferior seja composto, em

grande parte, por empresas familiares. Os pequenos negócios do circuito inferior não sofrem, em geral, fiscalização quanto à situação de sua mão-de-obra.

Os salários no circuito inferior são em geral baixos, variando em torno de 1,5 a 3 salários mínimos. A média dos salários nas áreas estudadas é inferior a R\$ 600,00. Na região do Largo Treze e na República, os salários tendem a ser ainda mais baixos. A média dos salários no Largo Treze é inferior a R\$ 500,00. Já na República, os salários tendem a ser um pouco mais elevados graças às comissões recebidas pelos trabalhadores no comércio. O custo da mão-de-obra em relação ao preço final do produto ou do serviço nas áreas estudadas varia bastante, uma média aproximada oscilaria em torno de 30%. A maior amplitude no custo dessa relação se dá no Bom Retiro, variando entre 10% (em lojas de aviamentos) e 75% (em oficinas de costura).

Os trabalhadores de pequenos estabelecimentos do circuito inferior, nos distritos analisados do centro da cidade, usam diferentes meios de transporte para chegar ao seu trabalho. O meio mais utilizado é, sem dúvida, o ônibus, assim como na região do Largo Treze de Maio; o metrô é o segundo meio de transporte mais usado e em terceiro lugar está o trem. Este último aparece como um meio de transporte importante especialmente para os trabalhadores do Bom Retiro e de Santa Cecília, assim como, ainda que com menor intensidade, para os trabalhadores dos estabelecimentos do circuito inferior localizados na Sé. A quantidade de pessoas transportadas apenas pela Linha E da frota de trens metropolitanos – cerca de 340 mil passageiros por dia útil no trecho entre a Estação da Luz, localizada entre os distritos Santa Cecília e Bom Retiro, e a Estação de Guaianazes na Zona Leste (CPTM, 2006) – nos revela a dimensão dessa “migração alternante” (Lavedan, 1959, p.248) entre a Zona Leste e a região central em dias úteis.

A grande maioria dos trabalhadores do circuito inferior desses distritos centrais (Sé, República, Bom Retiro e Santa Cecília) reside, aliás, na Zona Leste da cidade (em bairros

como São Mateus, Cidade Tiradentes, Itaim Paulista, Guaianazes, São Miguel Paulista, Penha, Belém etc), e também, em menor proporção, em outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo (Guarulhos, Carapicuíba, ABC, Embu, Barueri). A área de influência dos distritos estudados, entendida aqui como a centralidade (Sposito, 2004, p.341) dos mesmos, abrange assim os limites da Região Metropolitana.

A grande distância entre o local de residência e o local de trabalho dessas pessoas implica a ocorrência de enormes fluxos cotidianos da Zona Leste em direção à região central da cidade, onde se concentra a maioria dos empregos da metrópole (ver Mapa 6. Viagens atraídas pela Subprefeitura Sé entre 5.00 às 9.00 horas em dias úteis – 2003). O distrito Sé centraliza, com efeito, a maior oferta de empregos da Região Metropolitana de São Paulo, concentrando 48 empregos formais para cada residente desse mesmo distrito que é economicamente ativo (ou seja, para cada habitante que participa da PEA); já nos distritos Cidade Tiradentes e Itaim Paulista, na Zona Leste, essa relação é de 0,04 empregos para cada residente economicamente ativo (Gomes e Almitrano, 2005, pp.182-183).

Na região do Largo Treze de Maio, verifica-se que a maioria dos trabalhadores do circuito inferior vai de ônibus para o trabalho, uma outra parcela que vive em Santo Amaro vai a pé. Grande parte dos trabalhadores do Largo Treze mora nos bairros mais ao sul da Zona Sul, como Socorro e Parelheiros, no próprio bairro de Santo Amaro ou ainda em outros municípios na porção sul da Região Metropolitana, como Diadema e Itapeverica da Serra (ver Mapa 7. Viagens atraídas pela Subprefeitura Santo Amaro entre 5.00 às 9.00 horas em dias úteis – 2003). É importante destacar que, assim como Santo Amaro, Parelheiros e Socorro apresentaram um grande incremento demográfico nas últimas décadas⁴². Apenas entre 1960 e

⁴² “Ao sul do Município, a periferia na região dos mananciais ou das represas, abriga atualmente mais de um milhão de pessoas, caracterizando uma ocupação massiva que se formou nessas últimas três décadas. Santo Amaro, bairro antigo, em grande medida, serve de porta de entrada e de saída dos habitantes daquela região” (Seabra, 2004, pp.299-300).

1990, a população residente no distrito de Socorro aumentou 2.330%; o número de habitantes de Parelheiros, por sua vez, cresceu 620% nesse mesmo período (Oliveira, 1996, p.121).

Assim, como ocorre em relação à região central, a população residente nos distritos mais carentes⁴³ da Zona Sul deve se deslocar para as regiões concentradoras de oportunidades de trabalho mais próximas, como Santo Amaro (ainda que a quantidade de empregos aí encontrados seja bastante inferior àquela concentrada no centro da cidade). Enquanto no distrito de Santo Amaro há cerca de 2,5 empregos formais para cada residente desse mesmo distrito que é economicamente ativo, em Parelheiros essa mesma relação é de 0,07 empregos para cada habitante (Gomes e Almitrano, 2005, pp. 183).

A grande concentração de pobres nas periferias da cidade e “essa grande concentração espacial de empregos nas áreas mais centrais (...) nos dá uma dimensão da intensidade dos deslocamentos diários dos trabalhadores moradores das áreas mais periféricas para as áreas que têm maior oferta de emprego. Nesse caso, pode-se imaginar o peso dos custos de transporte para a população moradora de áreas menos centrais e o tamanho da demanda existente por um transporte público de qualidade e eficiente (...), além da pressão diária nos sistemas viários que se ligam às partes centrais” (Gomes e Almitrano, 2005, pp. 184). Não obstante, a organização dos transportes na cidade tende a tornar ainda mais pobres “os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias” (Santos, 1993a, p.106). O aprisionamento geográfico em termos de habitação e a dificuldade de acessibilidade ao trabalho constituem assim problemas que persistem, ainda hoje, no cotidiano dos grupos mais pobres da população (Harvey, 1982, p.11).

⁴³ Cidade Tiradentes e Itaim Paulista, na Zona Leste, e Parelheiros, na Zona Sul, estão entre os 10 distritos que apresentavam os menores rendimentos médios no município de São Paulo em 2000 (Pochmann, 2002, p.31).

Quanto aos instrumentos de trabalho utilizados pelos agentes do circuito inferior nas áreas selecionadas, verificou-se que o telefone fixo é utilizado pela maioria absoluta. Em nossos trabalhos de campo pudemos constatar, por outro lado, que o telefone celular não figura entre os instrumentos de trabalho mais utilizados pelos agentes do circuito inferior nas áreas analisadas; contrariando assim uma de nossas hipóteses iniciais. Apenas no distrito de Santa Cecília, o uso do telefone celular no trabalho se encontra um pouco mais difundido, sobretudo nas atividades de consertos, à diferença das demais áreas, onde o uso do celular é mais reduzido. A maior adoção do celular em Santa Cecília está relacionada ao tipo de especialização verificada no pólo de consumo e de serviços da Rua Santa Ifigênia.

Acreditamos que a baixa incidência do uso do telefone celular como instrumento de trabalho se deva ao fato de que os agentes do circuito inferior analisados desenvolvem suas atividades em pontos fixos, em imóveis alugados ou próprios, podendo dispor assim de uma linha telefônica fixa cuja tarifa é mais acessível. Ademais, nas áreas estudadas, encontramos uma economia de aglomeração e um meio construído consolidados que permitem, por sua vez, o grande acesso à rede telefônica. O uso do telefone fixo como instrumento de trabalho por esses atores nos lugares em questão é, aliás, absolutamente generalizado.

Por outro lado, consideramos que o emprego do telefone celular no trabalho por esses agentes não é maior em função do alto valor cobrado pelo serviço. Desde sua privatização em 1998, a telefonia celular vem certamente se expandindo no país, apoiada especialmente na força da publicidade e do crédito. Todavia, as tarifas cobradas – cujos valores são definidos pelas empresas globais que controlam o serviço, haja vista a subordinação da agência reguladora do setor às grandes corporações – vêm sofrendo altos reajustes desde então, implicando, por sua vez, em altas taxas de inadimplência (Montenegro, 2003b).

Não obstante, a difusão do uso do telefone celular como um instrumento estratégico entre os agentes do circuito inferior vem se dando especialmente entre aqueles pequenos

prestadores de serviços chamados “autônomos” ou por “conta própria”: pintores, encanadores, costureiras, “marmiteiras”, cozinheiras, cabeleireiras, “carreteiros”, faxineiras, chaveiros etc. Destaca-se ainda o uso do telefone celular pelo crime organizado, demonstrando como “o progresso técnico sempre acrescenta novas formas às listas de ações possíveis” (Santos, Correio Brasiliense 2001), inclusive às ilícitas.

A banalização do consumo do telefone celular e a possibilidade deste objeto ser utilizado enquanto instrumento de trabalho pelos atores não-hegemônicos vêm permitindo, destarte, uma ampliação da área de atuação desses agentes na cidade (Montenegro, 2003a). O telefone celular pertence assim ao universo das técnicas doces, flexíveis (Santos, 1996, p.144), que sofrem apropriações e finalidades diversas enquanto expressões próprias das horizontalidades.

O computador é outro objeto que passa a pertencer à família das técnicas flexíveis no período atual. O uso do computador é, com efeito, crescente em meio às mais diferentes atividades do circuito inferior (em pequenos comércios de roupas e acessórios, em perfumarias, em fabricação de faixas, placas e *banners* etc), sendo adotado especialmente na organização interna da empresa. Entre as áreas estudadas, este se encontra presente sobretudo em Santa Cecília, na Sé e no Bom Retiro. Dentre outros equipamentos utilizados, destacam-se também a impressora e a maquina de revelação de fotos, sobretudo em Santo Amaro, onde esta última aparece como um dos instrumentos que permite ampliar a gama de serviços oferecidos pelo mesmo estabelecimento (no Largo Treze, o serviço de revelação de fotos é oferecido por lanchonetes, padarias, ópticas, papelarias etc).

O emprego de equipamentos comprados usados – os chamados equipamentos de “segunda mão” – também é freqüente no circuito inferior. Como vimos, a obsolescência planejada que marca a dinâmica do consumo no período atual amplia a gama de objetos técnicos prematuramente envelhecidos pelas vagas de modernização. Destarte, o circuito

inferior passa a dispor, ao mesmo passo, de uma gama crescente de técnicas que lhe permitem diversificar suas formas de ação e, até mesmo, desenvolver e incorporar novas atividades.

O emprego de equipamentos usados se combina ainda com a reutilização dos insumos, assumindo as formas mais variadas e nos revelando, assim, como os pobres reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas (Almeida, 2000, p.139). Em Santa Cecília, por exemplo, várias micro-empresas compram aparelhos usados ora para utilizá-los em seu próprio negócio, ora para consertá-los e revendê-los; outras micro-empresas simplesmente revendem artigos quebrados ou com defeito; esses artigos são chamados “no estado”. Já na República, diversos chaveiros vendem chaves antigas que são usadas para reciclagem.

Figura 19. Venda de placas-mãe “no estado” na Rua Vitória em Santa Cecília.
Foto: Felipe Caranassios, 2006.

A reutilização de insumos se dá em diversas atividades, especialmente em pequenas lojas de tecidos e cortinas, em chaveiros, na fabricação de faixas, placas e *banners*, em oficinas de consertos de artigos de couro e em serviços de consertos de aparelhos de informática.

Figura 20. Banca de jornal onde são comprados cartuchos de impressora usados na Praça da Sé.
Foto: Felipe Caranassios, 2006.

A procedência das matérias-primas e insumos com os quais trabalha o circuito inferior nas áreas estudadas é bastante variada. No caso da República, da Sé e do Bom Retiro, por exemplo, os insumos e matérias-primas provêm tanto do próprio centro da cidade, como de outros municípios da Região Metropolitana, de outras cidades do Estado de São Paulo, de outros Estados (principalmente da Região Sul) e mesmo de países do Sudeste Asiático (como Japão, China e Coréia). O bairro do Brás aparece como uma importante fonte de abastecimento para os pequenos estabelecimentos do circuito inferior localizados no Bom Retiro. Estabelece-se assim uma relação de complementaridade e de concorrência entre os agentes dos diferentes circuitos dessas duas áreas de especialização.

Já para os pequenos estabelecimentos do circuito inferior do Largo Treze de Maio, as principais fontes de abastecimento compreendem o próprio bairro de Santo Amaro e o centro da cidade (especialmente a Rua Vinte e Cinco de Março). Evidencia-se aí como a topologia dessas empresas está atrelada a uma lógica intra-urbana, uma vez que os pontos de interesse das mesmas no território (fornecedores, compradoras, distribuidoras etc) limitam-se à escala da cidade. As formas de pagamento aos fornecedores são também bastante variadas: dinheiro, cheque à vista, cheque pré-datado, cartão de crédito e de débito, duplicata, boleto etc. As mais frequentes são, todavia, o dinheiro em espécie e o boleto bancário.

A diversidade de tipos de pagamento no circuito inferior se aplica também às formas oferecidas pelos pequenos estabelecimentos aos consumidores. Dentre as possibilidades de pagamento oferecidas por este circuito nas áreas analisadas, destacam-se especialmente o dinheiro, cartões de crédito e de débito, cheque pré-datado e cheque à vista, além das formas de pagamento, bem menos frequentes, como *tickets* e o “fiado”. Na cidade de São Paulo, uma parcela importante dos estabelecimentos do circuito inferior oferece atualmente a opção de pagamento em cartão de crédito e cartão de débito. Dentre as áreas analisadas, esta se encontra bastante disseminada nos distritos Sé, Santa Cecília e Bom Retiro. Já no Largo Treze de Maio e na República encontra-se bem menos difundida.

A adoção dos cartões de débito e de crédito pelas microempresas como forma de pagamento na cidade de São Paulo vem se dando especialmente a partir de 2000. A banalização dos cartões de crédito e débito em meio à população de baixa renda faz parte de um processo mais amplo pelo qual o país vem passando: a creditização da sociedade e do território. Conduzido sobretudo pela mídia e por instituições financeiras, este processo vem atingindo também a parcela pobre da população desde o fim dos anos 1990 (Santos e Silveira, 2001, p.223). O maior acesso aos cartões de crédito e de débito e a “entrada” dos mesmos no

circuito inferior aparece, assim, como uma das mudanças na relação desse circuito com uma das variáveis centrais do período atual, ou seja, as finanças.

A proliferação de agências de crédito e de financiamento pessoal (Losango, Finasa, Fininvest, Crefisa, Taí etc) nas áreas escolhidas revela, por um lado, a ampliação do acesso ao crédito entre os agentes do circuito inferior, e por outro, a agressividade dessas empresas para financeirizar essa parcela da população. “Como é significativo o número de pessoas sem conta bancária ou incapazes de dispor das garantias necessárias, o crédito pessoal concedido pelas instituições financeiras encontra um terreno fértil” (Silveira, 2006, p.66).

Figura 21. Agências de crédito (GE Money e Losango) na Avenida Padre José Maria entre a Estação de Metrô Largo Treze e o Terminal de ônibus Santo Amaro. Foto: Lara Montenegro, 2005.

No entanto, apesar da forte presença dessas agências nas áreas em questão – sobretudo na Sé e no Largo Treze – um número bastante reduzido de estabelecimentos do circuito inferior utiliza esse tipo de crédito em suas atividades, principalmente por causa dos valores de juros extremamente altos cobrados pelas agências (entre 50% e 160% ao ano). Não obstante, o acesso ao crédito se realiza de formas diversas no circuito inferior, seja formalmente através do crédito bancário ou não-bancário (agências de crédito pessoal), seja

“informalmente” por meio de agiotas não-institucionais ou de redes de solidariedade (família, amigos, vizinhança, comunidade).

Figura 22. Agências de crédito (Finasa e Cacique) na Rua Barão de Itapetininga (República).
Foto: Felipe Caranassios, 2006.

Embora a grande maioria trabalhe com bancos, a utilização de linhas de crédito públicas pelos agentes do circuito inferior nas áreas analisadas é praticamente nula. O recurso ao empréstimo bancário é, inclusive, bastante restrito de modo geral entre as micro e pequenas empresas paulistas: 61% nunca tomaram empréstimo bancário (Sebrae, 2004). As principais razões alegadas pelos bancos para negar empréstimos às micro e pequenas empresas são: a falta de garantias reais, a ocorrência de registros no CADIN/ SERASA e a insuficiência de documentos. No entanto, avalia-se que 51% das micro e pequenas empresas desejariam obter empréstimo bancário se fosse fácil e barato; as principais finalidades desses empréstimos seriam a aquisição de mercadorias, insumos, máquinas e equipamentos e a realização de reformas na empresa (Sebrae, 2004). O lucro, quando este existe, é utilizado para investimento na atividade e para o consumo familiar.

A maioria dos pequenos estabelecimentos entrevistados no Largo Treze de Maio e nos distritos Sé, República, Bom Retiro e Santa Cecília identifica-se como micro empresa; uma

parcela mais diminuta considera-se “empresa familiar”. Um número bastante reduzido de estabelecimentos utiliza métodos modernos de organização (dentre os métodos de organização considerados modernos, figuram o controle de estoques e a organização da administração da empresa no computador). Apesar da crescente penetração no circuito inferior de objetos técnicos que compreendem variáveis suporte para a participação da divisão do trabalho no período atual, como computadores e telefones, os métodos de organização permanecem caracterizados pelo trabalho intensivo; característica que é, por sua vez, um dos fundamentos de definição do circuito inferior.

Dentre os serviços de terceiros dos quais se valem as microempresas do circuito inferior nas áreas estudadas, o serviço de contador é o mais utilizado; em segundo lugar aparecem os pequenos serviços de entregas e de *motoboys*, já com menor frequência são usados os serviços de confecção e de fabricação sob encomenda (de tecidos, placas, carimbos, *banners*, cartões etc).

O recurso a fontes de informação é bastante desigual tanto entre as diferentes atividades do circuito inferior, como entre as áreas estudadas. Enquanto por um lado, alguns utilizam fontes mais “tradicionais” como jornais, revistas, televisão e a troca de informação pessoal; outros fazem uso da Internet ou participam de palestras relacionadas ao seu tipo de negócio. Contudo, alguns agentes desse circuito afirmam não utilizar ou não dispor de nenhuma fonte de informação sobre técnicas, mercados, incentivos e oportunidades de negócios; a falta de informações se dá, aliás, principalmente em relação às fontes de incentivos. O grau de conhecimento das micro e pequenas empresas paulistas sobre alternativas de microcrédito é, de fato, bastante reduzido: 74% se consideram pouco informadas ou nunca ouviram falar. Entre as que possuem algum conhecimento, 88% nunca tentaram obter empréstimo de microcrédito (Sebrae, 2004). Na região do Largo Treze, grande parte dos estabelecimentos do circuito inferior não dispõe ou não utiliza muitas fontes de

informação em seus negócios, sendo a troca pessoal de informações a forma aí predominante, assim como na República. Já em Santa Cecília, no Bom Retiro e na Sé, os agentes do circuito inferior utilizam mais fontes de informação em seus negócios, sendo estas revistas, jornais, troca pessoal, Internet, palestras etc; no entanto, a forma mais generalizada é ainda a troca pessoal.

Acreditamos que o caráter de especialização produtiva no Bom Retiro e em Santa Cecília confira maior poder de organização e de uso da informação ao pequeno empresariado local, uma vez que suas atividades concentram-se em torno de um leque de produtos e serviços específicos e relacionados entre eles. A troca de informação pessoal representa assim um conteúdo importante desses lugares para os agentes do circuito inferior.

A publicidade, por sua vez, encontra-se, com efeito, difundida entre as mais diferentes atividades do circuito inferior nas áreas analisadas. A grande maioria dos pequenos estabelecimentos realiza algum tipo de publicidade, suas formas sendo as mais variadas. Embora folhetos, cartões e o “boca a boca” sejam as formas predominantes; faixas, *banners*, placas, cartazes, anúncios em listas telefônicas, em guias, jornais e revistas especializadas e mesmo *sites* na Internet são crescentemente utilizados como formas de propaganda pelos agentes desse circuito.

A maior parte das publicidades é produzida pelo próprio estabelecimento ou em conjunto entre este e uma gráfica. Não obstante, o “boca a boca” segue como a principal forma de publicidade da qual se vale o circuito inferior.

Além de figurar como a forma de publicidade mais utilizada pelo circuito inferior, a troca de informação pessoal é considerada também por seus agentes como o principal benefício da relação com os concorrentes, quando ela existe. Como assevera Durkheim (1893, 1995, p.390), “a divisão do trabalho supõe que o trabalhador, longe de permanecer debruçado sobre sua tarefa, não perca de vista seus colaboradores, aja sobre eles e sofra sua ação”. A

densidade comunicacional (Santos, 1996) revela-se assim especialmente relevante entre os atores não hegemônicos. Uma vez que o tempo do cotidiano partilhado é o tempo conflitual da co-presença, o espaço sendo “(...) criador da interdependência obrigatória e da solidariedade, geradas pelas situações de cara a cara de que fala Schutz (1967, p.60)” (Santos, p.258, 1996).

Ainda que a produção das formas de publicidade adotadas pelo circuito inferior possa ser realizada por pequenas empresas desse próprio circuito, esta atividade tende a se aproximar também das dinâmicas que perpassam o circuito superior marginal no período atual. Cria-se assim uma relação de complementaridade entre o circuito inferior e o circuito superior marginal; uma vez que, como coloca Bicudo (2005, p.41) “o circuito superior marginal pode se aproveitar da demanda que é própria do circuito inferior, e essa particularidade tende a ganhar importância com o crescimento das cidades, pois estas, ao crescer, não acumulam apenas riqueza, mas também, e sobretudo, acumulam pobreza (Silveira, 2004)”, ou seja, multiplica-se nelas o número de indivíduos e de atividades envolvidos no circuito inferior da economia urbana.

Figura 23. Propaganda da fabricação de faixas, placas, toldos, banners etc na Rua Tcel Carlos da Silva Araújo em Santo Amaro.
Foto: Lara Montenegro, 2005.

Figura 24. Pequeno estabelecimento comercial onde é oferecido também o serviço de fabricação de placas e carimbos na Ladeira Porto Geral (Sé).
Foto: Felipe Caranassios, 2006.

Tendo em vista o caráter de centralidade comercial das áreas em questão, constatou-se que a abrangência do mercado de parte dos estabelecimentos do circuito inferior localizados nas mesmas coincide com os limites da cidade ou da Região Metropolitana de São Paulo, ainda que em certos casos se estenda também a outros Estados. Já para outra parte dos pequenos negócios, o bairro no qual estão localizados é que representa o alcance de seu mercado. Assim, enquanto no Bom Retiro e em Santa Cecília os consumidores tendem a provir tanto da cidade de São Paulo, como de outras partes do país; no Largo Treze de Maio e na República, o mercado consumidor é composto sobretudo pela população que mora e trabalha nesses mesmos bairros.

Embora o perfil do consumidor do circuito inferior seja predominantemente o da população de baixa renda, em grande parte dos casos estende-se também à classe média e, com menor frequência, à classe de maior poder aquisitivo. A classe média, como vimos, tende a destinar parte de suas rendas para o consumo de certos artigos e, especialmente, para

determinados pequenos serviços pessoais (pequenos consertos, sapateiros, costureiras, cabeleireiras, manicures etc) que pertencem ao circuito inferior da economia. Amplia-se assim o escopo daqueles que consomem neste circuito, sobretudo em São Paulo onde se concentra uma parcela expressiva da classe média brasileira. Não obstante, a metrópole paulistana também concentra uma grande quantidade de pobres que consomem regularmente produtos e serviços do circuito inferior e que representam, assim, o principal ponto de sustentação dessa economia dinamizada sobretudo pelos próprios pobres.

A maior parte dos agentes do circuito inferior nas áreas estudadas acredita que sua concorrência é composta tanto por pequenas como por médias e grandes empresas, as quais, muitas vezes, localizam-se bastante próximas aos pequenos negócios desse circuito. Como grande parte dos fornecedores do circuito inferior pertence ao universo do circuito superior, percebe-se aí como se mantém a relação dialética de complementaridade e de concorrência entre os circuitos nos lugares em questão.

A co-presença de atividades dos diferentes circuitos da economia nas áreas analisadas, tanto nas áreas de diversidade como nas áreas de especialização, revela como os lugares podem abrigar diferentes divisões do trabalho que, por sua vez, ocupam o território a partir de lógicas escalares distintas. Enquanto o circuito superior usa o território a partir de lógicas nacionais e mesmo globais, os agentes do circuito inferior usam o território apoiados em lógicas intra-urbanas (como vimos acima, grande parte dos insumos e matérias-primas usados pelo circuito inferior nas áreas analisadas provêm da própria cidade de São Paulo). O conjunto do fenômeno, ou ainda, a coexistência dos diferentes circuitos da economia urbana compreende “(...) um trabalho coletivo no território, formando clusters, que demarcam as conexões entre divisões do trabalho concorrentes e complementares. Vistas num dado momento de seu funcionamento e de sua evolução, elas aparecem como complementares; olhadas na sua dinâmica, são concorrentes. Na realidade, o que se verifica é uma dialética

entre divisões do trabalho (sejam elas vistas do ponto de vista escalar ou de um ponto de vista das empresas) que disputam o território” (Santos e Silveira, 2001, p.290).

Representantes dos diferentes circuitos da economia urbana participam assim de formas distintas das divisões do trabalho que se entrelaçam nas áreas analisadas. Os conteúdos desses espaços são, no entanto, o insumo primordial de que dispõe o circuito inferior para perpetuar sua existência. Sistemas de ações e sistemas de objetos assumem as mais variadas combinações nos lugares em questão, e são justamente certas combinações resultantes que, por sua vez, permitem a sobrevivência de grande parte da população pobre da metrópole.

A partir de uma série de trabalhos de campo e de pesquisas empíricas, acreditamos ter podido avançar na compreensão do uso do território pelos agentes do circuito inferior da cidade de São Paulo no período atual. Como vimos, embora esses atores não tenham domínio das variáveis da época, vêm conseguindo combinar algumas de suas variáveis e usá-las de formas diversas, criando outros tipos de racionalidades que não a hegemônica.

Os fenômenos de involução metropolitana⁴⁴ e de segmentação da economia urbana (Santos, 1995) vêm assim renovando suas formas de manifestação na metrópole informacional-financeira. Cabe a nós sobretudo a tarefa de descobrir as manifestações do trabalho que compõem o universo do circuito inferior na cidade de São Paulo no período atual. E “(...) é o trabalho intensivo (sem horários, sem benefícios, sem pausas pré-estabelecidas) o que define o circuito inferior e atualmente, mais do que nunca, também o circuito superior marginal, em contraposição à escassez de capital, e não o cumprimento–

⁴⁴ “Ao mesmo tempo que há uma modernização das atividades, há, também, como já vimos, uma expansão da pobreza. Daí identificarmos uma verdadeira ‘involução metropolitana’ já que, de um lado, existe crescimento, mas este é paralelo à baixa do rendimento médio e à expansão do número de empregos mal remunerados com as correspondentes condições de vida. A adaptação da economia a essa ‘involução metropolitana’ caracteriza-se por uma proliferação de atividades com os mais diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia, menores que no setor moderno, que surgem como uma forma de suprir a demanda de empregos e serviços provocada por aquela modernização e que a economia monopolista não consegue atender” (Santos, 1995, p.94).

descumprimento de um sistema normativo em vigência. Vão-se os empregos, fica o trabalho” (Silveira, 2004a, p.68).

No período atual, o circuito inferior mantém assim seu papel fundamental de provedor de ocupações à população pobre. Não obstante, reafirma-se, ao mesmo passo, seu papel de perpetuador da pobreza diante da crescente limitação do Estado em prover empregos e satisfazer as necessidades mínimas de grande parte da população brasileira.

Considerações Finais

No período atual, São Paulo afirma-se enquanto metrópole nacional e como localização primordial das atividades hegemônicas no território brasileiro. Esse movimento implica, por sua vez, o aprofundamento de uma divisão territorial do trabalho que amplia os laços de cooperação entre as diferentes partes do país. Todavia, ao mesmo passo em que a cidade de São Paulo sedia crescentemente atividades modernas ligadas à divisão social do trabalho que acompanha o mundo das informações e das finanças, multiplicam-se em seu interior as formas de trabalho realizadas com capitais reduzidos, dependentes dos próprios conteúdos dos lugares onde estão inseridas. Aprofundam-se, deste modo, a fragmentação e a segmentação intra-urbanas.

A racionalidade do espaço da cidade é, assim, composta tanto por atividades produtoras e resultantes de uma solidariedade organizacional como de uma solidariedade orgânica. Enquanto a primeira supõe uma interdependência “produto de normas presididas por interesses de modo geral mercantis, mutáveis em função de fatores do mercado”, a última “resulta de uma interdependência entre ações e atores que emana de sua existência no lugar, (...) é fruto do próprio dinamismo de atividades cuja definição se deve ao próprio lugar enquanto território usado” (Santos e Silveira, 2001, pp.306-307). A gama de tipos de produções presentes no organismo urbano se alarga cada vez mais, configurando uma combinação exponencial entre “uma tipologia de sistemas de engenharia e uma topologia de níveis de modernidade na produção, no emprego, na circulação, na distribuição e no consumo” (Santos e Silveira, 2001, p.285). Com a globalização, amplia-se a variedade de capitais e, portanto, de tipos de trabalhos na metrópole e, por isso, aumenta ainda mais a atratividade que esta exerce sobre os pobres.

Esse processo está estreitamente relacionado às dinâmicas mais gerais que perpassam o mercado de trabalho brasileiro atualmente. O aumento do desemprego e a precarização das relações de trabalho vêm contribuindo, com efeito, para a afirmação do papel do circuito inferior enquanto abrigo para grande parte da população, não só na cidade de São Paulo, como nas demais grandes cidades brasileiras.

As diferentes formas que vêm assumindo os circuitos inferior, superior marginal e superior no período atual devem assim co-habitar na grande metrópole, conformando uma “variada e sempre renovada divisão do trabalho e divisão territorial do trabalho” (Santos e Silveira, 2001, p.287). Essa coexistência de diferentes divisões do trabalho corporativas na cidade de São Paulo corresponde, por sua vez, a diferentes divisões do trabalho “escalares”.

Como vimos, estabelecem-se entre os circuitos relações que assumem simultânea e dialeticamente um caráter cooperativo e competitivo. No entanto, ainda que entre os circuitos estabeleçam-se relações de complementaridade e de concorrência, a questão explicativa maior reside em saber quem comanda quem (Santos e Silveira, 2001, p.291). E é certamente o circuito superior quem regula o circuito inferior; uma vez que, no período da globalização, a vida econômica e social e a dinâmica do território são controladas por um número limitado de empresas. Assim como o território assume cada vez mais a feição de um território corporativo, a cidade aprofunda seu caráter de cidade corporativa, especialmente a metrópole de São Paulo. “Sem dúvida, o território como um todo e as cidades em particular acolhem uma tipologia de atividades. Muitas delas são mais fortemente relacionadas com o próprio território e, portanto, mais dependentes da sociedade próxima e das virtualidades materiais e sociopolíticas de cada área, o que permite certa horizontalização da atividade. O papel de comando, todavia, é reservado às empresas dotadas de maior poder econômico e político, e os pontos do território em que elas se instalam constituem meras bases de operação, abandonadas logo que as condições deixam de lhe ser vantajosas” (Santos e Silveira, 2001,

p.292). Destarte, acreditamos que doravante poderíamos, eventualmente, pensar também em termos de relações de subordinação (Arroyo, 2005⁴⁵) do circuito inferior e do circuito superior marginal face ao circuito superior da economia urbana; além das relações de complementaridade e de concorrência entre os mesmos.

Não obstante, embora o circuito inferior encontre-se em posição de subordinação face ao circuito superior da economia urbana, é ele que vai oferecer as mais variadas ocupações e, por conseguinte, a própria possibilidade de sobrevivência a uma importante parcela da população urbana. Apoiados na análise de situações geográficas no Largo Treze de Maio, na Sé, na República, no Bom Retiro e em Santa Cecília, procuramos mostrar como as possibilidades de trabalho no seio do circuito inferior derivam da diferente valorização do meio construído na cidade, resultado da seletividade dos investimentos públicos e privados no espaço urbano, e do grande mercado consumidor em potencial formado pela população pobre, e em parte também pela classe média, concentrado na cidade de São Paulo.

As grandes cidades, e São Paulo em especial, constituem pontos privilegiados de análise desses processos que se aprofundam ainda mais no período atual, uma vez que elas nos revelam as fragmentações e unicidades produzidas pelo próprio período da globalização. “Nas metrópoles corporativas (Santos, 1990), a proximidade entre os homens deixa transparecer as ambigüidades e as contradições provocadas por um processo de globalização que seleciona lugares e pessoas” (Almeida, 2000, p.119). Os circuitos da economia urbana, por sua vez, nos fazem atentar às temporalidades coexistentes, às interpretações que cada ator faz de seu tempo, assim como à forma que cada um encontra de sobreviver (Silveira, 2004b, p.20). A partir da busca de uma reflexão sobre os circuitos, sobre seus atores e sobre as formas técnicas assumidas pelos mesmos, acreditamos poder avançar na construção de um estudo geográfico que vê o tempo como simultaneidade, pois, assim como Santos (1996,

⁴⁵ Questões discutidas na ocasião do exame de qualificação do presente trabalho, em outubro de 2005.

p.160)., “pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia”.

O olhar atento às dinâmicas do circuito inferior, que procuramos realizar na cidade de São Paulo, busca mostrar formas políticas espontâneas produtoras de outras racionalidades que, por sua vez, questionam e se adaptam dialeticamente à força das variáveis chave do período da globalização. Estas outras formas de racionalidade que vêm se multiplicando crescentemente nas grandes cidades brasileiras – seja sob a forma de resistências, seja sob a forma de adaptações – vêm sendo objeto de interpretações enviesadas e limitadas, porém bastante difundidas, que buscam reduzir a questão do trabalho de grande parte da população urbana à questão da “formalidade” ou da “informalidade”. No entanto, como assevera Harvey (1982, p.35), “é evidentemente uma tarefa da ciência tornar claro, pela análise, aquilo que é mistificado na vida diária”. Nesse sentido, tentamos, em nossa análise, não “folclorizar” o circuito inferior da economia urbana e as formas assumidas pelo mesmo na cidade de São Paulo; mas, sim, entender como sua permanência e expansão, nos dias de hoje, relacionam-se com os processos definidores do período atual e como grande parte população pobre tem encontrado justamente neste circuito sua possibilidade de sobrevivência.

Conforme buscamos mostrar, embora não possuam o domínio das variáveis chave do período da globalização, os atores não-hegemônicos não deixam de utilizá-las e de participar dos processos que definem o período atual, mesmo que essa participação assumam formas impensadas, inesperadas, ao conferir novos significados e novos usos às verticalidades que lhe são impostas. Não obstante, é justamente essa riqueza do inesperado, do espontâneo, que constitui a possibilidade de construção de novos futuros (Santos e Silveira, 2001, p.287). Revela-se, assim, como os conteúdos do período podem ser moldados de formas distintas, apontando-nos outras possibilidades além das existências concretas.

O circuito inferior pode ser compreendido como as formas de trabalho urbanas assumidas pela pobreza. Formas que se multiplicam e se diversificam, se adaptam e resistem às variáveis do período da globalização. E a pobreza, resultado indireto das modernizações seletivas que perpassam o território e a sociedade, é muitas vezes considerada como um fenômeno inelutável; no entanto, “(...) ela o é apenas quando estamos diante de uma ação política que, explícita ou sub-repticiamente, valoriza a velocidade, a fluidez e a competitividade do trabalho. Ao contrário, a construção de um projeto coletivo de sociedade aconselharia a reconhecer a pobreza menos como um resultado indesejado e mais como uma dívida social resultante de um processo produtor de formas de exclusão” (Silveira, 2006, p.142).

Ainda que a tarefa de enfrentamento da pobreza e das formas de trabalho assumidas por ela extrapole o âmbito da política municipal, consideramos, por fim, que uma política voltada à população pobre e às suas carências pode e deve ser priorizada na gestão em escala municipal. Pois, como assevera Sanches (1992, p.127 in Silveira, 1999b, p.404), é esta que implica a gestão do concreto, do direto na relação do indivíduo com o território. Um olhar crítico é aquele voltado ao futuro, orientado a outras formas possíveis de organização do espaço (Silveira, 1999b, p.446), destarte acreditamos que os lugares não podem ser definidos exclusivamente pela presença, pelas existências que nele se encontram concretizadas; mas também pela ausência, ou seja pela gama de possibilidades embutidas que abriga. E a cidade é, de fato, o lugar de todas as possibilidades (Beaujeu-Garnier, 1980, 1995, p.207).

Tendo em vista a enorme dimensão assumida pelo circuito inferior nas grandes cidades brasileiras, e em especial na cidade de São Paulo, no período atual, consideramos cada vez mais imprescindível “(...) levar em conta o circuito inferior como elemento indispensável à apreensão da realidade urbana e encontrar as medidas a serem adotadas para atribuir a esse circuito uma produtividade mais elevada e um crescimento sustentado, ao

mesmo tempo conservando o seu papel de fornecedor privilegiado de empregos” (Santos, 1978, p.23). Abre-se aí um caminho para valorizarmos a importância do mercado interno na ampliação do bem-estar da população (Santos e Silveira, 2001, p.298) e para fazer um contraponto a uma racionalidade, atualmente em prática, que não interessa à maior parte das empresas nem da população.

A partir da análise do conteúdo geográfico do cotidiano dos atores não-hegemônicos, abre-se um caminho para a construção de uma cidade diferente, empreendida para a maioria.

Bibliografia

AGLIETTA, M. *Les transformations du capitalisme contemporain. Capitalisme et socialisme em perspective*. Paris, Editions La Découverte, 1998.

ALMEIDA, E. P. *A metropolização-periferização brasileira no período técnico-científico-informacional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. FFLCH/ USP. São Paulo, 2000.

ALVES, G. da A. “Paisagens Metropolitanas”. In CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA, A. U. de (orgs). *Geografias de São Paulo. A Metrópole do século XXI*. São Paulo, Editora Contexto, 2004.

ARMSTRONG, W. e McGEE, T. G. “Revolutionary Change and the Third World City”. *Civilisations* 18 (3), 1968.

_____. *Theatres of accumulation. Studies in Asian and Latin American Urbanization*. Cambridge, University Press, 1985.

ARROYO, M. “São Paulo e os fluxos internacionais de mercadorias: a espessura de uma região metropolitana”. In CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA, A. U. de (orgs). *Geografias de São Paulo. A Metrópole do século XXI*. São Paulo, Editora Contexto, 2004.

AZAIS, C. *Travail et Territoire*. Mémoire d’HDR, Amiens, 2000.

BEAUJEU-GARNIER, J. *Géographie Urbaine*. (1º. ed. 1980) Paris, Armand Colin Éditeur, 1995.

BERNARDES, A. *A contemporaneidade de São Paulo: Produção de informações e novo uso do território brasileiro*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. FFLCH/ USP. São Paulo, 2001.

BERRY, B. J. L. *Geografía de los centros de Mercado y Distribución al por menor*. Barcelona, Editorial Vicens-Vives, 1971.

BICUDO, E. Relatório de Qualificação apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. FFLCH/ USP. São Paulo, 2005.

BOUTILIER, S. “Economies solidaires, repères et éléments d'une critique”. Paris, 1999.

BRAUDEL, F. *Civilización material, economía y capitalismo. Siglos XV-XVIII. Las Estructuras de lo cotidiano*. Alianza Editora, 1984.

CACCIAMALI, M. C. “Setor informal urbano e formas de participação na produção”. São Paulo: IPE-USP, 1983.

_____. “Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal”. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, 1989.

_____. “As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda”. In: CAMARGO, J. M., GIAMBIAGI, F. (orgs). *Distribuição de renda no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

_____. “Mudanças Estruturais do Mercado de Trabalho Brasileiro após a Liberalização Econômica”. Faculdade de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. “Política social e reforma laboral: limites e desafios”. Faculdade de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CACCIAMALI, M. C. e BRAGA, T. “A armadilha social destinada aos jovens: mercado de trabalho insuficiente, oferta educacional restrita e de baixa qualidade e ações públicas incipientes”. In CHAHAD, J. P. Z. e CACCIAMALI, M. C. (orgs). *Mercado de Trabalho no Brasil: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas e direitos fundamentais no trabalho*. São Paulo, LTr, 2003.

CACCIAMALI, M. C. e BRITTO, A. “A flexibilização restrita e descentralizada das relações de trabalho no Brasil”. *Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho ABET*, vol.2, n.3, 2002.

CACCIAMALI, M. C. e SILVA, M. F. J. *Emprego e seguridade social: mais uma década perdida no mercado de trabalho da América Latina*. In COGGIOLA, O. (org). *América Latina – Encruzilhadas da História Contemporânea*, São Paulo. PROLAM-USP, 2003.

CALLIARI, T. “São Paulo 450 anos. Os dois lados do rio”. *Revista Reportagem*, ano V n. 52, 2004.

CAMARGO, M. “O Paraíso da Informalidade. Comércio informal na região do largo Treze de maio vende ilegalidade e falta de higiene aos consumidores”. *Jornal do Departamento de Jornalismo e RTV da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Santo Amaro*, ano I – n. 02- Julho/ 2005.

CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998.

CHAHAD, J. P. C. *Trabalho Flexível e Modalidades Especiais de Contrato de Trabalho: Evidências Empíricas no Caso Brasileiro*. Relatório de Pesquisa FIPE/ MTE, 2001.

_____. “Emprego flexível e mercado de trabalho no Brasil”. *Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho ABET*, vol.2, n.3, 2002.

CHAHAD, J. P. C. e ZOCKUN, M. H. “A terceirização do trabalho no Brasil: um estudo de caso”. In CHAHAD, J. P. Z. e CACCIAMALI, M. C. (orgs). In *Mercado de Trabalho no Brasil: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas e direitos fundamentais no trabalho*. São Paulo, LTr, 2003.

COMIN, A. (coord). Estratégias de Desenvolvimento Econômico para a área central do Município de São Paulo. CEBRAP, CEM, EMURB, Prefeitura do Município de São Paulo, 2002.

COMIN, A. “Diagnósticos, Oportunidades e Diretrizes de Ação”. In *Caminhos para o Centro: Estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. EMURB, Prefeitura do Município de São Paulo, CEBRAP, CEM, 2005.

CORREA, R. L. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

DE SOTO, H. *Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1987.

DURKHEIM, E. *Da divisão do Trabalho Social* (1º. ed. 1893). São Paulo, Martins Fontes, 1995.

EDWARDS, R. *Contested terrain. The transformation of the workplace in the Twentieth Century*. New York, Basic Books Inc, 1979.

EID, F., GALLO, A. R. e PIMENTEL, A. E. B. “Desemprego, exclusão e desafios para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil”. *Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho ABET*, vol.1, n.1/2, 2001.

EVASO, A. S. “Considerações sobre um fragmento da metrópole em fragmentação: o Bom Retiro”. In SOUZA, M. A. de (org). *Território Brasileiro. Usos e Abusos*. Campinas, Edições Territorial, 2003.

FARIA, C. S. *O “mundo” da 25 de Março. Comércio, conflitos e centralidade*. Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 2004.

FRAKENHOFF, C. “Economic Activities”. In *Improvement of Slums and Uncontrolled Settlements*. New York, United Nations, 1971.

FRÚGOLI, H. J. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. “Sobre o alcance do conceito de *gentrification* para pensar sobre intervenções urbanísticas em áreas centrais de cidades brasileiras: o caso de São Paulo”. 1º Congresso Latinoamericano de Antropologia, Rosário, Argentina, 2005.

GARCIA, R. e CRUZ-MOREIRA, J. “O complexo têxtil-vestuário: um cluster resistente”. In *Caminhos para o Centro: Estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. EMURB, Prefeitura do Município de São Paulo, CEBRAP, CEM, 2005.

GEERTZ, C. *Peddlers and Princes*. Chicago, University of Chicago Press, 1963.

GOMES, S. de C. *Do comércio de retalhos à feira da sulanca: uma inserção de migrantes em São Paulo*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. FFLCH/ USP. São Paulo, 2002.

GOMES, S. e ALMITRANO, C. “Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade ao (emprego e) desemprego). In MARQUES, E. C. e TORRES, H. (orgs). *São Paulo. Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. São Paulo, Editora Senac, 2005.

GOTTMANN, J. “The evolution of the concept of territory”. *Soc. Sci. Information*, 14, n.3/4, 1975.

HARVEY, D. “O trabalho, o capital e conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas”. Tradução: Flavio Villaça. *Espaço e Debates*, junho/ setembro, 1982.

HIGGINS, B. *Economic Development. Principles, Problems and Policies*. Norton & Company, 1959.

HIRSCHMANN, A. *Stratégie du développement économique*. Paris Ouvrières (do original: *The strategy of Economic Development*. New haven, Yale University Press, 1958), 1964.

- HOFFMAN, M. e MENDONCA, S. “O mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo”. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, volume 17, São Paulo, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *As Micro e Pequenas Empresas Comerciais e de Serviços no Brasil*. 2001.
- ITIKAWA, L. “Geometrias da clandestinidade: o trabalho informal no centro de São Paulo”. In *Caminhos para o Centro: Estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. EMURB, Prefeitura do Município de São Paulo, CEBRAP, CEM, 2005.
- JANUZZI, P. “Precarização no mercado de trabalho vista através dos indicadores de mobilidade sócio-ocupacional”. *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho ABET*, vol.2, outubro, 2003.
- KAY, G. *Rhodesia: A Human Geography*. London, University of London Press, 1970.
- LARRACHEA, I. e NYSENS, M. “L’économie solidaire, un autre regard sur l’économie populaire au Chili”. In LAVILLE, J. L. *L’économie solidaire, une perspective internationale*. Paris, Desclée de Brouwer, 1994.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos : Ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro, 34, 1994 (Coleção Trans).
- LAUTIER, B. *L’économie informelle dans le Tiers Monde*. Paris, Editions La Découverte, 1994.
- _____. « Le léopard et la panthère écossaise. Mondialisation, éclatement spatial et fractionnement social dans les métropoles latino-américaines ». *Cahiers du GELA-IS*, n.2, 2002.
- LAVEDAN, P. *Géographie des Villes*. Paris, Gallimard, 1959.
- LEDROUT, R. *Sociología Urbana* (Sociologie Urbaine, Presses Universitaires de France, Paris, 1968). Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 2. ed., 1976.

LEWIS, A. "Economic Development with Unlimited Supplies of Labor". Manchester, School of Economics and Social Studies, 1954.

LIPIETZ, A. *La société en sablier. Le partage du travail contre la déchirure sociale*. Paris, La découverte, 1998.

LOPEZ-CASTAÑO, H. "Secteur Informel et Société Moderne: l'Expérience Colombienne". *Revue Tiers Monde*, 23 n.110, 1987.

MARQUES, E. C. "Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado". In MARQUES, E. C. e TORRES, H. (orgs). *São Paulo. Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. São Paulo, Editora Senac, 2005a.

_____. "A dinâmica imobiliária de incorporação em período recente". In MARQUES, E. C. e TORRES, H. (orgs). *São Paulo. Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. São Paulo, Editora Senac, 2005b.

MARQUES, R. M. e MENDES, A. "O governo Lula e a contra-reforma previdenciária". *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho ABET*, vol.2, outubro, 2003.

McGEE, T. G. *Dualism in the Asian City: The Implications for City and Regional Planning*. Hong Kong, University of Hong Kong, 1970.

_____. "Geografia e Desenvolvimento: Crise e Renovação". In SOUZA, M. A. de (org). *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo, Hucitec, 1996.

McKEE, D. L. e LEAHY, W. "Intra-urban Dualism in Developing Economies". *Land Economics*, 1970.

MEZERRA, J. "Microcrédito no Brasil: dados nacionais e reflexões que vêm de vinte anos de experiência". *Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho ABET*, vol.2, n.2, 2002.

MILLER, L. M. “Mudança Tecnológica e o Emprego”. *Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho ABET*, vol.2, n.2, 2002.

MONTENEGRO, M. *Novos conteúdos do território brasileiro: Revolução das telecomunicações, privatizações e difusão da telefonia celular*. Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 2003a.

_____. “Telecomunicações. Bom? Nem tanto”. *Revista Reportagem* n. 45, junho, 2003b.

_____. “La contemporanéité de São Paulo: ville “globale” et fragmentée”. *Mémoire de Diplôme d’Etudes Approfondies (D.E.A)* apresentado ao *Institut des Hautes Etudes de l’Amérique Latine (IHEAL)* da *Université de la Sorbonne Nouvelle Paris III*, Paris, 2005.

NAKANO, K. “Desenvolvimento Territorial e Regulação Urbanística nas Áreas Centrais de São Paulo”. In *Caminhos para o Centro: Estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. EMURB, Prefeitura do Município de São Paulo, CEBRAP, CEM, 2005.

OLIVEIRA, E. L. *Projeto Interlagos – a praia que faltava à São Paulo. Contradições e significado da inserção de Santo Amaro/ Zona Sul na Formação Socioespacial Metropolitana*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. FFLCH/ USP. São Paulo, 1996.

PAMPLONA, J. B. e ROMEIRO, M. C. “Desvendando o setor informal: relatos de uma experiência brasileira”. *Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho ABET*, volume II n.2, 2002.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.

POCHMANN, M. (org.). *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. Novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo/ Cortez Editora, 2002.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/ PROCENTRO. *Reconstruir o centro. Reconstruir a cidade e a cidadania*. São Paulo, 2001.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO / Secretaria Municipal de Planejamento do Município de São Paulo. *Globalização e Desenvolvimento Urbano*. São Paulo, 2000/2001.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO / Secretaria Municipal de Planejamento do Município de São Paulo. *Evolução do Uso do Solo nos anos 90*. São Paulo, 2000/2001.

RAMOS, L. e FERREIRA, V. *Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil*. IPEA, *Texto para discussão* n.1099, 2005.

RIBEIRO, L. C. Q. “Rio de Janeiro : exemplo de metrópole partida e sem rumo?”. In *Novos Estudos Cebrap* 45, 1996.

RIVIÈRE d'ARC, H. “Requalifier le XXe siècle: projet pour le centre-ville de São Paulo”. In BIDOU-ZACHARIASEN C., HIERNAUX-NICOLAS D, RIVIERE D'ARC H. *Retours en ville : des processus de "gentrification" urbaine aux politiques de "revitalisation" des centres*, Paris, Descartes & Cie, coll. « Les Urbanités », 2003.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003a.

_____. “Mudanças estruturais no mercado de trabalho e seus impactos sobre os pobres no Brasil”. *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho ABET*, vol.2, outubro, 2003b.

ROLNIK, R., CAMPOS, C. M., e NAKANO K. “Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo”. In *Caminhos para o Centro: Estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. EMURB, Prefeitura do Município de São Paulo, CEBRAP, CEM, 2005.

SANDRONI, P. *Dicionário de Economia. Os Economistas*. São Paulo, Abril Cultural, 1985.

_____. “A dinâmica imobiliária da cidade de São Paulo: esvaziamento, desvalorização e recuperação da região central”. In *Caminhos para o Centro: Estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. EMURB, Prefeitura do Município de São Paulo, CEBRAP, CEM, 2005.

SANTOS, M. “Os Dois Circuitos da Economia Urbana e Suas Implicações Espaciais” (Tradução de “Economic Development and Urbanization in Underdeveloped Countries: the Two-flows Systems of the Urban Economy and their Spatial Implications”). In: McKEE, D. L. e LEAHY, W., *Urbanization and Development Process*, Glencoe, NY, The Free Press, 1973.

_____. *L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*. Paris, M.-Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.

_____. “Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método”. *Boletim Paulista de Geografia* 54, junho, 1977.

_____. *O Espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.

_____. *Economia Espacial: críticas e alternativas*. São Paulo, Hucitec, 1979.

- _____. “Modernité, milieu technico-scientifique et urbanisation au Brésil”. *International Symposium on Latin American Urbanisation*, Tsukuba, 1989.
- _____. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. Nobel, São Paulo, 1990.
- _____. “La métropole brésilienne : modernisation, involution et segmentation”. In ZYLBERGBERG, J. e DEMERS, F. *L’Amérique et les Amériques*, Les Presses de l’Université de Laval, 1992.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1993a.
- _____. “São Paulo : um centre à la périphérie”. In DURAND, M. F., LEVY, J. e RETAILLE, D. *Le monde: espaces et systèmes*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques & Dalloz, 1993b.
- _____. *Técnica, espaço, tempo : Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo, Hucitec, 1994.
- _____. *Por uma economia política da cidade: O Caso de São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1995.
- _____. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- _____. *Por uma outra globalização. Do pensamento Único à Consciência Universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- SANTOS, M. et alli. *O papel ativo da Geografia. Um manifesto*. Sala de Estudos Territoriais Brasileiros, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. FFLCH/USP. São Paulo, 2000.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SARAIVA, C. e MARQUES E. C. “A dinâmica social das favelas da região metropolitana de São Paulo”. In MARQUES, E. C. e TORRES, H. (orgs). *São Paulo. Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. São Paulo, Editora Senac, 2005.

SARTRE, J-P. *Critique de la raison dialectique*, Paris, Gallimard, 1990.

SASSEN, S. *The Global City, New York, London, Tokio*. Princeton University Press, 1991.

_____. “El complejo urbano en una economia mundial”. In RICS n. 139, 1994.

SCARLATO, F. C. “Busca do centro – O reencontro com a cidade”. In CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA, A. U. de (orgs). *Geografias de São Paulo. Representação e crise da Metrópole*. São Paulo, Editora Contexto, 2004.

SEABRA, O. “São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia”. In CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA, A. U. de (orgs). *Geografias de São Paulo. Representação e crise da Metrópole*. São Paulo, Editora Contexto, 2004.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. “Onde estão as MPEs Paulistas”. Pesquisas Econômicas - Sebrae – SP, Julho 2000.

_____. “Participação das MPEs no total de Pessoas Ocupadas nas Empresas Paulistas”. Sebrae – SP, Outubro 2000.

_____. “A Questão Trabalhista nas MPES Paulistas”. Relatório de Pesquisa – Sebrae – SP, Fevereiro, 2001.

_____. “A Informatização nas MPEs Paulistas”. Sebrae – SP, Agosto 2003.

_____. “Impacto da expansão das Grandes Redes de Supermercados na Atividade de minimercados e mercearias na Região Metropolitana de São Paulo”. Relatório de Pesquisa – Sebrae – SP/ FIPE, Abril 2004.

_____. “O financiamento das MPEs no Estado de São Paulo”. Sondagem de Opinião, Sebrae – SP, Abril 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (SEMPLA). “Agência de Desenvolvimento de São Paulo”, São Paulo, 2005.

SERRA, N. *O desempenho das Micro e Pequenas Empresas no setor Têxtil-Confeção*. Relatório de Pesquisa, Sebrae-SP, IPT, 2001.

SILVA, L. O. “Decadência e reabilitação do centro de São Paulo”. In *Urbanismo: Dossiê São Paulo Rio de Janeiro*. Campinas, PUC Campinas, 2003.

SILVA, P. O. L. da F. *As principais portas do Centro de São Paulo e a circulação de pedestres*. Tese de Doutorado apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

SILVEIRA, M. L. “Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino”. In SANTOS, M., SOUZA, M. A. de, SCARLATO, F. C. e ARROYO, M. *Fim de século e globalização*. Hucitec/Anpur, 1993.

_____. *Um País, Uma Região. Fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo, FAPESP/ LABOPLAN (USP), 1999a.

_____. “Uma Situação Geográfica: Do Método à Metodologia”. *Revista Território*, ano IV, n. 6, 1999b.

_____. “Uma globalização desnecessária, um território instável”. *Revista Ciência Geográfica*, vol 1 (21), Bauru, 2002.

_____. “A Região e a Invenção da Viabilidade do Território”. In SOUZA, M. A. de (org). *Território Brasileiro. Usos e Abusos*. Campinas, Edições Territorial, 2003.

_____. “São Paulo: os dinamismos da pobreza”. In CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA, A. U. de (orgs). *Geografias de São Paulo. Representação e crise da Metrópole*. São Paulo, Editora Contexto, 2004a.

_____. “Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas”. In *Cuaderno del CENDES* ano 21, n.57, 2004b.

_____. “Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? Um panorama da riqueza e da pobreza brasileira”. In ALBUQUERQUE, E. S. (org.). *Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo*. São Paulo, Editora Globo, 2006.

SINGER, P. *Globalização e desemprego. Diagnósticos e alternativas*. São Paulo, Contexto, 1999.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. e POCHMANN, M. *Mapa do Trabalho Informal. Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

SLATER, D. *Capitalismo y Desarrollo Reginal*. Publicación del CEDLA, Amsterdam, 1982.

SORRE, M. “A noção de gênero de vida e sua evolução” (1º. ed. 1952). In MEGALE, J. (org.). *Max Sorre*. São Paulo, Ática, 1994.

SOUZA, M. A. de. *A identidade da metrópole: A verticalização em São Paulo*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1994.

SOUZA, M. A. de (org.). *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo. Ed. Cedesp, 1999.

SOUZA, P. R. *Emprego, salário e pobreza*. São Paulo, Hucitec, 1980.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo, Contexto, 1991.

_____. *O Chão em pedaços: Urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. Tese de Livre Docência apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Presidente Prudente, 2004.

TOKMAN, V. “El sector informal: quince años después”. In: *El trimestre Económico*, n.215, 1987.

TORRES, H. “A fronteira paulistana”. In MARQUES, E. C. e TORRES, H. (orgs). *São Paulo. Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. São Paulo, Editora Senac, 2005.

TORRES, H.. MARQUES, E. C., FERREIRA, M. e BITAR, S. “Pobreza e espaço : padrões de segregação em São Paulo”. *Revista do Instituto de Estudos Avançados* 17 (47), 2003.

VALLAT, D. *Contre le chômage et l'exclusion, le dynamisme de la petite économie*. In : Cahiers d'économie de l'innovation, Paris, L'Harmattan, 2002.

WILLIARD, J. C. “L'économie souterraine dans les comptes nationaux”. *Economie et Statistiques*, n.226, INSEE, Paris, 1989.

ZYLBERSTAJN, H. “Banco de horas: da justificativa teórica à utilização prática no Brasil”. In CHAHAD J. P. Z. e CACCIAMALI M. C. (orgs). In *Mercado de Trabalho no Brasil: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas e direitos fundamentais no trabalho*. São Paulo, LTr, 2003.

Principais Sites consultados:

Centro de Estudos da Metrópole (CEM): www.centrodametropole.org.br

Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô: www.metro.sp.gov.br

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM): www.cptm.sp.gov.br

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE): www.seade.gov.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): www.ibge.gov.br

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE): www.mte.gov.br

Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP): www.prefeitura.sp.gov.br

São Paulo Transportes S.A. (SPTRANS): www.sptrans.com.br

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE):
www.sebrae.com.br

Principais Jornais consultados:

O Estado de São Paulo

Folha de São Paulo

Anexos

Questionário

Universidade de São Paulo, FFLCH, Departamento de Geografia

Projeto: O circuito inferior da economia urbana da cidade de São Paulo no período da globalização

Atividade: _____ Local: _____ data: _____

Histórico

Há quanto tempo trabalha nessa atividade ? _____

Em que atividade trabalhava anteriormente? _____

Por que saiu do trabalho anterior? _____

Qual é sua formação profissional? _____

Meio construído

Local de Trabalho

na própria residência alugada própria outros: _____

fora da residência alugada própria outros: _____

Caso alugado, qual é o valor do aluguel (em reais)?

menos de R\$ 200 de R\$ 201 a 500 de R\$ 501 a R\$ 1000

de R\$ 1001 a R\$ 1500 de R\$ 1501 a R\$ 2000 mais de R\$ 2001 não declarou

Valor do IPTU: _____

Idade do imóvel: _____

Andares do imóvel: _____

Número de andares usados: _____

Dimensão aproximada do espaço usado (m²): _____

Qual o tipo de uso anterior do prédio? _____

Há quanto o tempo utiliza o prédio? _____

Localização

O Sr (a). considera a localização do imóvel adequada às suas necessidades da sua atividade?

Sim

Não

Por que? proximidade do mercado consumidor disponibilidade de mão-de-obra

acessibilidade a fornecedores

acessibilidade a serviço

disponibilidade / facilidade meios de transporte

outros: _____

O Sr (a). considera a infra-estrutura do entorno

satisfatória

regular

ruim

Por que?

boa acessibilidade por meio de transporte público

pavimentação das ruas

abastecimento de energia

linhas telefônicas e de internet

abastecimento de água e esgotos

outros: _____

Instrumentos / Equipamentos de trabalho

O Sr (a). utiliza na sua atividade

telefone fixo

finalidade: _____

telefone celular

finalidade: _____

computador

finalidade: _____

Internet

finalidade: _____

impressora

scanner

máquinas / equipamentos específicos (copiadora / xerox, máquina fotográfica, máquina de revelação de fotos, vídeo, TV, tecnologia ligada à imagem): _____

outros: _____

Algum desses equipamentos foi comprado usado?

sim

não

Quais? _____

Matéria-prima / insumos / produtos

Tipo de Matéria-prima / insumos / produtos necessários à sua atividade: _____

Procedência (outro bairro / outra cidade / outro país): _____

Reutiliza insumos / matérias-primas?

sim

não

Quais? _____

Forma de pagamento ao fornecedor:

dinheiro

cheque à vista

cheque pré-datado

cartão de crédito

cartão débito

outros: _____

Mão-de-obra

Número de funcionários da empresa: _____ (__) com carteira assinada

(__) sem carteira assinada

Emprega mão-de-obra familiar? sim não

Caso sim, quantas pessoas? _____

A empresa sofre algum tipo de fiscalização do poder público quanto à situação da mão-de-obra?

sim

não

Caso sim, que tipo? _____

Paga benefícios sociais? sim não

Caso sim, quais?

previstos por lei

INSS (previdência)

vale-transporte

plano de saúde

cesta básica

ticket refeição

outros: _____

Contrata trabalhadores temporários em determinadas épocas do ano? sim não

Caso sim, quantos? _____

Em que época? _____

Utiliza serviços de terceiros? sim não

Caso sim, de que tipo? _____

Por que? menor custo

demanda por trabalhos especializados

outros: _____

Salário médio dos trabalhadores: _____

Jornada de trabalho média dos trabalhadores: _____

Realizam pausas (para almoço, por exemplo): sim não

Trabalham no fim-de-semana? sim não

Qual(is) o(s) meio(s) de transporte utilizado(s) pelos trabalhadores para chegar ao trabalho? _____

Quais os bairros onde moram os trabalhadores? _____

Quanto representa (%) o custo da mão-de-obra no custo final do seu produto? _____

Formas de organização

empresa (organização civil ou pessoa jurídica): micro pequena média grande
Trata-se de empresa familiar? sim não
trabalhador autônomo (pessoa física)

A empresa utiliza métodos modernos de organização? sim não

Caso sim, de que tipo? _____

Finanças

Utiliza linhas de crédito públicas? sim não

Caso sim, quais? _____

Utiliza algum outro tipo de financiamento (familiar, agências de crédito, ajuda de vizinhos) ?

sim não

Caso sim, qual? _____

Trabalha com bancos? sim não

Caso sim, com quantos? _____

Desde quando? _____

Quais operações bancárias / serviços / produtos utiliza?

emissão de cheques

depósito

cartão de débito

cartão de crédito

limite do cheque especial

empréstimos / financiamentos

Qual a finalidade do empréstimo? _____

Quais produtos de investimento possui?

poupança aplicações ações seguros

Utiliza, hoje, mais serviços bancários do que no início de sua atividade? sim não

Por que? _____

Utiliza tickets como moeda? sim não

Caso sim, quais? _____

Com que finalidade? _____

Poder público

Quais taxas e impostos incidem sobre sua atividade? _____

Quanto representa (%) os gastos com esta tributação no custo final do seu produto/ serviço? _____

Quais incentivos públicos beneficiam sua atividade? _____

Utilização do lucro

Qual é o destino do lucro gerado por sua empresa / atividade?

consumo familiar

investimento na própria atividade

Que tipo de investimento? _____

investimentos em outras atividades produtivas

Quais? _____

Outros: _____

Informação

Quais são suas fontes de informação sobre:

Técnicas: revistas e jornais cursos, palestras etc.
Internet troca de informação pessoal
outros: _____

Mercado: revistas e jornais cursos, palestras etc.
Internet troca de informação pessoal
outros: _____

Incentivos: revistas e jornais cursos, palestras etc.
 Internet troca de informação pessoal
 outros: _____

Oportunidade de negócios: revistas e jornais cursos, palestras etc.
 Internet troca de informação pessoal
 outros: _____

Publicidade

Sua empresa faz propaganda? sim não

Caso sim, em que veículos de comunicação?

imprensa: jornais ou revistas de grande circulação jornais e revistas especializados

outros: _____

rádio AM FM ou TV aberta paga

Que tipo de propaganda? _____

outdoor

folhetos, cartões, folders Onde se dá a distribuição? _____

faixas, banners

“oral”, boca a boca

Quem prepara a propaganda?

agência de publicidade elaboração própria outros: _____

Nestes 2 últimos casos, como se dá a produção do material?

gráfica computador próprio

equipamentos audiovisuais próprios: _____

equipamentos audiovisuais alugados: _____

outros: _____

Mercado

Qual a abrangência do seu mercado? bairro cidade Estado
 região país exterior

O Sr (a). considera que o seu mercado já foi: maior menor permaneceu estável

Qual o perfil do seu consumidor? empresas pessoas: _____
 (baixa renda, classe média, alto poder aquisitivo)

Existem épocas do ano em que produz e vende mais? sim não

Caso sim, quando?_____

Qual é a sua produção média (dia, mês)?_____

Qual é a média de suas vendas?_____

Qual a sua margem média de lucro por produto / serviço?_____

Que formas de pagamento oferece ao cliente?

dinheiro

cheque à vista

cheque pré-datado

cartão de crédito

cartão débito

outros:_____

Caso trabalhe com cartões, desde quando?_____

O Sr (a). concorre com: empresas de pequeno porte grandes redes outros:_____

Relaciona-se com os concorrentes? sim não

Isso lhe traz algum benefício? sim não

Caso sim, qual (is)?_____

Entrevista

Universidade de São Paulo, FFLCH, Departamento de Geografia

Projeto: O circuito inferior da economia urbana da cidade de São Paulo no período da globalização

Data :___/___/___

Atividade :_____

Endereço :_____

Entrevistado :_____

1) Quais o(s) serviço(s) e/ou produtos oferecidos pelo estabelecimento? (observar se há coexistência das atividades de fabricação, comércio e de serviços).

2) Caso sejam mais que um, os produtos e serviços oferecidos são relacionados entre si?

3) Caso não sejam relacionados, por que o (a) sr. (a) passou a oferecer esse(s) outro(s) produtos e/ou serviço(s)? Desde quando?

4) O estabelecimento é registrado como empresa (organização civil ou pessoa jurídica)?

Caso sim, micro, pequena, média ou grande?

Ou trabalham como trabalhador autônomo (pessoa física)?

5) Trata-se de empresa familiar?

6) Quantos funcionários trabalham na empresa?

Caso seja empresa familiar, quantos são parentes?

7) Os funcionários trabalham com carteira assinada?

8) Os funcionários recebem algum tipo de benefício?

9) Onde os funcionários moram? Qual o meio de transporte utilizado por eles para chegar ao trabalho?

- 10) O estabelecimento abre e fecha que horas e em quais dias?
- 11) Como é organizado o trabalho (turnos, trabalho de sábado, pausa para almoço etc.)?
- 12) Qual a demanda diária média ao estabelecimento (por exemplo, número de clientes, de pedidos, de compras etc.)? Em caso de fabricação, qual a produção média da empresa?
- 13) Sua empresa utiliza serviços de outras empresas? Caso sim, de quais? Onde ficam essas empresas?
- 14) Sua empresa compra produtos de outras empresas? Caso sim, de quais? Onde ficam essas empresas? Ou seja, de onde vêm os artigos com os quais sua empresa trabalha?
- 15) Esses artigos são comprados no atacado? Quais as formas de pagamento?
- 16) Sua empresa fornece produtos ou presta serviços para outras empresas? Caso sim, para quais? Onde ficam essas empresas?
- 17) Quais as pequenas empresas que concorrem com sua empresa?
- 18) Quais as grandes empresas que concorrem com sua empresa?
- 19) Quais as técnicas, métodos e instrumentos de trabalho utilizados?
- 20) Trabalham com computador? Por quê? Desde quando? Trabalham com internet? Por quê? Desde quando?
- 21) Trabalham com algum tipo de equipamento específico? Por quê? Desde quando?
- 22) Quais suas fontes de informação sobre técnicas e equipamentos?

- 23) Quais suas fontes de informação sobre a clientela?
- 24) Quais suas fontes de informação sobre a concorrência?
- 25) Quais suas fontes de informação sobre financiamentos e crédito?
- 26) Sua empresa utiliza serviços bancários? Quais?
- 27) Sua empresa utiliza algum tipo de financiamento, linha de crédito ou de empréstimo (bancário, familiar, com agências de crédito, com amigos, vizinhos etc.)?
- 28) Sua empresa faz algum tipo de publicidade? Caso sim, qual?
- 29) Desde quando? Por quê? Quem a produz? Quais as inspirações?
- 30) O(a) sr (a). acha que os clientes de sua empresa são principalmente desse bairro ou vêm também de outras partes da cidade, ou mesmo de outras cidades ou de outros estados?
- 31) Qual o perfil do seu cliente (baixa renda, classe média, alta renda)?
- 32) Quais as formas de pagamento oferecidas ao cliente (dinheiro, cheque, cheque pré-datado, cartão de débito, cartão de crédito, fiado, ticket alimentação etc.)?
- 33) Caso trabalhe com cartões, desde quando? Por que passou a oferecer essa forma de pagamento?
- 34) O que o sr(a) acha da localização de sua empresa para seus negócios?
- 35) Por que o sr(a). escolheu essa localização para instalar o estabelecimento?

36) O sr(a) considera esse ponto bem servido pelos meios de transporte públicos? E por grandes avenidas? O estabelecimento tem algum tipo de convenio com estacionamentos?

37) Qual o valor do aluguel do imóvel? E do IPTU?

38) Há quanto tempo utiliza o imóvel com essa atividade?

39) Qual o tipo de uso anterior do imóvel?

*Tabelas resultantes da aplicação de questionários e entrevistas
na área do Largo Treze de Maio em Santo Amaro*

Atividade	Meio construído			Localização	
	imóvel alugado?	valor aluguel	valor IPTU anual	considera adequada?	infra-estrutura satisfatória?
Santo Amaro					
1.papelaria, revelação filmes, bijuterias, xerox	sim	nd	nd	sim	sim
2.cabelereiro	sim	de R\$ 501,00 a R\$1.000,00	nd	sim	sim
3.chaveiro e borracheiro	sim (nos fundos da residência)	de R\$ 500,00 a R\$1.000,01	nd	sim	sim
4.fabricação de faixas, banners, placas	sim	de R\$ 201,00 a R\$ 500,00	nd	sim	sim
5.papelaria, revelação filmes, armarinho	sim	de R\$ 501,00 a R\$1.000,00	R\$ 420,00	razoável	não
6.conserto artigos de couro	sim	nd	nd	sim	sim
7.lanchonete	sim	de R\$ 201,00 a R\$ 500,00	R\$ 150,00	sim	regular
8.sapateiro	não	/	R\$ 190,00	sim	sim
9.lojinha de R\$ 1,00	sim	de R\$ 1.000,00 a R\$1.500,00	nd	sim	sim
10.lojinha de R\$ 1,00	sim	nd	nd	sim	sim
11. comércio de acessórios de roupa	sim	> R\$ 2.000,00	nd	sim	sim
12.comércio alimentos nordestinos	sim	de R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00	nd	sim	regular
13.comércio bijuterias	sim	de R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00	nd	sim	sim
14.lanchonete	sim	de R\$ 1.000,00 a R\$1.500,00	R\$ 190,00	sim	regular
15.chaveiro	sim	< R\$ 200,00	nd	sim	regular
16.comércio cosméticos e perfumaria	sim	de R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	R\$ 650,00	razoável	sim
17.comércio tecidos, cortinas e artigos cama, mesa e banho	sim	> R\$ 2.000,00	R\$ 1.000,00	não	regular
18.lanchonete e revelação de fotos	sim	de R\$ 501,00 a R\$1.000,00	nd	não	não
19.sapataria e papelaria	não	/	R\$ 800,00	sim	regular
20.cabeleireiro	sim	de R\$ 501,00 a R\$1.000,00	R\$ 120,00	razoável	sim

Atividade	Instrumentos/equipamentos de trabalho					Matéria-prima/ Insumos		
	telefone fixo?	telefone celular?	computador?	outros	algum comprado usado?	procedência	reutiliza insumos	forma pgto ao fornecedor

Santo Amaro								
1.papelaria, revelação filmes, bijuterias, xerox	sim	não	não	xerox, máquina reveladora de filmes	sim	cidade de São Paulo	não	CHV, CHPD
2.cabelereiro	não	não	não	secadora de toalhas	não	bairro Santo Amaro	não	D, CC
3.chaveiro e borracheiro	sim	não	não	compressor, máquina de chaves, esmeril etc	não	outros bairros da cidade de São Paulo	sim	D, CHV
4.fabricação de faixas, banners, placas	sim	não	sim	impressora, scanner	sim	centro da cidade	sim	D, CC, CHV, CHPD
5.papelaria, revelação filmes, armarinho	sim	não	não	não	não	centro da cidade	não	D, CC, DPL
6.conserto artigos de couro	sim	não	não	baqueadeira e máquina costura	sim	Estado de São Paulo	sim	DPL
7.lanchonete	sim	não	não	TV	não	cidade de São Paulo	não	D, BO
8.sapateiro	sim	não	não	ferramentas simples	não	Brás	sim	D
9.lojinha de R\$ 1,00	sim	não	não	não	não	25 de Março	não	D, CHV
10.lojinha de R\$ 1,00	sim	não	não	não	não	centro da cidade e 25 de Março	não	D, CHV
11. comércio de acessórios de roupa	sim	não	sim	não	não	Brás e 25 de Março	não	D
12.comércio alimentos nordestinos	sim	não	não	não	não	Ceasa, Bahia e Piauí	não	D
13.comércio bijuterias	sim	não	não	não	não	25 de Março	não	D
14.lanchonete	sim	não	não	máquina de suco, geladeira	não	Santo Amaro	não	D
15.chaveiro	sim	não	não	copiadora de chave	não	Barra Funda	sim	D
16.comércio cosméticos e perfumaria	sim	não	sim	impressora, alarme	não	ZL e municípios RMSP	não	D, CHPD, BO
17.comércio tecidos, cortinas e artigos cama, mesa e banho	sim	não	não	fax	não	Brás e 25 de Março	sim	D, CHV
18.lanchonete e revelação de fotos	sim	não	não	máquina revelação fotos, microondas, geladeira, estufa	não	Santo Amaro	não	D
19.sapataria e papelaria	sim	não	não	xerox, máquina plastificação, fax	não	Santo Amaro e Sobral (RN)	sim	D, DPL
20.cabeleireiro	sim	sim	não	instrumentos de salão	sim	Santo Amaro e 25 de Março	não	D

Atividade	Mão-de-obra						Forma de organização		
	nº funcionários		mão-de-obra familiar? Quantos?	sofre fiscalização?	salário médio dos funcionários	residência dos funcionários	empresa	empresa familiar?	método moderno de organização?
	com carteira	sem carteira							

Santo Amaro									
1.papelaria, revelação filmes, bijuterias, xerox		2	sim = 2	não	nd	Itapecerica da Serra	nd	sim	não
2.cabelereiro		3	não	não	comissão	ZS	nd	não	não
3.chaveiro e borracheiro		2	sim = 2	não	comissão	Santo Amaro	pequena	sim	não
4.fabricação de faixas, banners, placas	2	7	não	sim	R\$ 400,00	ZS e Diadema	micro	sim	não
5.papelaria, revelação filmes, armarinho		2	sim = 2	não	nd	Santo Amaro	micro	sim	não
6.conserto artigos de couro	5		não	sim	R\$ 540,00	Grajaú	micro	não	não
7.lanchonete	2		não	não	R\$ 350,00	Jurubatuba (ZS)	micro	não	não
8.sapateiro	0	0	não	não	nd	Santo Amaro	trabalhador autônomo	não	não
9.lojinha de R\$ 1,00	5		não	não	R\$ 500,00	Santo Amaro	micro	não	não
10.lojinha de R\$ 1,00	7		não	não	R\$ 400,00	Santo Amaro e Socorro (ZS)	micro	não	não
11. comércio de acessórios de roupa		6	não	não	R\$ 400,00	Ipiranga, Santo Amaro e Socorro (ZS)	micro	não	sim
12.comércio alimentos nordestinos	3		não	não	R\$ 350,00	Santo Amaro	micro	não	não
13.comércio bijuterias		1	não	não	R\$ 300,00	Parelheiros (ZS)	micro	não	não
14.lanchonete	0	0	não	não	nd	Santo Amaro	trabalhador autônomo	não	não
15.chaveiro	0	0	não	não	R\$ 1.000,00	Jardim São Pedro	trabalhador autônomo	não	não
16.comércio cosméticos e perfumaria	2		não	não	R\$ 524,00	nd	micro	sim	não
17.comércio tecidos, cortinas e artigos cama, mesa e banho		1	sim = 1	não	nd	nd	micro	não	não
18.lanchonete e revelação de fotos		1	sim = 1	não	R\$ 520,00	nd	trabalhador autônomo	não	não
19.sapataria e papelaria			sim = 1	não	nd	nd	micro	sim	não
20.cabeleireiro		3	não	não	nd	nd	trabalhador autônomo	não	não

Atividade	Finanças			Poder público		Utilização do lucro
	utiliza linha crédito pública	outro tipo de crédito?	trabalha com bancos?	paga taxas e/ou impostos?	quais?	qual?

Santo Amaro						
1.papelaria, revelação filmes, bijuterias, xerox	não	não	não	não	/	nd
2.cabelereiro	não	não	não	sim	ISS, INSS	investimento na ativ. e consumo familiar
3.chaveiro e borracheiro	não	não	não	não	/	investimento na ativ. e consumo familiar
4.fabricação de faixas, banners, placas	nd	nd	sim	nd	/	investimento na ativ. e consumo familiar
5.papelaria, revelação filmes, armarinho	não	não	sim	sim	IPTU, INSS, tx lixo	investimento na ativ. e consumo familiar
6.conserto artigos de couro	sim	não	sim	nd	/	investimento na ativ. e consumo familiar
7.lanchonete	não	não	sim	nd	/	investimento na ativ. e consumo familiar
8.sapateiro	não	não	não	sim	ordem de serviço	consumo familiar
9.lojinha de R\$ 1,00	não	não	sim	nd	/	investimento na ativ. e consumo familiar
10.lojinha de R\$ 1,00	não	não	sim	sim	FGTS, INSS, DARF	investimento na ativ. e consumo familiar
11. comércio de acessórios de roupa	não	não	sim	nd	/	investimento na ativ. e consumo familiar
12.comércio alimentos nordestinos	não	não	sim	sim	FGTS, INSS, DARF	consumo familiar
13.comércio bijuterias	não	nd	não	nd	/	investimento na ativ. e consumo familiar
14.lanchonete	não	não	sim	sim	FGTS, Simples, DARF	consumo familiar
15.chaveiro	não	não	sim	sim	Nota fiscal	consumo familiar
16.comércio cosméticos e perfumaria	não	não	sim	sim	IPTU, INSS, FGTS, DARF	investimento na ativ e em outras ativas produtivas e consumo familiar
17.comércio tecidos, cortinas e artigos cama, mesa e banho	não	não	sim	sim	DARF	consumo familiar
18.lanchonete e revelação de fotos	não	não	sim	não	/	consumo familiar
19.sapataria e papelaria	não	não	sim	sim	IPTU, ICMS, ISS, TLIF	investimento na ativ. e consumo familiar
20.cabeleireiro	não	não	sim	não	/	consumo familiar

Atividade	Fontes de informação				Publicidade		
	técnicas	mercado	incentivos	oportunidades de negócios	faz propaganda?	que tipo?	quem produz?

Santo Amaro							
1.papelaria, revelação filmes, bijuterias, xerox	nd	nd	nd	revistas, jornais	não	/	/
2.cabelereiro	revistas, jornais	nd	nd	nd	sim	folhetos, cartões e oral	gráfica
3.chaveiro e borracheiro	nd	nd	nd	nd	sim	folhetos, cartões e oral	gráfica
4.fabricação de faixas, banners, placas	troca pessoal	nd	nd	nd	sim	faixas, banners, oral	elaboração própria
5.papelaria, revelação filmes, armário	nd	nd	nd	nd	sim	folhetos, cartões e oral	gráfica
6.conserto artigos de couro	nd	nd	nd	nd	não	/	/
7.lanchonete	nd	troca pessoal	nd	nd	não	/	/
8.sapateiro	experiência própria	prática	nd	nd	não	/	/
9.lojinha de R\$ 1,00	nd	troca pessoal	nd	nd	sim	folhetos, cartões, folders	elaboração própria e gráfica
10.lojinha de R\$ 1,00	nd	troca pessoal	nd	nd	sim	folhetos, cartões, folders	elaboração própria e gráfica
11. comércio de acessórios de roupa	troca pessoal	troca pessoal	nd	nd	não	/	/
12.comércio alimentos nordestinos	nd	troca pessoal	nd	troca pessoal	não	/	/
13.comércio bijuterias	troca pessoal	troca pessoal	nd	nd	não	/	/
14.lanchonete	troca pessoal	troca pessoal	nd	nd	não	/	/
15.chaveiro	cursos, palestras etc	revistas, jornais	nd	revistas, jornais	sim	revistas especializadas, cartões, folhetos	elaboração própria e gráfica
16.comércio cosméticos e perfumaria	revistas, cursos, palestras, troca pessoal	revistas, cursos, palestras, troca pessoal	nd	cursos, palestras, troca pessoal	sim	Internet e rádio FM	elaboração própria
17.comércio tecidos, cortinas e artigos cama, mesa e banho	nd	nd	nd	nd	sim	folhetos, cartões e Internet	elaboração própria e gráfica
18.lanchonete e revelação de fotos	troca pessoal	troca pessoal	nd	nd	sim	placa	empresa de fabricação de placas
19.sapataria e papelaria	troca pessoal	troca pessoal	nd	troca pessoal	sim	folhetos, cartões, folders	elaboração própria
20.cabeleireiro	revistas, cursos, palestras	cursos, palestras, troca pessoal	nd	cursos, palestras, TV	sim	placa	elaboração própria

Atividade	Mercado			
	abrangência	perfil do consumidor	formas pgto oferecidas ao cliente	concorrência

Santo Amaro				
1.papelaria, revelação filmes, bijuterias, xerox	bairro	baixa renda	D	gdes empresas
2.cabelereiro	bairro	baixa renda, cl. Média	D, CC, CD, CHV, CHPD	nd
3.chaveiro e borracheiro	bairro e região	baixa renda, cl. Média e alta	D	peqs empresas
4.fabricação de faixas, banners, placas	bairro e cidade	cl. Média	D, CC, CD, CHV, CHPD	peqs, médias e gdes empresas
5.papelaria, revelação filmes, armarinho	cidade	baixa renda, cl. Média e alta	D, CC, CD, CHV, CHPD	peqs, médias e gdes empresas
6.conserto artigos de couro	bairro	baixa renda	D, CHV, CHPD	gdes empresas
7.lanchonete	bairro	baixa renda, cl. Média e alta	D	peqs e gdes empresas
8.sapateiro	bairro	baixa renda, cl. Média e alta	D	peqs e gdes empresas
9.lojinha de R\$ 1,00	bairro	baixa renda	D	peqs e gdes empresas
10.lojinha de R\$ 1,00	bairro	baixa renda	D, CHV	peqs e gdes empresas
11. comércio de acessórios de roupa	bairro	baixa renda, cl. Média e alta	D, CC, CD, CHV, CHPD	peqs empresas
12.comércio alimentos nordestinos	bairro	baixa renda, cl. Média	D	peqs empresas
13.comércio bijuterias	cidade	baixa renda, cl. Média	D	gdes empresas
14.lanchonete	bairro	baixa renda	D	peqs empresas
15.chaveiro	bairro	baixa renda, cl. Média e alta	D, CHV	peqs empresas
16.comércio cosméticos e perfumaria	cidade	baixa renda	D, CC, CD	peqs e gdes empresas
17.comércio tecidos, cortinas e artigos cama, mesa e banho	cidade	baixa renda	D, CC, CD, CHV, CHPD	gdes empresas
18.lanchonete e revelação de fotos	bairro	baixa renda	D, ticket	peqs e gdes empresas
19.sapataria e papelaria	bairro	baixa renda	D, CC, CD	gdes empresas
20.cabeleireiro	cidade	baixa renda	D,CHV, fiado	peqs empresas